



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM  
COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - PPGCom

**ALMERINDA MARIA SKEFF CUNHA**

**NARRATIVAS DO SOFRIMENTO DO TRABALHO DE UM  
POLICIAL MILITAR AFASTADO**

Palmas (TO), dezembro de 2017

**ALMERINDA MARIA SKEFF CUNHA**

**NARRATIVAS DO SOFRIMENTO DO TRABALHO DE UM  
POLICIAL MILITAR AFASTADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCom) da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra Liliam Deisy Ghizoni.

Palmas (TO), dezembro de 2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- C972n Cunha, Almerinda Maria Skeff.  
NARRATIVAS DO SOFRIMENTO DO TRABALHO DE UM POLICIAL MILITAR AFASTADO. / Almerinda Maria Skeff Cunha. – Palmas, TO, 2017.  
155 f.
- Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Comunicação e Sociedade, 2017.  
Orientadora : Liliam Deisy Ghizoni

1. Reconhecimento. 2. Desamparo. 3. Frustração. 4. Sofrimento. I. Título

**CDD 302.2**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

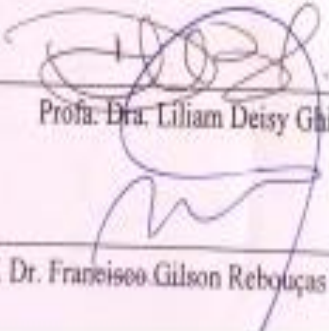
ALMERINDA MARIA SKEFF CUNHA

## NARRATIVAS DO SOFRIMENTO DO TRABALHO DE UM POLICIAL MILITAR AFASTADO

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do  
título de Mestre em Comunicação e Sociedade e aprovada em  
sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Liliam Deisy Ghizoni, UFT

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior, UFT

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Ana Magnólia Mendes, UnB

Prof. Dra. Ana Magnólia Mendes, UnB

Palmas (TO), dezembro de 2017

*Dedico este trabalho aos meus sobrinhos: Lohanna, Talita, Bárbara e João Miguel. E que um dia, meus passos possam ser fonte de inspiração na busca pelo conhecimento e na vida estudantil de cada um. A tia ama vocês!*

## ***Música de Trabalho***

*Legião Urbana*

*Sem trabalho eu não sou nada  
Não tenho dignidade  
Não sinto o meu valor  
Não tenho identidade*

*Mas o que eu tenho  
É só um emprego  
E um salário miserável  
Eu tenho o meu ofício  
Que me cansa de verdade*

*Tem gente que não tem nada  
E outros que tem mais do que precisam  
Tem gente que não quer saber de trabalhar*

*Mas quando chega o fim do dia  
Eu só penso em descansar  
E voltar pra casa pros teus braços*

*Quem sabe esquecer um pouco  
De todo o meu cansaço  
Nossa vida não é boa  
E nem podemos reclamar*

*Sei que existe injustiça  
Eu sei o que acontece  
Tenho medo da polícia  
Eu sei o que acontece*

*Se você não segue as ordens  
Se você não obedece  
E não suporta o sofrimento  
Está destinado a miséria*

*Mas isso eu não aceito  
Eu sei o que acontece  
Mas isso eu não aceito  
Eu sei o que acontece*

## AGRADECIMENTOS

Ufa! Chegou um dos momentos importantes em todo esse processo... Os agradecimentos. Sinto muita gratidão e felicidade pelo caminho trilhado até aqui.

*Deus!* Agradeço primeiramente a Ele. Apenas Ele sabe de todas as coisas, dos nossos sentimentos e desejos mais profundos, Ele habita em nós, os locais onde o ser humano, mesmo profissionalizado e capacitado, jamais terá acesso. Sempre à frente das minhas caminhadas, dos obstáculos, das alegrias, das vitórias e conquistas, das tristezas, dos momentos obscuros no qual muitas vezes pensamos não ter saída. Mas como diz um grande amigo: “*Deus agasalha todo mundo!!!*”. A Ele toda honra e toda glória... O meu SUCESSO. Essa trajetória marcou e jamais será esquecida.

Agora agradeço aos meus pais, *Almerinda Maria Skeff* e *Luiz Gonzaga Furtado Cunha*. Fontes do meu viver e de minha existência... Faltam palavras. Obrigada e eterna gratidão pelos ensinamentos, por me incentivarem ao estudo, por permitirem e colaborar no caminho trilhado desde os primeiros ensinamentos escolares. É só o começo, de muitas outras vitórias e conquistas que virão. Obrigada pelo amor e carinho de todos os dias.

Agradeço de forma mais do que especial, à minha *MÃE!* “*Siáááá... a vitória é NOSSA!*”. Pessoa que não mediu esforços para me ajudar e incentivar quando achei que não conseguiria. Mãezinha, como a senhora foi importante em todo este processo... Quantos desabafos, consolos, puxões de orelha para eu estudar e incentivo recebi de Ti. Tudo para a senhora e pela senhora. Quanta falta eu senti da sua presença física neste caminho, do colo e do abraço aconchegante. Sem a senhora este sonho não seria concretizado. Te amo meu amor MAIOR.

Aos meus irmãos, *Xênia, Leandro, Sérgio e Tércio*. Por sempre acreditarem em mim, pela motivação constante e incessante. Vocês são, e sempre serão importantes na minha caminhada. Amo vocês imensamente. Obrigada por sentirem orgulho de mim.

E porque não agradecer às minhas cunhadinhas? Em ordem de chegada à família, certo? Vamos lá... *Higina, Luiza Kelis* e *Ana Kariny*. Mais que cunhadas... Meus amores. Gratidão por me incentivarem a ir além e mostrarem o quanto sou capaz.

Um agradecimento para você que mora no meu coração, *Marcos Dinilson*. Caminhada difícil, hein companheiro? Ufa! Chegamos ao final. Concluído com êxito e sucesso. Obrigada pela presença constante, pelo amor, carinho e incentivo. Por ficar comigo horas a fio acordado me fazendo companhia só para não me deixar desanimar. A você... Minha gratidão.

Agora o meu agradecimento vai para Ela... Professora e orientadora desta pesquisa: **Liliam Deisy Ghizoni**. “*Liliam, te falar uma coisa...*”. Esta frase não poderia faltar jamais, né? Um agradecimento muito mais que especial. Um privilégio tê-la como minha orientadora. O incentivo ao mestrado é desde os tempos da graduação e hoje estou aqui concluindo este objetivo junto com Você. Obrigada pelos ensinamentos e troca de conhecimento diariamente; por trilhar “junto comigo” este percurso; por me fazer acreditar que posso muito mais, todos os dias. Obrigada por ter sido muito além de uma orientadora, por se mostrar amiga e companheira; com você, o caminho tornou-se mais agradável e menos doloroso. Para sempre minha professora! Terá sempre minha admiração pela pessoa, psicóloga e profissional que é. Agradecida, também, por me conduzir em caminhos e projetos tão grandiosos e mostrar que o horizonte vai além do alcance dos nossos olhos. Obrigada também pela sensibilidade e por reconhecer diariamente minha dedicação e esforço, as noites em claro, os meus desesperos, os meus choros, minhas tristezas, enfim, por me ESCUTAR sempre. Pela voz serena que muitas vezes acalmou meu coração e diminuiu minhas aflições. Obrigada por proporcionar crescimento e amadurecimento pessoal e profissional. Amo você. Não poderia ter sido melhor!

À psicóloga e professora Dra. **Ana Magnólia Mendes** da Universidade de Brasília (UnB). Que prazer imenso tê-la na minha banca – a professora e pesquisadora de referência nessa temática de estudo e pesquisa. Obrigada pela aproximação, pelo convite aceito em fazer parte da minha banca, como membro externo. Gratidão pela contribuição teórico-metodológica, pelas inúmeras possibilidades de leituras dos seus estudos permitindo a realização desta pesquisa e torná-la tão magnífica. Seu papel histórico fundamental na abertura desse campo de estudo e pesquisa foi imprescindível para a concretização desta dissertação.

Ao professor **Dr. Gilson Pôrto Júnior**. Quanta gratidão iniciar e findar essa trajetória com o senhor fazendo parte como membro interno do PPGCom. Lembro-me da entrevista feita para ingresso no mestrado. Lá estávamos: eu, o senhor e a professora Liliam. Obrigada pelo acolhimento, pela compreensão e pelas contribuições teóricas. Foi maravilhoso compartilhar esse momento.

Agradeço, também, a coordenadora do PPGCom, professora Doutora **Verônica Dantas** por estar a frente do programa e se mostrar sempre disponível à nós, mestrandos, cuidando de tudo com muito carinho. Não esquecendo os demais professores que contribuíram com seus conhecimentos nas disciplinas ministradas, e a possibilidade de ampliação nos estudos afins à temática. Gratidão ao PPGCom.



Às minhas amigas-companheiras que o mestrado e o grupo de pesquisa **“Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”** me proporcionou: **Thaís, Thamirys e Sarah**. Meus amores, **“eu posso falar?”** (risos...), o que seria de mim sem vocês, me digam? Quantas risadas, piadas contadas para amenizar as situações, cafés, as *self’s* tiradas para registrar os momentos especiais... Quantas conversas intelectuais, conversas de corredor, os estresses e picos de chateação, meus choros e desesperos... São muitos momentos inesquecíveis vividos com vocês! As mensagens de *whatsapp* e áudios enviados não importando a hora e o dia seja para falar da pesquisa, seja para relaxar e descontraír. O carinho e respeito mútuo, a solidariedade dentro das possibilidades de cada uma! Viagens para seminários, congressos e afins, todas juntas na busca pelo conhecimento. Que esse desejo nunca cesse dentro de nós. Obrigada, obrigada e obrigada.

Gratidão, também, a um amigo-irmão; acredito que de outras vidas. Ontem meu aluno na graduação de Psicologia... Hoje? Um grande amigo, **Ulisses Franklin**. Pessoa especial e importante em todo esse processo. Carinho eterno por ti. **“Amigo, é coisa pra se guardar, do lado esquerdo do peito...”** já dizia a música. Obrigada amigo, por todo o incentivo dado, pelas leituras incessantes quando eu já não conseguia fazê-las, pelas palavras de conforto, por me estender a mão e dizer **“Gata, você consegue!”**.

Aos colegas membros do grupo de pesquisa **“Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”**, presentes nos encontros do grupo, nas apresentações de trabalho e afins.

Agradeço também, a todos os meus ex-professores da graduação (CEULP/ULBRA) e hoje colegas de profissão. A oportunidade em dividir o mesmo espaço com vocês foi simplesmente sensacional, e hoje agradeço a todos pelos ensinamentos e por terem feito parte da minha trajetória acadêmica. Aprendi muito com cada um.

À **Irenides Teixeira** e **Cristina Filipakis**. Gratidão sempre, sempre e sempre. A sensibilidade de vocês, os incentivos e as preocupações em saber se eu estava bem foram tantos que hoje finalizo esta trajetória com louvor e agradecida. A caminhada foi complexa, mas consegui.

À psicóloga e professora **Dra. Ana Beatriz Dupré**. Ontem minha professora, hoje colega de profissão e amiga do coração, obrigada pelo apoio incondicional e por sempre acreditar em mim. Carinho eterno por Ti. À professora Mestre **Carolina Cótica** pelo carinho e delicadeza nas palavras, por ser especial e pelos abraços nos encontros da vida.

Gratidão, também, por alguém muito especial na minha vida pessoal e profissional, ninguém menos que a psicóloga, ex professora, mestre e Tenente-Coronel do Corpo de

Bombeiros Militar de Palmas – TO e, também, membro do CIRR/PMTO, **Juliana Corgozinho**. Pelo carinho e amor, por me auxiliar (in)diretamente neste estudo, pelo diálogo e troca de conhecimentos na realização da pesquisa, além de me incentivar (também). Meu apreço por você é desde o tempo de graduação. A profissional que você respeita pelo Ser Humano que é. Obrigada por fazer parte deste momento na minha vida.

Agradeço à **Polícia Militar do Tocantins**, à equipe de servidores do **CIRR/PMTO**. Em especial à Tenente-Coronel **Welere Gomes Barbosa**, Sub Diretora de Saúde e Promoção Social e Coordenadora do CIRR pela confiança e disponibilidade; e à Major **Rita de Cássia Moraes da Silva**, Assistente Social da instituição, pelo apoio, discussões sobre a temática e disponibilidade sempre que precisei. Gratidão a vocês por permitir a realização desta pesquisa de teor significativo para mim e para a Instituição Militar. Que ela possa suscitar em vocês muitas estratégias de intervenção.

Gratidão especial ao participante da pesquisa – o **João**. Sua história de vida pessoal e sua trajetória militar, os 25 anos servidos à PM me instigou e sensibilizou. Que você consiga resgatar o sentido do trabalho e da vida todos os dias, e que esta pesquisa possa ser compreendida como fonte de reconhecimento para você. Sem sua participação não seria possível realizar um estudo tão grandioso, bonito e relevante à você, à instituição militar, à sociedade civil e aos estudos acadêmicos/científicos.

Agradeço, também, ao professor e psicólogo **Carlos Rosa (UFT)** e a professora e psicóloga **Laene Gama (UnB)**, pela oportunidade e disponibilidade de supervisão conjunta, pela escuta, pelo olhar cuidadoso e atento. Pela contribuição significativa na compreensão, análise e interpretação do caso João.

Às servidoras da biblioteca da Universidade do Tocantins (UNITINS), **Daniela, Keila, Larissa e Thamilly**, por estarem juntas comigo na rotina constante de estudos, pela preocupação e carinho durante minhas longas horas de estudo na biblioteca. Ter este apoio se torna fundamental. Ao Diretor da instituição **Antônio Malan**, um grande amigo que ganhei com minhas idas à instituição para dedicar-me a construção dessa dissertação; seu carinho e suas palavras me motivaram a avançar na trajetória complexa de realização do mestrado.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram (in)diretamente na minha trajetória do mestrado e na caminhada da vida. Ter pessoas queridas ao nosso lado permite vivenciar esse processo com alegria e satisfação. Obrigada!

CUNHA, Almerinda Maria Skeff. **NARRATIVAS DO SOFRIMENTO DO TRABALHO DE UM POLICIAL MILITAR AFASTADO**. 2017. 155f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade), Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2017.

## RESUMO

Neste estudo o trabalho é discutido através do processo de globalização, numa perspectiva interdisciplinar sob a ótica da Filosofia, Sociologia, Comunicação e Psicodinâmica do Trabalho. Reflete sua centralidade como elemento importante na constituição do sujeito e das relações sociais. Utiliza-se da compreensão do binômio comunicação-trabalho, no qual este último se apresenta como mediador da comunicação, via narrativas do trabalhador. Tem como objetivo geral compreender a narrativa do sofrimento no trabalho vivenciado um policial militar afastado do serviço. Especificamente, narra-se o caso de um policial militar afastado do trabalho; analisa-se a psicodinâmica do trabalho deste sujeito; e delinea-se os possíveis destinos do seu sofrimento. Caracteriza-se como uma pesquisa-ação, de natureza descritiva e qualitativa, sendo realizado um estudo de caso. Foram realizadas sete sessões de escuta clínica para acessar o sofrimento do trabalhador. No início da escuta clínica o policial militar estava há quinze meses afastado do trabalho. Ele relata ter optado pela Reforma por não apresentar condições psicológicas de retornar ao trabalho. Ao término do processo de escuta e construção da narrativa ele recebeu a reforma proporcional ao tempo de serviço (aposentadoria proporcional), sendo considerado inválido para dar continuidade ao trabalho de policial militar. Constatou-se, a partir da análise da psicodinâmica do trabalho, a existência de uma contradição entre o trabalho prescrito e o real do trabalho que, por sua vez, desencadeou o sofrimento vivenciado durante a carreira militar, tendo o álcool como vilão de sua trajetória. Os possíveis destinos do sofrimento delineados pelo policial estão voltados, principalmente, às ações de cunho social e ao trabalho com a terra. Discute-se que na dinâmica por ele vivenciada, a falta aparece como elemento central e enquanto um sintoma que está presente desde sua vida pregressa à trajetória militar. Deste modo, foi observado que a busca incessante pelo reconhecimento desencadeou um estado de desamparo que o levou à frustração e, posterior sentimento de angústia e fobia, desembocando na vivência do sofrimento.

**Palavras-chaves:** Reconhecimento. Desamparo. Frustração. Sofrimento.

CUNHA, Almerinda Maria Skeff. NARRATIVES OF SUFFERING AT WORK OF A MILITARY POLICE OFFICER ON LEAVE FROM WORK. 2017. 155 pages. Master's Dissertation (Postgraduate Program in Communication and Society), Federal University of Tocantins, Palmas, 2017.

## ABSTRACT

In the present study work is discussed through the process of globalization from an interdisciplinary perspective in the light of Philosophy, Sociology, Communication and Psychodynamics of Work. It reflects its centrality as an important element in the constitution of the subject and of social relations. We use the understanding of the communication-work binomial, in which the latter presents itself as mediator of communication via the worker's narrative. Our general objective is to understand the narrative of suffering at work experienced by a military police officer on leave from work. Specifically, we describe the case of a military police officer on leave from work; analyze this subject's psychodynamics of work; and outline the possible destinies of his suffering. It is an action research, of descriptive and qualitative nature, with a case study being carried out. A listening clinic of seven sessions was started in order to access the suffering at work of the said professional. In the beginning of the sessions the police officer had been on leave from work for 15 months. He reported he opted for the Reformation because he was not in psychological conditions to return to work. At the end of the listening clinic he received his proportional retirement (proportional retirement pension) on the ground of permanent invalidity to continue as a military police officer. From the analysis of the psychodynamics of work, a contradiction between the prescribed work and the real work was identified, which in turn triggered the suffering experienced during his military career, having alcohol as a villain of its trajectory. The possible destinies of suffering outlined by the officer are directed mainly to social actions and to the work with the land. It is argued that in the dynamics experienced by him, lack appears as a central element and as a symptom that had always been present, from his early life to his military career. Hence, it was observed that his incessant search for recognition triggered a state of helplessness that led to frustration and, later, a sense of anguish and phobia, leading to the experience of suffering.

**Keywords:** Recognition. Helplessness. Frustration. Suffering.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Rotina de pesquisa semanal, de maio a agosto de 2017. ....	81
Figura 2 - Linha do Tempo: Caso João .....	93

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Cronograma de Sessão .....	72
Tabela 2 - Cronograma de Supervisão .....	80
Tabela 3 - Procedimentos de Pesquisa .....	91

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Resumo das Sessões .....	102
Quadro 2 - Estratégias de Defesa .....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AA</b>	Alcólicos Anônimos
<b>ACT</b>	Análise Clínica do Trabalho
<b>ADC</b>	Análise dos Dispositivos Clínicos
<b>AMCT</b>	Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho
<b>APDT</b>	Análise da Psicodinâmica do Trabalho
<b>BPM</b>	Batalhão da Polícia Militar
<b>CAISPM</b>	Centro de Atenção Integrada a Saúde do Policial Militar
<b>CAPS-AD</b>	Centro de Apoio Psicossocial-Álcool e outras Drogas
<b>CID</b>	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
<b>CIPM</b>	Companhia Independente da Polícia Militar
<b>CIRR</b>	Centro Integrado de Readaptação e Reabilitação
<b>CPCT</b>	Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho
<b>DETRAN</b>	Departamento Estadual de Trânsito
<b>DF</b>	Distrito Federal
<b>DSPS</b>	Diretoria de Saúde e Promoção Social
<b>GO</b>	Goiás
<b>PdT</b>	Psicodinâmica do Trabalho
<b>PePSIC</b>	Periódicos Eletrônicos de Psicologia
<b>PM</b>	Polícia Militar
<b>PMTO</b>	Polícia Militar do Tocantins
<b>PPGCom</b>	Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade
<b>PROART</b>	Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho
<b>QCG</b>	Quartel do Comando Geral
<b>RP</b>	Rádio Patrulha
<b>SciELO</b>	Scientific Electronic Library Online
<b>TO</b>	Tocantins
<b>UFT</b>	Universidade Federal do Tocantins



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
<b>1.1.1 Delimitação do Escopo</b> .....	<b>23</b>
<b>1.1.2 Justificativa</b> .....	<b>24</b>
1.2 OBJETIVOS .....	26
<b>1.2.1 Objetivo Geral</b> .....	<b>26</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos</b> .....	<b>26</b>
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	27
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>28</b>
2.1 O TRABALHO E A PÓS-MODERNIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS .....	28
<b>2.1.1 O processo de globalização e o mundo do trabalho</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1.2 Narrativas do trabalho: um debate interdisciplinar</b> .....	<b>34</b>
<b>2.1.3 Comunicação e Psicodinâmica do Trabalho: tecendo a interdisciplinaridade</b> .....	<b>39</b>
<b>2.1.4 O trabalho vivo e os destinos do sofrimento</b> .....	<b>43</b>
2.2 A POLÍCIA MILITAR: UMA PROPOSTA DE SEGURANÇA PÚBLICA À SOCIEDADE..	49
<b>2.2.1 A Polícia Militar e o trabalho policial militar</b> .....	<b>50</b>
<b>2.2.2 A Polícia Militar no Brasil</b> .....	<b>53</b>
<b>2.2.3 A Polícia Militar no Tocantins</b> .....	<b>55</b>
2.3 DA PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO AO PROCESSO DE FALA-ESCUA: UMA CONSTRUÇÃO DE 30 ANOS.....	58
<b>2.3.1 O percurso de 1980 a 2009</b> .....	<b>58</b>
<b>2.3.2 O percurso de 2010 a 2017</b> .....	<b>60</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>68</b>
3.1 O MÉTODO NO PROCESSO DE FALA-ESCUA .....	71
<b>3.1.1 Dispositivos clínicos</b> .....	<b>71</b>
<b>3.1.2 A formação do clínico</b> .....	<b>79</b>
<b>3.1.3 Supervisão clínica</b> .....	<b>80</b>

3.2 PARTICIPANTE .....	84
3.3 INSTRUMENTOS .....	85
<b>3.3.1 A gravação da sessão.....</b>	<b>85</b>
<b>3.3.2 O diário de campo .....</b>	<b>85</b>
<b>3.3.3 O memorial .....</b>	<b>88</b>
3.4 PROCEDIMENTOS .....	89
3.5 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	91
3.6 DEVOLUÇÃO AO SUJEITO DE PESQUISA .....	92
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>93</b>
4.1 A BUSCA POR UM NOVO SENTIDO DE VIDA: A NARRATIVA DO CASO JOÃO.....	93
<b>4.1.1 Tecendo a história de João: a busca pelo reconhecimento .....</b>	<b>94</b>
<b>4.1.2 Resumo das sessões.....</b>	<b>102</b>
4.2 ANÁLISE DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NO CASO JOÃO .....	105
<b>4.2.1 Organização do trabalho prescrito e o real do trabalho.....</b>	<b>105</b>
<b>4.2.2 Mobilização subjetiva .....</b>	<b>112</b>
<b>4.2.3 Sofrimento, defesas e patologias.....</b>	<b>120</b>
4.3 O PÓS REFORMA: OS POSSÍVEIS DESTINOS DO SOFRIMENTO NO CASO JOÃO ....	126
<b>5 DISCUSSÃO .....</b>	<b>129</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>153</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*Mesmo quando tudo pede  
Um pouco mais de calma  
Até quando o corpo pede  
Um pouco mais de alma  
A vida não para*

*Enquanto o tempo  
Acelera e pede pressa  
Eu me recuso, faço hora  
Vou na valsa  
A vida é tão rara  
Lenine*

O trabalho é bastante discutido desde o mundo antigo e, além disso, ocupa um lugar central na vida dos sujeitos. Evidencia-se neste estudo a importância do trabalho nas mais variadas sociedades e coloca-o como elemento essencial para entender a constituição e ação humana concreta, no qual influencia e é influenciado a partir da relação do homem com a natureza.

A compreensão do trabalho é guiada pela teoria do capital, regida pelas leis mercadológicas que objetivam o lucro, que para ser alcançado na sua magnitude, utiliza-se da flexibilização e intensificação do trabalho. No entanto, estes fatores fazem parte das inúmeras transformações ocorridas no mundo do trabalho, englobando o processo de globalização e o neoliberalismo que juntos desembocam num processo de reestruturação produtiva do capital e das organizações. Que, por conseguinte, emerge nas novas formas de trabalho apresentadas na pós-modernidade.

O conceito do trabalho está inter-relacionado com a prática, ou seja, ele é considerado como uma práxis social, no qual a ação do homem em si necessita do outro para se efetivar. Portanto, as relações sociais são estabelecidas a partir da interação entre os trabalhadores e do homem com o meio social, no qual o modifica e é modificado por ele. Esta ideia confirma o proposto por Dejours (2011a) quando o mesmo ressalta que trabalhar é viver junto, sendo reafirmado por Mendes e Araujo (2012).

Neste contexto, o trabalho é constituído a partir de um olhar interdisciplinar, mais precisamente do ponto de vista da Filosofia, da Sociologia, da Comunicação e da Psicodinâmica do Trabalho. Isto ocorre com a intenção de ampliar os estudos e a

compreensão acerca do conceito de trabalho, bem como entender de que forma ele se apresenta na vida do policial militar que se encontra afastado do trabalho.

Reportando ao conceito de trabalho entende-se que o sofrimento é apresentado como condição inerente ao trabalhar e, neste contexto, ele se apresenta a partir da lacuna existente entre o trabalho prescrito e o real do trabalho da organização do trabalho. Assim, o sujeito pode perpassar por 03 tipos de sofrimento: ético, patogênico e o criativo, no viés da Psicodinâmica do Trabalho. No entanto, para que este sofrimento seja transformado em prazer, o trabalhador por meio da mobilização subjetiva, aciona a inteligência prática, a cooperação, os espaços públicos de discussão e o reconhecimento. Ressalta-se que a mobilização subjetiva acontece com todos estes elementos envolvidos; quando utilizados de forma isolada promovem o sofrimento criativo.

Nesta pesquisa, o objetivo geral está em analisar a narrativa do sofrimento vivenciado por um policial militar afastado. E como objetivos específicos: narrar o caso de um policial militar afastado do trabalho; analisar a psicodinâmica do trabalho do policial militar; e, por fim, delinear os possíveis destinos do sofrimento. E, para que o objetivo geral seja alcançado, o viés da Comunicação recebe um respaldo permitindo uma reflexão da possibilidade de estudar o binômio comunicação-trabalho numa perspectiva interdisciplinar por meio dos estudos de Fígaro (2008, 2013). A autora privilegia as relações sociais e coloca o trabalho na condição de mediador da comunicação, e dentro do contexto da comunicação, a importância da narrativa, mais precisamente, oral para acessar uma realidade e (re)construí-la.

Se tratando de um junto à Polícia Militar, os autores Paulino e Lourinho (2014) discorrem sobre a atividade policial, no qual afirmam ser considerada como uma das mais significativas ferramentas estatais com a finalidade de manutenção da lei e da ordem pública, permeadas pelas regras do social para garantir a segurança pública. Esta atividade é enaltecida pela complexidade dos fatos no qual eles enfrentam diariamente, e acabam por receber influências de informações de cunho negativo. Estas, por sua vez, podem ocasionar patologias (físicas e/ou psíquicas) decorrentes da realização de suas tarefas e do confronto com a realidade vivenciada pela atual sociedade. O policial militar é, sobretudo, um profissional que lida constantemente com a vulnerabilidade, com o risco e com a morte, além de padecer, por vezes, nas questões inerentes a organização militar (GOMES; BELEM; TELES, 2014).

Nesta pesquisa os aspectos e elementos relacionados ao sofrimento no que tange a organização do trabalho foram narrados pelo policial militar participante, estruturando seu relato numa perspectiva de passado, presente e futuro a fim de compreender o sofrimento vivenciado no trabalho. Na ocasião ele narra situações, fatos e momentos no qual vivenciou

sofrimento ético, patogênico e criativo na instituição militar, dentre outras particularidades relacionadas à organização do trabalho militar com um todo.

A partir de sua narrativa foi possível ter acesso aos possíveis destinos dados ao seu sofrimento, uma vez que a corporação militar não está livre das amarras e das transformações no mundo do trabalho, da intensificação do ritmo de trabalho e na busca pela eficácia e eficiência em seus processos de trabalho.

### 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A criação e estruturação da Polícia Militar (PM) passam a fazer sentido quando se percebe a necessidade de organização e estruturação de toda uma sociedade. Ressalta-se como finalidade principal da polícia a manutenção, principalmente, da ordem pública (CARVALHO, 2016). De acordo com este autor, para conseguir a concretização desta função é necessário que haja o patrulhamento ostensivo e visível através de policiais fardados e bem equipados, aos olhos daqueles que compõem a sociedade. Isto resulta na sensação de maior segurança perante o caos e a desordem, existentes decorrentes de eventos diversos no qual envolvem a ação humana.

Neste ínterim, a literatura mostra ser uma classe de trabalhadores que vem adoecendo, e isto é percebido quando o policial militar encontra-se em meio a uma coalisão de forças decorrentes da organização do trabalho, da precarização do trabalho e da sociedade pós-moderna (SILVA; VIEIRA, 2008). Além disto, são trabalhadores que suportam uma rotina de trabalho permeada pelo estresse elevado e intenso, juntamente com o risco de vida diante do combate à violência e à criminalidade (OLIVEIRA, 2013).

Silva e Vieira (2008) apresentam ainda dados relevantes quanto ao fenômeno social – violência. Este é o cenário crítico que marca o cotidiano dos policiais militares, principalmente aqueles que lidam com a atividade-fim - denominados praças. A atuação deles tem a intenção de inibir a violência, sendo ela considerada como um dos elementos os quais eles estão expostos.

O atual modo de operar (intervenção) do policial militar foi estruturado na década de 1942 com a finalidade de atender uma realidade brasileira diferente da vivenciada hoje. Deste modo, torna- inviável inibir o seu caráter dinâmico, expansivo e de disseminação da violência. Sendo este um dos desafios enfrentados pelos policiais militares, e assim constitui-se um dos riscos e insegurança da profissão do policial militar (MINAYO; ADORNO, 2013).

Entende-se que as tarefas desempenhadas pelos policiais são complexas e requerem não apenas do físico, mas do psíquico. São exigidos habilidades e níveis elevados de

desempenho para atender as necessidades, exigências e demandas da sociedade como um todo. No entanto, nem sempre as atividades, os locais e os equipamentos de trabalho encontram-se adequados, a fim de favorecer bons resultados e o êxito esperado do sistema econômico vigente. Deste modo, quando as condições de trabalho tornam-se desfavoráveis, o policial pode ser afetado, causando danos físicos e psicossociais, sendo estas categorias que compõem a quarta escala do PROART – Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho (FACAS, 2013).

Diante do exposto, a equipe de saúde do CIRR/PMTO – Centro Integrado de Reabilitação e Readaptação da Polícia Militar do Tocantins, por meio de reuniões técnicas, verificou que existe um número elevado de policiais afastados do trabalho. Dentre os motivos destacam-se as patologias por motivos psiquiátricos e ortopédicos, e por meio da aplicação do PROART foi possível realizar o mapeamento dos riscos psicossociais no trabalho no 1ºBPM, 5º BPM, 6º BPM, 7º BPM e 1ºCIPM (Companhia Independente da Polícia Militar), à luz da Psicodinâmica do Trabalho (CARVALHO, 2016; BEZERRA, 2017; FERREIRA, 2017; ROSÁRIO, 2017; TOMAZ, 2017).

O estudo de Carvalho (2016) surge, para a presente pesquisa, como elemento norteador uma vez que o processo de fala-escuta emerge como uma intervenção sugerida a partir do mapeamento realizado. Em seu estudo o autor aponta algumas causas desencadeadoras do sofrimento na classe militar, a saber: a) pouca participação dos trabalhadores em decisões sobre o trabalho; b) a desvalorização do trabalho; c) a jornada de trabalho excessiva incluindo a falta de recursos materiais e humanos para realização das tarefas; d) o esgotamento mental marcado pela influência política no exercício da profissão no qual impedem que a ação policial, por vezes, não seja efetivada e concretizada como deveria.

Nesta última, a influência apontada contribui com o sentimento de impotência, inutilidade e improdutividade, nos quais eles estão mais presentes no sexo masculino, pois envolve a virilidade do homem e pela imagem construída sob o profissional como um super herói. Esta virilidade destina-se a um comportamento no qual a farda e os demais instrumentos de trabalho dão a ele o poder, demonstrando sinônimo de homem mais macho, capaz de enfrentar os riscos advindos da violência e criminalidade. Ela é vivenciada como uma estratégia de defesa coletiva, a fim de lidar com as contradições da organização do trabalho no qual os policiais estão expostos aos riscos diariamente (REGO, 2013).

Danos físicos e psicológicos também se tornam presentes neste contexto policial: as dores no corpo em geral e as alterações no sono são significativas, aparecem também como consequência da baixa frequência de atividade física o sobrepeso e a obesidade, advindos

também da excessiva jornada de trabalho. O mau humor e a tristeza também aparecem de forma significativa e isto leva o policial a fazer o uso de medicamentos e até mesmo usando o silêncio como estratégia de defesa (SILVA; VIEIRA, 2008; MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011; MINAYO; ADORNO, 2013; PAULINO; LOURINHO, 2014; CARVALHO, 2016).

Por fim, e de forma bastante intensa encontra-se a gestão do tipo gerencialista se sobressaindo ao estilo de gestão coletiva, pois a polícia militar é norteadada por dois pilares fundamentais: a hierarquia e a disciplina (SILVA; VIEIRA, 2008; BEZERRA, 2017; FERREIRA, 2017). Isto mostra inflexibilidade e rigidez tanto em sua carreira quanto na hierarquia existente no ambiente militar, onde são percebidas as influências infligidas pelos dispositivos disciplinares tanto de vigilância quanto de controle (autoridade). Estas são características peculiares à organização do trabalho policial militar (SPODE; MERLO, 2006).

Para tanto, considerando o exposto, nota-se que a PM não conseguiu se esquivar das consequências advindas do processo de reestruturação produtiva. Foi necessário, portanto, adotar novas maneiras de atuar, devido outras demandas da sociedade, por exemplo: o crime contra crianças, adolescente, mulheres, idosos e homossexuais (MINAYO; ADORNO, 2013).

Diante deste contexto, surgiu a seguinte pergunta de pesquisa: Como é vivenciado o sofrimento no trabalho por um policial militar afastado?

### **1.1.1 Delimitação do Escopo**

Esta pesquisa foi delimitada a partir de discussões e reflexões acerca de 03 conceitos elementares para o alcance de seus objetivos, sendo eles: o trabalho, a organização do trabalho e o sofrimento no trabalho. O conceito de trabalho é discutido no viés interdisciplinar a partir da Filosofia, da Sociologia, da Comunicação e da Psicodinâmica do Trabalho. Discutiu-se a importância do trabalho na vida do sujeito, o qual é entendido como elemento central e elo importante no que tange a construção da identidade e das relações sociais, onde a comunicação ganha força e potencializa o ser e estar do sujeito no mundo. Deste modo, os sentidos e significados surgem como forma de compreender de que forma, sobretudo, o trabalho se apresenta ao sujeito e ao mundo.

Para tal fez-se um estudo de caso de um policial militar afastado do trabalho por uso de álcool, que no momento dos atendimentos encontrava-se à espera da sua reforma (aposentadoria proporcional por tempo de serviço). O Policial terá sua identificação preservada e aqui será chamado pelo nome fictício de João.

### 1.1.2 Justificativa

Para realização desta pesquisa foi importante o convênio de cooperação firmado entre a UFT – Universidade Federal do Tocantins e a Polícia Militar do Tocantins (PMTO). A UFT, de forma gratuita para fins de pesquisa e de contribuição social, através do PPGCom – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade e do grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão, propôs a realização do processo de fala-escuta do sofrimento no trabalho de um PM afastado do trabalho por alcoolismo.

Destaca-se nesta pesquisa a importância do CIRR/PMTO, por tratar-se de um órgão recente na instituição militar. De acordo com Carvalho (2016) este centro foi criado no final do ano de 2015, e está vinculado a DSPS (Diretoria de Saúde e Promoção Social). Tem como finalidade principal a promoção da reabilitação física de militares que são acometidos por alguma doença ou lesões. Outro papel exercido está voltado à inserção gradativa do profissional em seu local de trabalho. É formado por uma equipe multiprofissional que atua de forma interdisciplinar para atender os policiais e bombeiros militares visando os exames periódicos de saúde física e mental, junta médica e a readaptação física. Auxilia, também, na preparação para a não ocupação (aposentadoria) objetivando a promoção de qualidade de vida aos militares durante este período.

O centro trabalha com reabilitação e readaptação, mas visa no futuro desenvolver atividades e ações voltadas para o âmbito da prevenção com a finalidade de minimizar os casos de afastamento do trabalho. A falta de policiais na ativa acaba por prejudicar o objetivo maior da profissão e, por este motivo é que Oliveira (2013) em seu estudo com policiais militares de Minas Gerais aponta a necessidade de um programa de prevenção sistematizado que esteja voltado à saúde do policial militar.

Este estudo justifica-se, inicialmente, pela necessidade de escutar o sofrimento no trabalho com PMs afastados no Estado do Tocantins nos moldes teóricos e metodológicos deste estudo de caso. Outro motivo de realização desta pesquisa está relacionado ao elevado número de afastamentos do trabalho constatado pela DSPS (Diretoria de Saúde e Promoção Social)<sup>1</sup>.

Outro aspecto importante está relacionado às pesquisas encontradas no qual apresentam e discutem o sofrimento vivenciado por PMs (SILVA; VIEIRA, 2008; MINAYO; ASSIS, 2011; SOUZA, MINAYO; PIRES, 2012; OLIVEIRA, 2013; CARMO, GUIMARÃES; CAEIRO, 2016; CARVALHO, 2016; PAULINO; LOURINHO, 2016) e os riscos psicossociais relacionados ao exercício da profissão policial militar, por meio do uso do

---

<sup>1</sup> Não recebemos autorização para obter o quantitativo dos dados oficiais, bem como sua divulgação.



PROART (FACAS, 2013) no qual foi realizado o mapeamento destes riscos no 1ºBPM; 5ºBPM; 6º BPM; 7º BPM e 1º CIPM o mapeamento destes riscos (CARVALHO, 2016; BEZERRA, 2017; TOMAZ, 2017; ROSÁRIO, 2017; FERREIRA, 2017). Estes estudos apresentaram-se como uma confirmação da importância de narrar o sofrimento no trabalho, além de configurar a relevância científica e acadêmica.

Em seu estudo, Carvalho (2016) destacou como resultado: a) divisão social do trabalho comprometida e marcada pela desvalorização e dificuldade apresentada pelos PMs em expressar suas ideias; b) o estilo gerencialista sobressaindo-se ao estilo coletivo resultando na dificuldade de realizar mudanças relacionadas ao trabalho e mostra-se como uma dificuldade inerente ao serviço de policial militar devido a organização do trabalho militarizada e hierarquizada; c) o esgotamento mental acompanhado da falta de sentido do trabalho; d) as disfunções físicas e sociais sobressaindo-se. E como uma das intervenções a serem realizadas, o autor sugere o um momento de escuta do sofrimento.

Seguindo a proposta central desta pesquisa, Mendes e Araujo (2012) ao discorrer sobre a escuta do sofrimento no trabalho, enfatizam que um dos compromissos é o favorecimento da fala. O ato de falar possibilita a criação de um espaço de escuta, bem como favorece e suscita o ensino do falar e do escutar, visando colocar a palavra em ação. Isto propicia ao trabalhador repensar o trabalho e indagar a respeito da organização do trabalho e os vínculos sociais que são estabelecidos na medida em que o sujeito vai se relacionando com o real (neste caso, com o mundo do trabalho). Portanto, a narrativa surge como elemento importante na construção da pesquisa tanto no viés teórico quanto metodológico.

O binômio comunicação-trabalho tem sido foco de interesse de pesquisadores das mais diversas áreas. Para Fíguro (2008; 2013) a comunicação institui-se na contemporaneidade trazendo questões relacionadas à comunicação no mundo do trabalho, no qual este sofreu transformações significativas decorrentes da reestruturação do capital e das organizações. Isto ocorreu, sobretudo, pelo surgimento e inclusão de novas tecnologias de informação, pelo fluxo globalizado de mercadorias, pela nova gestão da produção e de pessoas, no qual Fíguro (2008) afirma que “[...] hoje vivemos a fase do globalismo” (p.22).

A autora acredita que o processo de comunicação no mundo do trabalho contribui de forma direta para permitir a circulação da palavra, no qual se torna possível compreender e transformar uma realidade. Esse processo envolve

[...] as interações humanas, as sociabilidades, as técnicas e práticas, as tecnologias e as novas sensibilidades, a comunicação como educação, como poder e desenvolvimento dos grupos sociais. [...] campo da comunicação é multi, trans e interdisciplinar (FÍGARO, 2008, p.17).

Deste modo, nota-se que o processo de comunicação está para além do conceito base “emissor-receptor”, ele está voltado principalmente para a ação humana. Neste ínterim, a comunicação é incorporada a fim de envolver os problemas advindos dessa nova lógica de mercado em consequência das transformações da contemporaneidade (FÍGARO, 2008; 2013).

A fala é, sobremaneira, uma forma encontrada de se comunicar e, por conseguinte, a comunicação deve ser compreendida em sua magnitude, onde a criação de um espaço de discussão juntamente com o ato de colocar a palavra em ação possibilitará a oportunidade de fazer com que o sujeito consiga se colocar no lugar do outro permitindo a reflexão sobre as dimensões (in)visíveis do trabalho e os destinos possíveis dados ao sofrimento (FÍGARO, 2008; MENDES; ARAUJO, 2012).

Através da narrativa oral, instaurou-se um espaço de discussão no qual foi possível acessar o sofrimento vivenciado pelo PM afastado do trabalho, além de compreender a organização do trabalho policial militar e quais os possíveis destinos dado a este sofrimento. Tecendo-se assim a interdisciplinaridade que o tema trabalho possui, unindo os nós da Filosofia, Sociologia, Comunicação e Psicodinâmica do Trabalho sobre o tema.

Torna-se assim relevante para a academia ter um estudo de caso analisado em profundidade, inter-relacionando aspectos da trajetória de vida com a de policial militar afastado do trabalho. Bem como também relevante para a equipe do CIRR/PMTO por ter em mãos uma análise detalhada de um trabalhador que apresentou ao longo da vida profissional vários afastamentos e que agora é possível ter uma noção mais ampliada da sua história de vida e sua intersecção com o trabalho. Para a sociedade a relevância centra-se em conhecer o que há por trás da potência e virilidade da ocupação de ser policial militar, desmistificando a profissão.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender a narrativa do sofrimento no trabalho vivenciado por um policial militar afastado.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

1. Narrar o caso de um policial militar afastado do trabalho;
2. Analisar a psicodinâmica do trabalho do policial militar afastado;
3. Delinear os possíveis destinos do sofrimento do policial militar.

### 1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Como estrutura da dissertação, a introdução no qual versa as notas introdutórias acerca do que é a presente pesquisa, abordando o problema de pesquisa, a delimitação do escopo, a justificativa envolvendo aspectos relevantes de sua realização e, por fim, o objetivo geral, seguido dos objetivos específicos para efetivação do estudo.

Posteriormente, a fundamentação teórica compõe o segundo capítulo deste estudo. A primeira parte discute os aspectos teóricos relacionados ao conceito de trabalho, incluindo o processo de globalização; em seguida envolve o debate interdisciplinar, por meio das narrativas do conceito de trabalho, pelo viés da Filosofia e da Sociologia; posteriormente, aborda a inter-relação entre a Comunicação (via narrativas) e a Psicodinâmica do trabalho e, por fim, o trabalho vivo e os destinos do sofrimento no trabalho.

Na segunda parte são apresentadas questões voltadas a Polícia Militar e a Segurança Pública, envolvendo aspectos relacionados Polícia Militar (em si) e o trabalho policial militar, perpassando pelo surgimento dessa Polícia no Brasil, até chegar na sua formação e estruturação no Estado do Tocantins.

A terceira parte versa sobre questões relacionadas ao percurso da Psicopatologia do Trabalho ao processo de fala escuta; enfatizando o percurso de 1980 a 2009, e de 2010 a 2017.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, engloba inicialmente questões relacionadas à ciência e as narrativas no âmbito da Comunicação. Em seguida, apresenta-se o método do processo de fala-escuta (no qual compõe parte do percurso metodológico) que é composto por 03 eixos: os dispositivos clínicos, a formação do clínico e a supervisão clínica. Em seguida, apresenta os participantes, os instrumentos utilizados na pesquisa, os procedimentos de pesquisa, as estratégias de análise dos dados e a devolução ao sujeito de pesquisa e à instituição militar CIRR/PMTO.

O quarto capítulo é composto pelos resultados da pesquisa, no qual subdivide-se 1) na narrativa do caso João e no resumo das 07 sessões realizadas; 2) análise da psicodinâmica do trabalho; 3) o pós reforma: os possíveis destinos do sofrimento no trabalho.

No quinto capítulo encontra-se a discussão do caso João. Nela é discutida o conceito de falta enquanto sintoma (pelo viés da Psicanálise) que perpassa toda a trajetória de vida dele (pessoal e profissional). Essa falta resulta na vivência do desamparo, permeado por situações e experiências de frustração desembocando no sentimento de angústia e de fobia resultando no sofrimento. E, finalizando, tem as considerações finais pertinentes ao contexto geral do que se objetivou pesquisar.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica está composta por 03 capítulos relacionados, de forma geral, ao conceito de trabalho. No primeiro capítulo são abordados os aspectos teóricos relacionados ao trabalho e o advento da pós-modernidade, onde se intersecciona a comunicação com outras áreas do saber. Na sequência, o segundo capítulo versa sobre questões inerentes e peculiares a Polícia Militar. E, por fim, o terceiro capítulo trata de aspectos da construção de 30 anos – da Psicopatologia do Trabalho ao processo de fala-escuta.

### 2.1 O TRABALHO E A PÓS-MODERNIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS

*Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.  
É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário.  
E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à  
humanidade pertence.  
Bertolt Brecht.*

Neste capítulo será discutido o processo de globalização e seu reflexo no mundo do trabalho; em seguida apresenta-se um debate interdisciplinar pelo viés da Filosofia, da Sociologia, da Comunicação e da Psicodinâmica do Trabalho. Posteriormente, a centralidade do trabalho é apresentada como elemento importante na construção da identidade e das relações sociais. Por fim, o trabalho vivo e os destinos do sofrimento decorrentes do real do trabalho (o ato de trabalhar).

#### 2.1.1 O processo de globalização e o mundo do trabalho

O processo de globalização é discutido por autores como Castells (2002), Giddens (2003), Hall (2006) e Sennett (2009). A globalização é um fator fundamental para compreensão do conceito de trabalho e, principalmente, do processo de reestruturação produtiva do capital e das organizações.

A década de 1950 marcou o início deste processo e pode ser entendido como sinônimo da invasão de corporações ou grupos. Ou seja, de fragmentos que se apresentam organizados permitindo a criação de novos modelos de sociedade, de forma a envolver fenômenos de natureza econômica, política, tecnológica, cultural e social (GIDDENS, 2003).

Voltando-se, mais precisamente, ao contexto social, Castells (2002) no que tange a sociedade informacional na pós-modernidade, afirma que a globalização se apresenta

organizada em rede e ressalta que as mutações ocorreram num ritmo acelerado. Deste modo, a informação mostra-se como mola propulsora de um novo modo de produção social e se amplia com o avanço das tecnologias. Isto acaba por afetar não apenas o sujeito, mas os sistemas e as organizações nas quais ele (o homem) se encontra inserido. Desta maneira, é preciso compreender o novo formato da teia que rege esta nova conjuntura, refletindo no mercado de trabalho.

A lógica da rede, apresentada por Castells (2002) está caracterizada pela ideia do sujeito viver conectado uns aos outros, de maneira interdependente e indissociável, onde a sociedade contemporânea tem a informação como manancial de produtividade (fonte da riqueza das nações) e poder. A informação é compreendida pelo autor como os dados apresentados de forma organizada e que são comunicados para algo ou alguém. Ela é percebida, também, em meio às transformações ocorridas no mundo do trabalho potencializando o sistema econômico vigente, no qual a informação está atrelada (in)diretamente à comunicação.

A reestruturação do mundo do trabalho foi necessária, visando novas formas de gerir e organizar as questões relacionadas ao trabalho (ANTUNES, 2012, 2014; BARRETO, 2009). Neste contexto de reorganização o Estado torna-se menor, permitindo o avanço do setor privado e a ampliação dos seus poderes, resultando numa nova configuração no mundo do trabalho na pós-modernidade (GIDDENS, 2003).

A inovação tecnológica, por sua vez, também é um fator que impacta na nova realidade apresentada no que tange o contexto do trabalhador, onde este por vezes é substituído pela máquina (CASTELLS, 2002). Isto pode ser confirmado a partir de Barreto (2009), quando a autora ressalta a diminuição dos postos de trabalho “(...) em nome do avanço das novas tecnologias” (p.04). Isto resultará na flexibilização que conduz a intensificação e a precarização do trabalho.

Não obstante, a era do mundo global carrega consigo marcas do neocolonialismo e, ampliando a concepção de Giddens (2003), este faz referência a um processo permeado pela ativação das relações sociais em escala a nível mundial. Não apenas isto, mas estas relações passam a ser compreendidas como conexões entre as diversas regiões do globo – sendo esta mais uma característica que identifica não apenas a globalização, mas o período destacado a priori.

Neste ínterim, nota-se que a globalização colabora, sobretudo, com a expansão dos mercados e para recrutar a força de trabalho qualificada e - inclusive estrangeira como ressalta Antunes (2012, 2014) - condizente com a realidade de mercado imposta, visando a nova

morfologia do trabalho. Em meados da década de 1980, após a Ditadura Militar e a partir da Nova República de José Sarney que o tripé, compreendido pelo setor produtivo estatal, capital nacional e capital internacional, começou a sofrer as primeiras transformações (ANTUNES, 2012). Isto, portanto, foi o estopim rumo ao capitalismo flexível (SENNETT, 2009; ANTUNES, 2012, 2014).

Mergulhados nas amarras da pós-modernidade, e voltando-se de forma mais direta para o mundo do trabalho, Sennett (2009) discorre sobre um capitalismo flexível. Capitalismo este aproximado das discussões levantadas por Antunes (2012, 2014) quando o mesmo apresenta as transformações pertinentes ao trabalho. Nesta forma de capitalismo, não se vê empregos duradouros por isso fala-se de organizações flexíveis utilizando-se do “flexitempo”. Por assim se apresentar Sennett (2009) ressalta que,

As organizações flexíveis hoje estão fazendo experiências com vários horários do chamado "flexitempo". Em vez de turnos fixos, que não mudam de mês para mês, o dia de trabalho é um mosaico de pessoas trabalhando em horários diferentes, mais individualizados (...). Esse mosaico de tempo de trabalho parece distante da monótona organização do trabalho na fábrica de alfinetes; na verdade, parece uma liberação do tempo de trabalho, um verdadeiro benefício do ataque da organização moderna à rotina padronizada. As realidades do flexitempo são bem diferentes (p. 65-66).

Confirmando a ideia da não existência de trabalhos duradouros, Sennett (2009) considera que,

O sinal mais tangível dessa mudança talvez seja o lema "Não há longo prazo". No trabalho, a carreira tradicional, que avança passo a passo pelos corredores de uma ou duas instituições, está fenecendo; e também a utilização de um único conjunto de qualificações no decorrer de uma vida de trabalho. Hoje, um jovem americano com pelo menos dois anos de faculdade pode esperar mudar de emprego pelo menos onze vezes no curso do trabalho, e trocar sua aptidão básica pelo menos outras três durante os quarenta anos de trabalho (p. 21-22).

Deste modo, entende-se a flexibilidade como uma maneira acessível para harmonizar e ampliar a vida das pessoas, tanto no âmbito profissional quanto no pessoal como afirma Sennett (2009). A flexibilidade, portanto, passa a ser entendida como um fator positivo no contexto da pós-modernidade. Assim, do mesmo modo em que se fala de uma identidade líquida, flexível e não-linear, tais características também se estende ao ramo do trabalho, mesmo gerando insegurança e ansiedade às pessoas. Não se fala de trabalhos duradouros, mas sim de projetos e atividades que permitam mobilidade ao trabalhador para ele transitar por diversos espaços, tendo a oportunidade de ampliar seu “*networking*”, ou seja, sua rede de contatos. Isto pode ser compreendido com a nova morfologia de trabalho apresentada por Antunes (2012, 2014).

Tratando-se da ausência de empregos duradouros decorrentes da necessidade de atender as novas demandas e imposições apresentadas pelo mundo do trabalho é, portanto, percebida e vivenciada uma “Sociedade do Espetáculo” – termo designado por Debord (1997). Este termo permite a reflexão e a análise acerca da sociedade e suas vicissitudes na pós-modernidade. A sociedade do espetáculo exige altos níveis de desempenho do trabalhador a fim dele conseguir desenvolver suas atividades atendendo nas necessidades e exigências do mundo do trabalho.

Confirmando a proposição de Debord (1997), a autora Morin (2001) desenvolve a ideia de que “[...] Ao mesmo tempo em que milhares de pessoas sofrem pela falta de uma vaga, outras sofrem pelo fato de terem que trabalhar excessivamente” (p.09). E voltando-se para tais afirmações é possível entender que para Debord (1997) o conceito de espetáculo apresenta-se como uma inversão da vida concreta para justificar e objetivar uma ideologia considerada hegemônica. Neste caso, dando vazão às altas performances, à intensificação da força de trabalho, o alto índice de produção e, conseqüentemente, o consumo dos bens produzidos.

Importante ressaltar que o espetáculo proposto por Debord (1997) não corresponde aos meios de comunicação em massa, e nele a cultura se torna mercadoria. Isto ocorre uma vez que não existe um controle direto sobre estes meios, por se tratar de uma reprodução de valores que quando compreendidos pela sociedade, o sujeito presencia, por vezes, vivencia uma inversão deles.

Nesta sociedade do show, as novas performances são contempladas e vividas pelos trabalhadores como uma estratégia de inserção num contexto macro social e acompanhar as transformações e dar conta das demandas apresentadas pelo mundo do trabalho. Isto permite ter a sensação de ser parte integrante de um grupo maior dando a falsa ideia de pertencimento. E, fazendo uma analogia ao que Anderson (2008) chama de “comunidades imaginadas”, há a presença das empresas privadas, com suas culturas e formas já enraizadas de atuar no mercado de trabalho, como locais no qual o sujeito passa a sentir-se como membro integrante daquele grupo, vivenciando a dinâmica imposta. Aqui é possível a compreensão de uma realidade atribuída, principalmente pelas grandes empresas de cunho privado que dão a falsa e errônea ideia de pertencimento, além da formação e manutenção de vínculos afetivos duradouros.

As empresas apresentam-se, também, como representações imaginárias de uma sociedade laica e neoliberal, onde existem estilos de vida que se enquadram nos critérios de simplicidade (BAUMAN, 1998). Buscam, portanto, este ponto como referência e, até mesmo,

de identificação com a realidade estabelecida e são concebidas de acordo com o modelo de produção vigente (BIRMAN, 2013). Segue, portanto, a ideia do modelo do capital financeiro devido a sociedade ter sido alterada a configuração da mesma para a lógica de um mercado, que regula não apenas os sujeito, mas as relações sociais.

Dando continuidade a esta reflexão, Eliane Brum (2016) em um dos seus artigos intitulados “Exaustos-e-correndo-e-dopados”, discorre de forma muito inteligente e interessante acerca da “Sociedade do Desempenho”, no qual é possível fazer alusão ao que Debord (1997) chamou de “Sociedade do Espetáculo”. Brum (2016) ressalta em seu escrito que, nesta sociedade a qual denominou de “sociedade do desempenho”, o sujeito consegue acolher no mesmo corpo o senhor e o escravo do trabalho, onde tais papéis diante da flexibilidade, fluidez e aceleração decorrente da pós-modernidade são confundidos.

Indo ao encontro do apresentado por Antunes (2014), na pós-modernidade existem várias formas de atuação do profissional, destacando o “*home working*” – aquele trabalhador que realiza suas atividades na sua própria casa. Ele tem a *internet* e outros dispositivos móveis, como o celular, como uma estratégia para informar o que está sendo feito, gerenciar equipe e/ou delegar funções e atividades pertinentes ao seu trabalho. Nessa maneira de atuar, o profissional, mais uma vez, devido o comodismo e conforto de estar em sua casa, acredita falsamente trabalhar menos. O que não acontece, pois o contexto acaba por, também, aprisiona-lo fazendo com que o mesmo dedique várias horas de seu dia ao trabalho. E, para confirmar isto, há a presença marcante de dispositivos como celulares, *tablets* e outros – conectados ou não a *internet*, mas que, mesmo assim permitem ao gestor e/ou a empresa em geral entrar em contato com o trabalhador a qualquer hora e em qualquer lugar.

Corroborando com este entendimento, a autora ainda garante que “Ao final do dia que não acaba resta a ilusão de ter lutado todas as lutas, intervindo em todos os processos, protestando contra todas as injustiças” (BRUM, 2016, p.03), tendo, de forma efetiva, os meios de comunicação como elementos contribuintes desse movimento. Deste modo, a relação simbiótica é evidenciada, podendo ser considerada como fonte de sofrimento psíquico ao trabalhador. Como forma de sucumbir esta possibilidade de sofrimento e, posterior, adoecimento psíquico, o sujeito busca paliativos a fim de permanecer nessa rotina desenfreada procurando e desejando algo que nem mesmo ele sabe o que é. Assim, (psico)patologias vão surgindo e o corpo não aguenta o ritmo frenético no qual está imerso.

Diante deste contexto, Sennett (2009) e Brum (2016) ressaltam que até mesmo as relações familiares acabam sendo respingadas pelos resquícios e exigências da sociedade do desempenho. E, para “aliviar” essa dor o sujeito se dopa com medicamentos para aguentar a



velocidade não humana e continuar exausto e correndo. Neste contexto, há o reforço da indústria dos (psico)fármacos, instigando o seu consumo exacerbado no objetivo de encontrar estratégias para amenizar as mazelas decorrentes do trabalho que afetam seu psiquismo. Isto é confirmado nos estudos de Gaviraghi et.al (2016). Tais medicamentos deixam o sujeito dopado, e utilizando-se de uma metáfora simplória diria que o trabalhador utiliza óculos escuros como forma de não enxergar, de fato, a realidade apresentada (BRUM, 2016).

A sociedade do trabalho - e em suas múltiplas variações: do espetáculo, do desempenho e do cansaço - produz infartos psíquicos como expõe Brum (2016) ao citar mais uma vez o filósofo Han (mencionado acima). Esses infartos estão relacionados à produção de sujeitos fracassados e depressivos. Essa depressão é compreendida como a sensação do “não mais *poder poder*”, onde “(...) A depressão, portanto, seria o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade” (BRUM, 2016, p.05). Isto pode ser considerado como um reflexo da pós-modernidade acompanhada do processo de globalização.

A partir do que foi apresentado até o momento, surge a necessidade de discutir o processo de globalização, por ser um dos causadores de todas estas afirmações e indagações feitas e são pertinentes a sociedade do desempenho na qual os sujeito fazem parte. Sennett (2009) e Hall (2006) discorrem bem sobre este contexto que permeia o mundo do trabalho. A globalização trouxe vários benefícios, mas também malefícios, e deste modo, torna-se importante discorrer e compreender este processo a partir das transformações ocorridas no mundo do trabalho.

Um ponto positivo percebido é a legitimação de novas performances para atuar e sobreviver no mundo do trabalho; outro ponto relaciona-se a construção social de uma realidade que se apresenta com características peculiares à pós-modernidade. Uma consequência prejudicial ao mundo do trabalho decorre da precarização das formas de trabalho (ANTUNES, 2014; BIRMAN, 2013).

Tratando-se da globalização, Hall (2006) assegura que ela apresenta como uma de suas principais características “(...) a compreensão “espaço-tempo”, a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre as pessoas e lugares situados a uma longa distância” (p.69). Neste contexto de globalização, a flexibilidade, mencionada inicialmente, também está direcionada aos meios de comunicação, permitindo – no ambiente de trabalho, por exemplo – um encurtamento, assim como uma descentralização e amplia as maneiras de comunicar algo ou alguma coisa a alguém. Há uma quebra e queda de muros, onde a globalização e as inovações tecnológicas quando bem compreendidas e

utilizadas de forma adequada, permitem uma maior compreensão da realidade social o sujeito está imerso.

Neste ínterim, o uso da *internet* (por exemplo) nas organizações de trabalho exalta o encurtamento de distâncias (que pode ser um aspecto positivo, porém negativo por fragilizar as relações) e a disponibilização direta de informações pertinentes as atividades laborais. Quando este uso é exacerbado, pode trazer problemas graves de compreensão da dinâmica de trabalho e criando barreiras que refletem no empobrecimento das relações de trabalho (HALL, 2006; SENNET, 2009). Isto pode ser entendido, quando “Os líderes empresariais e os jornalistas enfatizam o mercado global e o uso de novas tecnologias como as características distintivas do capitalismo de nossa época” (SENNET, 2009, p. 21). Porém, quando não utilizadas da melhor forma, podem provocar um desequilíbrio tanto na dinâmica empresarial/institucional quanto no trabalhador.

Embora a globalização apresente pontos negativos, a mesma apresenta seus benefícios. Logo, seu impacto foi percebido através reestruturação no processo de trabalho, permitindo o avanço em meio às necessidades emergidas na pós-modernidade e isto impactou, também, no trabalho vivo do policial militar.

### **2.1.2 Narrativas do trabalho: um debate interdisciplinar**

Permeia neste capítulo o debate interdisciplinar abordando 04 pontos de vista, a saber: a) filosófico (ARENDDT, 2010); b) sociológico (ANTUNES, 2012, 2014; NEFFA, 2015), c) da comunicação (FÍGARO, 2008; 2013) e d) da Psicodinâmica do Trabalho (DEJOURS, 1992, 2004, 2009, 2011a; 2011b), uma vez que discorrer sobre o conceito de trabalho torna-se inicialmente uma tarefa difícil e complexa, mas necessária para ampliação da temática.

Birman (2013) assegura ser necessário ter uma maior precaução ao discutir sobre este conceito a fim de não psicologizar a questão. Ele pontua isto, de forma enfática, com o objetivo de não haver um empobrecimento da análise a ser feita; para tanto é necessário ater-se aos registros teóricos e metodológicos da questão. Ressalta que “(...) Com efeito, o campo do trabalho não é o objeto teórico específico de nenhuma disciplina, mas se inscreve nas *bordas* de um conjunto de discursos teóricos que confluem para a sua análise, de maneiras diferentes, porém complementares” (BIRMAN, 2013, p. 42).

Insta citar, portanto, que não cabe privilegiar uma ou outra disciplina ao discutir o conceito de trabalho, mas sim compreendê-lo a partir da interdisciplinaridade. Isto impede a possibilidade de reducionismo teórico, por constituir-se como um campo (elemento central),

caracterizado pela diversificação e pela multiplicidade de olhares, permitindo a inscrição de vários teóricos durante as leituras e estudos realizados sobre ele (o trabalho).

O conceito de interdisciplinaridade é discutido por Orejuela (2009) no campo das ciências sociais. Para o autor não existe a ciência, e sim as ciências, e que ela se constitui como um campo heterogêneo no qual as disciplinas separadamente tentam se articular umas com as outras a fim de permitir a totalidade de um saber. Portanto, este autor defende a ideia no qual a ciência se configura por meio de diversas disciplinas, constituindo um campo multidisciplinar sendo esta uma relação dinâmica e dialética que alimenta o desenvolvimento científico e encontra-se num eterno devir a fim de atender a todos os olhares que incidem sobre os objetos de estudo.

Afirma que a ciência é um campo pluriparadigmático por natureza e que a interdisciplinaridade é como o combustível que alimenta o desenvolvimento do campo de pesquisa e apresenta-se como uma condição essencial. Deste modo, o conceito de trabalho é discutido por uma multiplicidade de disciplinas permitindo a ampliação dos estudos por pesquisadores e estudiosos acerca da temática (OREJUELA, 2009).

Considerando a interdisciplinaridade enfatizada, torna-se relevante discorrer sobre o conceito de centralidade do trabalho. Luckács (1979) apud Freitas (2013) entende este conceito a partir da ontologia do trabalho (tratando o ser enquanto ser). Para tanto, evidencia a importância do trabalho nas mais diversas sociedades e o expõe como elemento basal para compreender a ação humana concreta dos homens na sua influência mútua com o mundo (relação entre o homem e a natureza). Assim, é possível entender o trabalho como atividade prática voltada ao social (a religião, a política, a arte, a filosofia, a ciência, e outras) - ou seja, a práxis social como afirma Marx (1985).

Deste modo, entende-se a influência do trabalho na existência do sujeito “(...) desde o sensível até o agir” (FREITAS, 2013, p.77). Apresenta-se como intercessor entre o pensamento e a atividade, além de ser uma categoria fundamental que elucida o homem enquanto ser social, fazendo parte de sua vida. Logo, modifica o ambiente em que vive, e este acaba por influenciar no seu modo de viver e, também, nas suas relações sociais. Recorrendo à complexidade e necessidade de pensar o trabalho a partir da interdisciplinaridade, a Psicodinâmica do Trabalho “(...) afirma a centralidade do trabalho diante da construção da identidade dos sujeitos trabalhadores” (FREITAS, 2013, p.80), além do trabalho se tornar uma prática elementar na interposição entre o inconsciente e o ambiente social.

Conseqüentemente, neste contexto a questão da centralidade do trabalho torna-se fundamental ao considerar o papel do trabalho na constituição do homem. Ou seja, Facas,

Silva e Araújo (2013) o ressaltam como elemento central, não se voltando apenas a uma questão de sobrevivência, mas de campo que contribui na formação da identidade, das relações sociais e para a saúde mental. Por este motivo torna-se central.

Neffa (2015) afirma ter o trabalho múltiplas dimensões, dentre elas destaca a dimensão objetiva e subjetiva. Deste modo, entende-se que o trabalho colabora em dar sentido à existência do homem, e ele sofre com o desemprego e quando a organização do trabalho não permite a construção desse sentido. O trabalho permite o uso e o desenvolvimento de conhecimentos e experiências, o aprendizado continuado, além de construir relacionamentos fazendo-se sentir parte de um coletivo de trabalho e contribui, também, na formação da identidade.

Numa visão filosófica, Hannah Arendt (2010), em “A Condição Humana”, ao discorrer acerca das vicissitudes que permeiam o conceito de trabalho como condição humana, apresenta este como elemento central e constituinte da vida do sujeito. A autora apresenta um estudo sistemático sobre os elementos constituintes do trabalho; elementos estes conceituados por ela como: *vita activa* e *vita contemplativa*.

Desta maneira, a *vita activa* foi compreendida pela autora como a composição de três atividades: o labor, o trabalho e a ação. E a *vita contemplativa*, por sua vez, constitui-se da contemplação do belo, no que tange a realização da atividade enquanto fator relacionado à condição humana. Ressalta-se, ainda, que esta contemplação torna-se condicionada às atividades que compõem a *vita activa* (ARENDRT, 2010).

Considerando as três atividades da *vita activa*, entende-se o labor como “a atividade que está voltada para a manutenção da vida e sobrevivência da espécie e está associada ao corpo, pelo movimento que realiza para retirar da natureza os meios de subsistência, pelo consumo desses meios e pela reprodução da espécie” (ALVES, 2014, p.19). Assim, a forma como Alves (2014) expressa sua compreensão, reforça a ideia inicial do trabalho como fonte de sobrevivência e subsistência. Compreendendo, portanto, o ciclo fundamental da natureza quanto a sua relação existente com o homem.

Tratando-se da segunda atividade apresentada - o trabalho - o autor afirma que “a condição humana do trabalho é a mundanidade. O trabalho, por sua vez, é a atividade associada às mãos, pela produção de objetos que estão destinados a ocupar um lugar no mundo” (ALVES, 2014, p.19). Completando esta afirmação, o autor utiliza a expressão *homo faber* para designar o que se dedica a esta atividade apresentada por Arendt (2010). Este por sua vez, passa a ser entendido como o homem que fabrica seus próprios instrumentos e

ferramentas de trabalho contribuindo com a produção da arte e de objetos que por ele serão utilizados.

Por fim, no que tange ao elemento ação: “a condição humana da ação é a pluralidade humana já que os homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Portanto, a ação está fundada na convivência entre os homens” (ALVES, 2014, p.20). A ação pode ser apreendida como estruturante não apenas do fazer, mas também como uma atividade voltada para o estabelecimento das relações sociais e, conseqüentemente, da construção da identidade e subjetividade do sujeito que o torna singular perante os demais. Corroborando esta afirmativa, Roik e Pilatti (2009) destacam que além do trabalho ser considerado uma condição de existência social, ele pode ser apreendido como fonte para a criação de identidade e das relações sociais. Por conseguinte, a partir da compreensão da relevância do trabalho na vida do homem, é possível afirmar que “[...] o trabalho conserva um lugar importante na sociedade” (MORIN, 2001, p.09).

Do ponto de vista sociológico, tais conceitos delineados por Arendt (2010), também são discutidos por Antunes (2012, 2014), quando o mesmo traz reflexões acerca da nova morfologia do trabalho e suas conseqüências. Em seu estudo, quando discorre sobre as transformações ocorridas, o autor expõe que elas trouxeram novos sentidos e significados quanto ao conceito evidenciado.

O sentido do trabalho é considerado como uma das críticas fundamentais discutidas pelas ciências sociais, principalmente daquelas que visam à análise e a compreensão das relações de trabalho permeadas e existentes entre as organizações e os trabalhadores (COSTA, 2013a). E, corroborando com este autor, quando o mesmo discorre sobre o sentido do trabalho, é possível destacar que autores como Schweitzer et. al (2016) realizaram uma pesquisa sobre as bases epistemológicas relacionadas ao conceito do(s) sentido(s) e significado(s) do trabalho pautando-se em estudos nacionais.

Os autores acima citados realizaram a pesquisa a partir de uma revisão integrativa de 25 artigos indexados nas bases de dados PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), considerando a produção existente entre os anos de 2005 a 2015. Para análise dos artigos encontrados, foram criadas 03 categorias norteadoras, sendo elas: a) as características da produção científica; b) a produção científica a partir dos aspectos epistemológicos na Psicologia; e por fim, c) a associação das perspectivas epistemológicas na Psicologia aos paradigmas sociológicos.

Além do amplo desenvolvimento da produção científica como um dos resultados destacados, a predominância de artigos voltados à ciência psicológica também foi ressaltada. Seguida desta informação, notou-se que os descritores utilizados,

[...] podem ser apreendidos por diferentes perspectivas, tais como a administração, a sociologia e a própria psicologia, sendo que a produção de conhecimento por meio da parceria entre pesquisadores de diferentes ciências e áreas mostra-se enriquecedora e possibilita uma compreensão mais abrangente do fenômeno a partir de diferentes aspectos (SCHWEITZER *et al.*, 2016, p.112).

Esta reflexão pode ser confirmada a partir da complexidade e a variação do sentido do trabalho ao longo do tempo e na transição vivida de uma sociedade para outra. Não apenas isto, mas a multidimensionalidade assegurada e recorre às diversas disciplinas para discussão do conceito, como evidenciado a priori nos estudos de Schweitzer *et al.* (2016).

Antunes (2012, 2014) promove uma reflexão acerca dos métodos de produção seguindo o viés do capitalismo, uma vez que estes interferem e transformam as relações de poder estabelecidas entre o viés capitalista e os trabalhadores. Isto, de acordo com o autor, leva a uma fragilização das relações refletida na falta de sentido no trabalho para aqueles denominados por ele de a “classe-que-vive-do-trabalho”.

Revisando literaturas acerca do conceito de trabalho nota-se uma diversificação das linhas teóricas que abordam o assunto, assim como a existência de um processo de metamorfose do mesmo. Durante a década de 1980, houveram as primeiras investidas do que Antunes (2012, 2014) denominou de reestruturação produtiva, induzindo as empresas a seguir e adotar, novos padrões tanto a níveis de organização quanto de tecnologia incluindo novas maneiras de disposição social do trabalho.

Considerando o exposto acima, Antunes (2012, 2014) discorre e apresenta a nova morfologia do trabalho a partir de seu texto intitulado “Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações”. Tanto neste quanto no artigo “A nova morfologia do trabalho no Brasil: Reestruturação e precariedade”, o autor aponta o surgimento e a legitimação de outras formas de trabalho, sendo exemplo as seguintes formas: o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário”, o “cooperativismo” e o “infoproletariado”. Acrescenta-se ainda a terceirização como uma das maneiras apresentadas por Antunes (2012, 2014). Estas se apresentam como modalidades por repetidas vezes suprem o trabalho formal, suscitando as novas e velhas construções de intensificação e, até mesmo, na auto exploração do trabalho (ANTUNES, 2010).

### **2.1.3 Comunicação e Psicodinâmica do Trabalho: tecendo a interdisciplinaridade**

Retomando os estudos acerca do conceito de trabalho, entende-se que é possível, também, a reflexão e discussão da interdisciplinaridade entre a Comunicação e a Psicodinâmica do trabalho. Para tanto, propõe-se – inicialmente - entender como o binômio comunicação-trabalho, proposto pelos estudos de Fígaro (2008, 2013), pode ser discutido na construção desta pesquisa no qual se busca narrar o sofrimento vivenciado por um PM afastado do trabalho.

No viés da Comunicação, para constituir inicialmente a discussão e legitimar essa interdisciplinaridade, inicialmente são destacados os estudos apresentados por Fígaro (2008, 2013), Rebechi e Fígaro (2013) e Kanyat (2016). Para tanto o estudo acerca da comunicação a partir do mundo do trabalho torna-se elemento norteador no campo da investigação adotado pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) (REBECHI; FÍGARO, 2013).

O estudo da comunicação vinculado ao trabalho apresenta-se como uma proposta de cunho teórico-metodológico no qual aborda a centralidade do trabalho a partir do campo da comunicação (FÍGARO, 2013). Deste modo, é possível compreender que a comunicação torna-se um elemento constitutivo da ação humana, ou seja, ela “[...] organiza, constrói e transforma redes de sentido no mundo do trabalho que está em permanente mudança” (KANYAT, 2016, p.70).

Fígaro (2008) entende que a comunicação (enquanto característica inerente ao ser humano) foi incorporada à lógica produtiva na finalidade de propiciar maior acúmulo do capital. Consequentemente, são intensificadas e potencializadas as transformações sofridas no mundo do trabalho, permitindo um impacto cada vez mais avassalador no trabalhador. Este, por sua vez, se vê na obrigação de incorporar a lógica de mercado a fim de manter-se pertencente a uma sociedade do espetáculo, a uma sociedade do desempenho.

Seguindo esta reflexão acerca do binômio em destaque, a narrativa foi uma maneira encontrada (no âmbito da Comunicação) para retratar e acessar a vida pregressa do policial, bem como os aspectos relacionados à organização do trabalho militar e o sofrimento vivenciado e seus possíveis destinos. Neste âmbito, narrar apresenta-se como uma configuração fundamental de atividade linguística, além de ser considerado um tipo peculiar da comunicação cotidiana (HANKE, 2003).

As narrativas são utilizadas para acumulação, armazenamento e transmissão de conhecimentos, além de servirem como um meio de percepção e se mostrarem como dispositivos utilizados no jogo da linguagem. Ou seja, elas revelam o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em forma de relatos (MOTTA, 2005).

Para confirmar esta ideia, entende-se que a realidade vivenciada e apresentada do sujeito torna-se resultante de uma construção narrativa (HANKE, 2003). Deste modo, corroborando com este autor, Barthes (2011) aduz que a narrativa apresenta uma característica animista do pensamento humano, podendo ser amparada, por exemplo, pela linguagem proferida, oral ou escrita, pela imagem, pelo gesto, além de fazer-se presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na conversação. Ela está presente em todos os lugares, tempos e sociedades, sendo presumível afirmar que ela tem seu início com a história da humanidade, portanto, todo grupo humano tem sua própria narrativa (BARTHES, 2011).

E tomando como base o que estes autores entendem por narrativas, é possível acessar a realidade cotidiana apresentada por um policial militar afastado do trabalho. Realidade esta relacionada tanto a vida pregressa do militar à instituição quanto a partir de seu ingresso e execução das atividades militares.

Neste íterim, considerando a importância das narrativas na construção deste estudo, entende-se que o conceito de trabalho continua como central nas reflexões, uma vez que é dentro do contexto de trabalho que se constituirá uma narrativa tendo os pressupostos teóricos de Hanke (2003), Barthes (2011) e Motta (2005) ao explicarem o que vem a ser uma narrativa. Deste modo, ela se configura como uma parte das ciências humanas tendo como objetivo estudar os sistemas narrativos seguindo a essência das sociedades, visando o estudo das relações humanas e o entendimento de como o sujeito social constrói seus significados por meio da apreensão, compreensão e expressão narrativa de uma realidade (MOTTA, 2005).

É neste contexto que a narrativa vai ao encontro do conceito de trabalho, uma vez que este se apresenta como elemento importante e central na constituição do sujeito e de suas relações. Assim, no viés deste estudo, torna-se possível compreender a interdisciplinaridade e o estudo do binômio comunicação-trabalho tomando como base o objetivo no qual se pretende alcançar, pois “[...] a comunicação narrativa pressupõe uma estratégia textual que interfere na organização do discurso e que o estrutura na forma de sequências encadeadas. Pressupõe também uma retórica que realiza a finalidade desejada” (MOTTA, 2005, p.02-03).

Indo ao encontro do autor, Freitas (2007) apresenta a importância da linguagem em meio a uma narrativa. A autora aponta como característica principal da enunciação é que aquele que discursa é considerado o cerne da análise, e o que se apresenta como importante nesta análise é o processo de enunciação, onde o sujeito deixa a sua marca naquilo que é dito.

A marca deixada é definida pelo locutor quando ele a usa e é neste momento que é possível falar da subjetividade na linguagem, “[...] pois é na interlocução entre o *eu* do falante



e o *tu* do ouvinte que se dá o fundamento linguístico da subjetividade” (FREITAS, 2007, p.97). Por isso, ressalta-se a importância da linguagem na constituição do sujeito (constituição da identidade) e, para fins de análise, o importante é a enunciação, ou seja, o processo verbal.

O fato de o produto não ser o mais relevante, permite compreender que a linguagem pode ser analisada por meio da interdisciplinaridade, no qual a disciplina em destaque se utiliza de outros conhecimentos a fim de explicar o fenômeno analisado. Não apenas pela perspectiva interdisciplinar, mas pela transdisciplinaridade, enfatizando a inexistência de fronteiras entre as áreas do conhecimento a ser utilizadas para contribuir com a análise (FREITAS, 2007).

Reportando-se ao conceito de trabalho pelo viés da Psicodinâmica do Trabalho, para Dejours (2011a) o trabalho não se reduz às relações sociais, ao assalariamento e, muito menos, a ideia de poder. O autor visa o trabalho como a concepção do novo, daquilo que é original. E, pensar no conceito de trabalho, permite a reflexão acerca do trabalhar. O trabalhar, ou o ato de trabalhar, está relacionado diretamente com o real do trabalho, no qual a realidade imposta ao trabalhador é marcada pela obstinação da matéria, dos instrumentos ou das máquinas utilizadas no trabalho (DEJOURS, 2004).

Além de elemento essencial, o trabalho é fundamentalmente humano e apresenta-se como mediador ou intercessor entre o sujeito e o meio social, contribuindo para sua formação e suas relações sociais (DEJOURS, 2011b). Isto é conferido uma vez que o trabalho permite a inserção e a interação das pessoas com o meio social, por isso não se configura apenas através de uma relação salarial ou emprego (DEJOURS, 2011a; MERLO; BOTTEGA; PEREZ, 2014).

A narrativa se apresenta, também, como uma atividade direcionada ao outro, pois o sujeito sempre trabalha direcionado para alguém e para alguma coisa. E, pensando no trabalho e como ele se relaciona com o sujeito, Freitas (2007) entende ele como um ser sócio histórico e culturalmente situado, onde da mesma forma que constrói o mundo, é por ele construído em meio a uma influência mútua, de caráter dialógico, com seu interlocutor.

Voltando-se a esta compreensão sobre o trabalho citada por Dejours (2011a) e Merlo, Bottega e Perez (2014), retoma-se o processo de reestruturação produtiva do capital e das organizações, estas últimas estão associadas a novas formas de gestão (BRANT; GOMEZ, 2004; ANTUNES, 2012, 2014; PÉRILLEUX, 2013). Focando nas transformações que permearam o contexto do mundo do trabalho, torna-se relevante compreender suas origens, e por isso, estas vão desde a separação dos modos de produção taylorista e fordista até a adoção de modelos ditos mais flexíveis (MERLO; MENDES, 2009).

A característica da flexibilidade, que surge neste âmbito do mundo do trabalho, exige um trabalhador mais comprometido com seu trabalho, mais performático e, conseqüentemente, mais submetido às condições apresentadas para trabalhar (DEBORD, 1997; SENNETT, 2009). Isto acaba por interferir diretamente na constituição de sua identidade no contexto pós-moderno, sendo esta compreendida como algo híbrido no qual se encontra em constante mudança (FREITAS, 2007). Essa flexibilidade se apresenta em forma de servidão, funcionando como uma saída em massa (válvula de escape) à terceirização da força de trabalho (PÉRILLEUX, 2013; ANTUNES, 2014). Deste modo, instaura-se a precarização dos empregos e, conseqüentemente, a diminuição dos salários desembocando num processo de desregulamentação não só do trabalho como também da redução dos direitos sociais para os empregados de forma geral.

O sujeito é afetado por ter o trabalho como elemento central em sua vida, refletindo também em sua saúde psíquica. A natureza das novas organizações de trabalho surgidas no século XXI é compreendida como impulsionadora de adoecimento, acometendo a saúde física e psíquica do trabalhador (MERLO; MENDES, 2009; PÉRILLEUX, 2013). Neste contexto, torna-se necessário discutir o conceito de cooperação no mundo do trabalho. Ela pode ser compreendida como uma ação realizada em conjunto destinada a um mesmo fim e que, seguindo a lógica do capitalismo, se fundamenta no sistema de produção capitalista.

A cooperação visa transformar o trabalho individual e independente em trabalho social, marcado pelas características da produção capitalista (GHIZONI, 2013b; HAMRAOUI, 2013). Entender a força de trabalho coletiva como uma força produtiva social do trabalho permite a obtenção dos resultados, advindo do ato de trabalhar, de maneira eficiente e eficaz, visando sempre uma elevada produção. A consequência deste movimento resvala no aumento da força produtiva com a finalidade de explorar cada vez mais a fim de obter mais lucro e intensificação da mão de obra (ANTUNES, 2012, 2014; GHIZONI, 2013b; HAMRAOUI, 2013).

Ao tratar-se de um coletivo e, conseqüentemente, da cooperação, Périlleux (2013) afirma que existem certas resistências para a formação de coletivos, e isto se deve às recusas individuais. Isto pode ser compreendido a partir da competitividade que passa a existir sendo instigada pelo contexto do capitalismo, numa busca incessante de produzir cada vez mais e destacar-se perante os demais colegas de trabalho. Portanto, atualmente, evita-se o coletivo a fim de cada trabalhador tentar se sobressair naquilo que produz, podendo fazer uma alusão ao que Debord (1997) chama de sociedade do espetáculo.

Em linhas gerais, nota-se que ao mesmo tempo em que a cooperação une, ela segrega e incide sob as relações de trabalho fragilizando-as e afastando os trabalhadores entre si. Esse individualismo reflete no isolamento do trabalhador, no qual irá depositar toda sua energia a fim de obter resultados acima da média e destacar-se perante os demais. Ao evitar o espírito de cooperação, este ato instiga a competição não apenas entre os trabalhadores, mas reflete também no mercado de trabalho (HAMRAOUI, 2013).

Assim, se nota como as transformações ocorridas no mundo do trabalho impactaram no sujeito, refletindo em sua constituição identitária, bem como de suas relações. Além disso, embora estas mudanças visem o desenvolvimento e progresso de toda uma sociedade, elas apresentam em seu cerne aspectos que refletem de forma negativa no sujeito. Por vezes as novas formas de trabalho e suas consequências incitam e levam o trabalhador a vivenciar o sofrimento e o adoecimento no trabalho. E é seguindo este viés que o presente estudo se fundamenta, visando narrar o sofrimento de um policial afastado do trabalho, tendo a organização do trabalho como foco de análise e o delineamento dos possíveis destinos deste sofrimento por meio de seu relato.

#### **2.1.4 O trabalho vivo e os destinos do sofrimento**

Entende-se que o trabalho vivo apresenta-se incorporado ao processo de fabricação de manufaturas, no entanto, ele juntamente com suas características peculiares a fim de atender a lógica de mercado e os comandos inerentes à produção e o trabalho em si, apresentam-se como obstáculos para a efetivação do escopo do capital (FREITAS, 2013). Portanto, o trabalho vivo acaba sendo substituído pelo trabalho morto, onde a máquina é sua forma mais efetiva de expressão, pois ao contrário do trabalhador a máquina não adoece e nem faz greve. Estes entendidos como empecilhos ao desenvolvimento e produção do capital. O trabalho morto passa a ser compreendido como o capitalismo tecnológico, e gradativamente está galgando espaços maiores e significativos no mundo do trabalho.

Do ponto de vista de Freitas (2013) o sistema de máquinas ganha intensidade e consente o fortalecimento do nexos de exploração do trabalho na sociedade capitalista. O desenvolvimento tecnológico, bem como as novas formas de organização produtiva e o ingresso da terceirização acabaram por ocasionar elevados índices de desemprego e subemprego, além de atenuar a união e a solidariedade dos trabalhadores. Isto reforçou ainda mais a flexibilização e, conseqüentemente, a precarização do trabalho (ANTUNES, 2012, 2014; PÉRILLEUX, 2013).

Essas transformações estão relacionadas diretamente ao processo de reestruturação produtiva do capital, no qual as empresas consideradas de grande porte através dessa

flexibilização (inclusive dos regimes de trabalho) instigam a competitividade fraturando e fragmentando intensamente a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2012). É neste ímpeto de competição que não apenas o sujeito em si, mas as relações de trabalho vão se fragilizando.

De acordo com Freitas (2013) o trabalho vivo pode até ser substituído pelo trabalho morto, porém nunca eliminado, uma vez que ele envolve a força de trabalho humana. E esta força de trabalho, caracterizada pelo homem em ação, que consegue lidar com as particularidades do real nos contextos de trabalho, uma vez ser ele que lida diretamente com o inesperado, o desconhecido e, até mesmo, com o imprevisível. Este entendido por Dejours (1992) como o real do trabalho. E neste encontro com o real que o trabalho vivo tem a possibilidade visível de alcançar a sua potência criativa e sua subjetividade imprescindível para a estruturação psíquica dos sujeitos trabalhadores (FREITAS, 2013).

Unindo-se ao pensamento de Freitas (2013), Hamraoui (2013) e Périlleux (2013), os autores Brant e Gomez (2004) também discutem questões relacionadas ao avanço tecnológico afirmando que este tem a finalidade de proporcionar bem-estar ao homem. Entendem que o trabalho na contemporaneidade tornou-se mais brando do ponto de vista físico, entretanto, vem se mostrando mais intenso e penoso em termos psicológicos, sendo permeado pela competição. Neste ponto, a coletividade que a priori parece ser um aspecto positivo, passa a ser compreendida ressaltando a competitividade onde os locais de trabalho passam a ser vivenciados como uma rede de discórdias individuais e grupais. Esta não sendo vivenciada apenas pelos trabalhadores, mas numa concorrência desenfreada onde o tamanho da empresa não assegura seu espaço e estabilidade no mercado de trabalho.

Conforme essa dinâmica, o mercado apresenta exigências demasiadas por produção e qualidade e, isto envolve tempo e espaço tornado as organizações de trabalho mais competitivas (BRANT; GOMEZ, 2004). Como consequência desse ritmo frenético de produção, intensificação da mão-de-obra e da precarização do trabalho, o sujeito trabalhador é intimidado em sua conduta íntegra. Este fato parte de um simples mal-estar podendo desencadear até o pânico (BRANT; GOMEZ, 2004; ANTUNES, 2012, 2014). E é nesta substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto que as mudanças nos processos de trabalho junto da inserção das novas tecnologias decorrentes da lógica capitalista estabelecem intensas modificações na maneira de trabalhar.

Para Dejours (2004) esse trabalhar é compreendido como o preenchimento do hiato existente entre o trabalho prescrito e o real, onde este último se revela ao sujeito a partir da resistência aos procedimentos prescritos da organização do trabalho. Este ato implica num saber-fazer, num engajamento do corpo, na mobilização subjetiva, na capacidade que o sujeito

tem em refletir, bem como de interpretar e resistir às situações apresentadas pelo real, pelos imprevistos advindos tanto dos instrumentos de trabalho quanto dos outros trabalhadores. Acrescenta, ainda, que o real do trabalho irá se manifestar de forma afetiva ao sujeito e neste ímpeto que é estabelecida sua relação fundamental de sofrimento experimentada de forma direta pelo sujeito. E isto se une ao que Brant e Gomez (2004) conceituam como sofrimento sendo ele uma resposta, em viver imerso em circunstâncias que não são adequadas ao trabalhador, neste caso o que caracteriza o real do trabalho (DEJOURS, 2004).

No entanto, para Dejours (2009) o sofrimento produz o trabalho, e não o contrário, porém a atual organização do trabalho não oprime o sofrimento em si, mas sim os mecanismos defensivos usados contra o sofrimento. Este não se mostra exclusivamente como uma consequência final desta relação com o real. Ele pode ser apreendido também como uma proteção da subjetividade (de si mesmo) em relação ao mundo numa busca de artifícios para atuar sobre o mundo com a finalidade de transformar o sofrimento e encontrar um canal que permita o sujeito a superar a oposição voltada ao real (DEJOURS, 2004).

Junto a esta afirmação de Dejours (2004) encontra-se Périlleux (2013) quando ele ressalta que o sofrimento contém um potencial tanto criador quanto crítico, mesmo não sendo fácil acessá-lo. Contribuindo com esta discussão, este autor afirma que a aplicação da categoria sofrimento não induz à omissão, a não socialização do mesmo nem, tampouco, ao ressentimento, pois é o silêncio e a inabilidade de revelar o sofrimento que conduz o trabalhador a condição de impotente diante de sua dor. Embora, ele seja compreendido como uma experiência particular e única a cada sujeito, o sofrimento encontra-se no âmago da dependência político e social.

O impedimento de acesso pode ser concebido quando envolve a visibilidade política do sofrimento, no qual anseios de vergonha e outros dispositivos de defesa como a negação e, até mesmo, a dissimulação impeça que alguns dos sofrimentos vivenciados surjam e sejam discutidos no espaço público de discussão. E, neste mesmo espaço, os mediadores (os clínicos) exigem uma definição objetiva e refutável das experiências que se apresentam tão particulares e subjetivas a cada um. Périlleux (2013) afirma que neste movimento pode ser que os trabalhadores em sofrimento sejam descobertos, porém mostram serem possuidores de uma virtude humana sobressaindo-se ao seu sofrimento. Neste ínterim, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, onde a reestruturação do capital e as novas organizações são destacadas, não provocou mudanças apenas no mundo do trabalho, mas incidiram diretamente no sujeito.

Este movimento, caracterizado pelas formas atuais de organização, levou não apenas ao surgimento da flexibilidade no contexto de trabalho, mas também resultou no surgimento das novas patologias, corporais e mentais pós-modernas (DEJOURS, 2009; PÉRILLEUX, 2013). Deste modo, decorreram da intensificação do trabalho, do rompimento dos coletivos advindos do processo de cooperação, juntamente com o medo de ficar desempregado e o enfraquecimento do lugar de assalariado (PÉRILLEUX, 2013).

Estas também são causas dos meios de dominação, no qual estão pautados nas relações de força e poder sociopolíticas. A dominação no trabalho, de acordo com o autor, impede as condições de reflexão e de aprimoramento, indispensáveis a modificação do sofrimento deixando o trabalhador acuado frente ao real do trabalho e as imposições e exigências decorrentes da organização do trabalho.

Brant e Gomez (2004) apresentam três fontes do sofrimento: 1) o próprio corpo; 2) o mundo externo (as organizações de trabalho, por exemplo); e 3) os relacionamentos com outros homens, este último quando há fragilização dos laços de trabalho e sociais. E a partir destas fontes de sofrimento é discutido os destinos dados a estas manifestações, podendo “[...] levar a uma intensificação ou conservação, ao aumento ou diminuição da vontade de viver, mas sempre portado as marcas tanto do próprio inconsciente quanto dos dispositivos do mundo institucional ao qual está ligado” (BRANT; GOMEZ, 2004, p.942). Périlleux (2013) denomina de destinos políticos do sofrimento.

No entanto, para tratar dos destinos políticos desse sofrimento do trabalhador é importante definir algumas questões relacionadas a prática clínica, uma vez que envolve a clínica do trabalho em sua essência. Para Périlleux (2013) a clínica do trabalho não se expõe a partir de uma ação política, pois a socialização do sofrimento não se mostra interessada e nem sempre é desejada por seus participantes. Contudo, ao invés de suprimir o sofrimento deve-se transformá-lo em sofrimento criador.

Diante das dificuldades e transformações impostas pelo sistema capitalista, ele acaba por afetar diretamente na prática clínica. A grande dificuldade está na criação de causas comuns aos participantes no que tange o sofrimento vivenciado por eles, isto reflete no que Hamraoui (2013) apresenta e ressalta quanto aos ônus e bônus no que ele denomina de cooperação que tem a finalidade de o trabalho individualizado em social. Porém, a forma como esta cooperação é compreendida dentro das organizações acaba originando e instigando a competição em prol do aumento da produção a partir da intensificação da mão-de-obra.

E é neste contexto, que se instaura o grande desafio ao clínico do trabalho no qual ele deverá apontar aspectos de oposição e elabore técnicas criativas para questionamentos

favoráveis, prevalecendo a característica da democracia que deve existir no coletivo (PÉRILLEUX, 2013). Desta forma, permitirá a construção de uma posição mais intimista permitindo a formação das causas em comuns a serem debatidas e argumentadas no espaço público de discussão a ser constituído no qual a partir do processo de fala-escuta será possível alcançar uma nova ordem e acessar o sofrimento dos trabalhadores. Brant e Gomez (2004) consideram a linguagem dos trabalhadores como ferramenta e não apenas um conjunto de representações. E através dela será possível identificar os destinos do sofrimento revelado a partir de uma dimensão ética e política.

A formação destas causas não se apresenta como um processo fácil, muito pelo contrário, ela se mostra bem complexa. Neste contexto de estruturar-se um coletivo, os trabalhadores que estão vivenciando o sofrimento devem preencher algumas condições para tudo acontecer de forma adequada a fim de alcançar o objetivo principal da realização da escuta clínica. Périlleux (2013) aponta três condições: 1) a criação dos vínculos de consolo recíproco; 2) resistência às divisões internas, ou seja, criação de grupos menores dentro do coletivo e 3) favorecerem-se de dispositivos voltados atribuição de uma atuação política e, até mesmo, judicial.

Ao conseguir efetivar estas condições no intuito de formar as causas comuns, a partir da escuta clínica permeada pelo uso da linguagem instaurada no processo de fala-escuta, o clínico do trabalho bem como os trabalhadores participantes vai tornando o sofrimento vivenciado comum a todos. Ao entrar em contato com este sofrimento é possível discutir e compreender a respeito dos destinos políticos do sofrimento. Esta será apresentada como um desafio e proposta de atuação da pesquisadora ao realizar a escuta clínica do sofrimento com os policiais militares que estão afastados de suas atividades de trabalho, utilizando-se dos dispositivos clínicos (análise da demanda, transferência e interpretação) discutidos na obra de Mendes (2014).

Para delinear os destinos do sofrimento, primeiro torna-se importante entender e compreender a organização do trabalho, envolvendo assim questões relacionadas ao trabalho prescrito e o real do trabalho para desenvolver a ideia da existência de um hiato entre estas formas de trabalho bem como as relações de trabalho dentro das organizações. Neste contexto seguindo o objetivo central da PdT no que tange a problematização da relação homem-trabalho, enfatizando as vivências de prazer e sofrimento e à reorganização da organização do trabalho (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015).

É possível então perguntar como a organização de trabalho pode ser fonte de sofrimento ao sujeito trabalhador? De que maneira é possível “dar voz” a este sujeito para que

ele possa falar sobre seu sofrimento? Quais os destinos que ele direcionará o seu sofrimento? Como ele, a partir do processo de fala e escuta pode ressignificar o seu sofrimento, e transformá-lo em prazer? Estas e tantas outras indagações serão tratadas e, até mesmo, respondidas através do que Mendes (2014) denomina de escuta clínica do sofrimento, no qual o espaço público de discussão permitirá o acesso ao sofrimento dos policiais militares que estão afastados por motivos de trabalho e compreender quais os destinos que eles estão dando ou darão a este sofrimento.

Brant e Gomez (2004) versam sobre seis destinos do sofrimento na gestão de trabalho: 1) a somatização como uma experiência de localização do sofrimento no corpo; 2) a psiquiatrização; 3) a medicalização; 4) a licença médica; 5) a hospitalização; e 6) a reinserção profissional a aposentadoria por invalidez. E neste ímpeto objetiva-se delinear os destinos do sofrimento no trabalho vivenciados no processo de escuta clínica com os policiais militares afastados do trabalho.

A organização do trabalho tem uma forma peculiar quando se trata de capturar o trabalhador. Voltando-se para o processo de intensificação, flexibilização, precarização do trabalho e incluindo as novas formas de trabalho propostas por Antunes (2012, 2014), as organizações utilizam-se da sedução organizacional para apreender o sujeito (VIEIRA, 2014). Estas organizações mostram-se sedutoras no qual propõe um jogo de fantasias, onde o sujeito é induzido a acreditar que somente os privilegiados e os mais performáticos ingressarão num grupo especial de trabalhadores, fazendo-os sentir pertencentes a um grupo exclusivo (VIEIRA, 2014).

Isto mostra o tanto que a evolução e civilização dos tempos atuais estão subordinadas ao poder econômico que rege a lógica capitalista. A lógica da sedução organizacional é regida por um discurso ideológico, no qual a ideologia é entendida como “[...] um processo de dominação” (VIEIRA, 2014, p.197). Vieira (2014) afirma que esse discurso é consolidado ao utilizar “[...] ideias, palavras, imagens, valores, gestos, entonações, artefatos e outros elementos subjetivos” (p.197). Essa lógica acaba se tornando excludente, onde a lei do mais forte predomina, não havendo lugar para os fracos, para aqueles que não conseguem lidar com as adversidades impostas pelo mundo do trabalho.

Nesse ímpeto, os trabalhadores incorporam os projetos organizacionais de uma forma tão majestosa como se estes fossem suas próprias vidas, e passam a se doar e depositar toda sua carga de energia para desempenhar as atividades que lhes são conferidas. Se doam por completo, e as organizações mostram-se como verdadeiros sangue-sugas, a medida que o



trabalhador mostra que é capaz, mas a organização vai exigir e explorar ele para que a lógica mercadológica não cesse.

Isto se concretiza pelo fato dos trabalhadores desejarem fazer parte do pensamento fantasioso regido pelas organizações em prol de promessas que nunca serão cumpridas no mundo imaginário organizacional. E para arrastar multidões as organizações estimulam um dedicação exacerbada através de artifícios que aprisionam o trabalhador. Estes artifícios podem ser convênios médicos e odontológicos, convênios com academias desportivas ou até mesmo a acomodação de aparelhos de ginástica dentro da própria empresa, os programas de qualidade de vida que oferecem formas diversas de promover o que os atuais gestores denominam de bem-estar aos seus colaboradores (VIEIRA, 2014).

Diante desta configuração do mundo do trabalho, o sofrimento acaba sendo inerente e impossível de não ser acessado. O conteúdo do trabalho é deposto de significado e os trabalhadores passam a acreditar que não existe saída, a não ser suportar a sobrecarga voltada ao corpo físico e a pressão psicológica que desencadeia tantas patologias. Este sofrimento quando não transformado em prazer ou sofrimento criativo por meio da inteligência prática, e a mobilização subjetiva, por exemplo, leva o sujeito ao adoecimento. Como é o caso dos policiais militares participantes deste estudo, no qual será importante a realização da escuta clínica para entender desde o trabalho vivo até os destinos dados ao sofrimento.

Finalizando este capítulo, é possível apontar novamente os estudos de Mendes e Araujo (2012), quando as autoras ressaltam a importância do ato de narrar o trabalho como uma condição para denunciar a dolorosa inquietação ocasionada pelo sofrimento vivenciado no trabalho. Campos (2016) afirma que esta excitação não pode ser aliviada pelas vias de rotina da ação, mas unicamente pelo ato da fala do trabalhador para que ele consiga elaborar e perlaborar e, assim, conseguir transformar a realidade vivenciada.

## 2.2 A POLÍCIA MILITAR: UMA PROPOSTA DE SEGURANÇA PÚBLICA À SOCIEDADE

*Dizem que ela existe pra ajudar  
Dizem que ela existe pra proteger  
Eu sei que ela pode te parar  
Eu sei que ela pode te prender  
Polícia! Para quem precisa!  
Polícia! Para quem precisa de polícia!  
Titãs.*

Para esta pesquisa, cabe discorrer sobre os aspectos inerentes a Polícia Militar, indo desde o seu surgimento, perpassando pela maneira como ela se estrutura e se organiza quanto a sua atividade fim no tocante à sua representatividade para a sociedade civil. Neste contexto, Abbadi (2012) descreve a palavra “polícia” como oriunda do termo polis, surgido na antiga Grécia e significa cidade-estado, cidade, governo, administração. A partir desta conotação, nota-se a expressividade e representativa do termo, uma vez que ela emerge da carência social e de forma análoga à ascensão e progresso da sociedade com a finalidade de manter a ordem e a segurança pública.

### **2.2.1 A Polícia Militar e o trabalho policial militar**

O beneficiário do serviço policial é a comunidade em sua amplitude. Os benefícios versam sobre a garantia de um sentimento mais presente de segurança, no tocante a presença de um policial, bem como na medida em que se mostram disponíveis nos casos emergenciais.

Nas palavras de Bittner (2003) a aceção oficial do mandato da polícia é o de agência que visa a aplicação da lei. Define isto como policiamento, no qual a disposição interna e a divisão de trabalho nos departamentos elucubram grupos de controle ao crime. Destarte, o autor aduz sobre a representatividade do policial como um militante na contenda do crime e, por isso, eles sabem que estão sozinhos e resignados à própria sorte.

O trabalho do policial militar em si trás consigo variáveis que estão relacionadas ao ato de trabalhar (trabalho vivo) bem como a organização do trabalho envolvendo o trabalho prescrito e o real do trabalho, como proposto pela Psicodinâmica do Trabalho. O sofrimento vem como resposta ao que é posto e vivenciado pelo trabalhador, neste caso, dentro da instituição militar – envolvendo desde seu ingresso na corporação, passando pelo curso de formação no qual adquire uma nova identidade (sofre um processo de reconstrução identitária), até a realização de sua função considerando o seu posto ou graduação adquirida.

Mendes e Morrone (2010) afirmam que como forma de ampliar os estudos acerca desta temática (sofrimento no trabalho) identificaram, por meio de um levantamento, as vivências de sofrimento no trabalho que são reveladas pela presença de sentimentos como: insatisfação, medo, insegurança, desorientação, estranhamento, alienação, impotência diante das incertezas, frustração, vulnerabilidade, inquietação, depressão, tristeza, angústia, agressividade, desgaste, desânimo, impotência para promover mudanças, desgaste físico e emocional, culpa, desvalorização, raiva e tensão.

A existência desta categoria de trabalho deve ser vista como uma adaptação das práticas de ofício, no qual são dizimadas pela rotina da demanda de serviço, e a concepção da organização do profissional da polícia. A responsabilidade destinada a esta classe

trabalhadora está orientada para suportar todas as situações, até mesmo aquelas no qual o uso da força necessite ser usada. Já a sua habilidade consiste na capacidade dos policiais evitarem o uso desta força, exceto quando for imprescindível, que muitas vezes são desconhecidas pelas pessoas, havendo uma compreensão errônea das pessoas quando se trata desta necessidade (BITTNER, 2003).

Para este autor, o policiamento está voltado à aplicação da Lei, além de controlar a percepção que a comunidade tem referente ao mandato institucional abrangendo, inclusive, outras espécies de problemas que fogem ao prescrito da função militar. Isto ocorre devido à gama de atribuições destinadas aos policiais, enquanto responsabilidades inerentes a profissão que são entendidas como a definição da organização (GREENE, 2002) Dentre elas destacam-se: o patrulhamento, a investigação, o controle do tráfego, o aconselhamento, a administração, prender, narrar, acalmar, advertir, oferecer primeiros socorros, mediar, cessar, ameaçar, citar, dentre outras. Por isto, definir o que a polícia faz não é uma tarefa fácil.

As situações e os resultados são elementos que em conjunto com as atribuições se tornam interdependentes. As responsabilidades da atividade policial militar afeta a variedade de situações que os policiais se envolvem e, por sua vez, motivam o prenúncio de possíveis resultados. Estes originam e dão forma às situações diversas no qual a comunidade sente-se encorajada a encaminhar até a polícia. Assim, estas contribuem, de forma direta, na determinação das atribuições formais dentro da organização militar (BITTNER, 2003).

Devido as exigências e necessidades advindas da sociedade e da própria instituição militar, incluindo os fatores relacionados à organização do trabalho, o policial, por vezes, acaba não conseguindo se manter saudável e isto pode levá-lo ao sofrimento. Quando não consegue transformar este sofrimento em prazer ele pode vir a adoecer. E uma maneira encontrada de aliviar o sofrimento, nessa classe de trabalhadores, é fazendo o consumo do álcool, que pode leva-lo ao alcoolismo.

Lima (2003) aponta elevado índice de alcoolismo em policiais militares, indicando que o exercício de determinadas profissões – como a de policial – expõe o trabalhador a elementos prejudiciais à sua saúde mental. O sofrimento no trabalho é compreendido pelos estudiosos da área como um tema relevante e frequente uma vez que tende a abordar e discutir questões de ordem subjetiva relacionadas ao trabalhar (MENDES; MORRONE, 2010).

Para suportar tais vivências supracitadas, por vezes, o policial utiliza o álcool como uma maneira de aliviar as intempéries e adversidades da profissão. Para falar de alcoolismo é importante apresentar a distinção feita no estudo de Karam (2010). A autora aponta a diferença conceitual entre alcoolismo e alcoolização, respectivamente.

O primeiro é compreendido enquanto uma síndrome agregada à ingestão do álcool, porém entendida como patológica. Já a alcoolização é apresentada pela autora como o ato de alcoolizar, de ingestão do álcool como maneira encontrada (de forma coletiva), de defesa inconsciente. Seria, então, uma estratégia relacionada ao consumo patogênico, atribuída (aos coletivos) pela própria organização do trabalho. Conclui como sendo um sistema de ideias e convicções de resistência e oposição face o sofrimento psíquico não compensado e equilibrado pela via do trabalho (KARAM, 2010).

Araújo (2007) afirma que o álcool inicialmente é consumido como forma de obtenção de prazer e no decorrer do processo de alcoolização a pessoa que consome, bem como seus familiares, todos buscam formas de conter o avanço e os danos que provêm do alcoolismo. O alcoolista, nas fases iniciais, é visto como um ser desacreditável moralmente, uma vez que o estigma e o estereótipo destinados a ele se constata a partir da existência e observação de um padrão de consumo constante, que acaba por torna-se excessivo e prejudicial. Ele nega o alcoolismo e utiliza-se de mentiras (in)conscientes para tentar acobertar seus atos e comportamentos.

Sendo a Polícia Militar um órgão de extrema representatividade, ele se apresenta como um órgão de Segurança Pública e, para tal, é exigido do policial uma postura condizente com os princípios, com a missão e com os valores da instituição. Desta forma, ter o álcool como um dispositivo para o adoecimento, pode ser que a atividade fim do trabalho policial militar seja afetada inclusive quanto ao reconhecimento da sociedade sobre a veracidade da segurança promovida à sociedade. Ela, portanto, retrata as funções substanciais pautadas num policiamento visível e ostensivo, atuando também na preservação da ordem pública (BRASIL, 1988). A Segurança Pública surge como uma maneira de lidar com estas questões apresentadas, além de ser entendida como um avanço em relação às mudanças ocorridas na sociedade. Assume um papel importante e ganha dimensões ainda maiores em virtude da atuação perante a demanda da população (CARVALHO, 2016).

A Segurança Pública está filiada ao conjunto de precauções postuladas pelo Estado para o apoio dos direitos básicos dos cidadãos. Deste modo, a instituição policial necessita estar ligada ao serviço de segurança pública para até mesmo acompanhar o movimento e transformações ocorridas na sociedade, inclusive quando se trata da criminalidade.

Bittener (2003) afirma que o policiamento criminal é, na maioria das vezes, reconhecido como a essência da incumbência policial e a principal comprovação para a existência do estabelecimento policial. Isto repercute na vivência de que muitos dos casos para os quais a polícia é instada submergem problemas de ordem social e humana crítica e

séria. Por isso que para lidar com tais questões, os policiais acabam desenvolvendo rotinas pautadas em ideias, proposições e objetivos já concebidos, além de serem regidos e determinados por uma hierarquia detalhada e disciplina rigorosa.

E, considerando estas questões relacionadas ao trabalho policial militar, cabe a ampliação do estudo, e compreender acerca do surgimento da polícia no Brasil torna-se a finalidade do próximo tópico.

### **2.2.2 A Polícia Militar no Brasil**

Ao tratar de seu surgimento no Brasil, Sousa (2012), afirma que a finalidade central das primeiras expedições (era colonial) era de vigiar e patrulhar o litoral brasileiro e não a sua colonização, de modo que os colonos da época, mesmo sendo lavradores, apresentavam o cargo de policiais bem como de agentes de defesa nestas terras. Nessa época no Brasil a primeira tropa organizada foi a armada em São Vicente, com vistas ao ano de 1542, apresentando o objetivo principal de banir as forças espanholas dos domínios portugueses – devido ameaça constante a capitania.

Indo ao encontro da afirmação, Abbadi (2012) concorda informando que, a partir de uma pesquisa de cunho histórico, no dia 20 de novembro de 1530 a polícia brasileira dava início às atividades concernentes a sua prática a fim de favorecer e incrementar a Justiça. Não apenas isto, mas também organizar e estabelecer os serviços com caráter de ordem pública, no tocante as terras que foram capturadas, ou seja, usurpadas do Brasil.

Com a tomada de terras brasileiras tornou-se necessário o avanço e aperfeiçoamento da polícia no Brasil, e isto foi acontecendo de forma progressiva e necessária a fim de conter os acontecimentos da época. Este processo foi constatado a partir das demonstrações e vestígios escritos abandonados e consentidos pelos povos primitivos de tal época. Dentre estes povos da antiguidade, citam-se os egípcios e os hebreus, pois ambos foram os pioneiros a integrar e compreender as medidas policiais em suas legislações (ABBADI, 2012).

Sousa (2012) aponta a promulgação da Constituição da República em setembro de 1946 como um fato histórico para ser possível a compreensão do surgimento das instituições denominadas Polícias Militares. Estas foram instituídas como uma forma de assegurar e manter a segurança interna e para conservação da ordem nos Estados da federação, tendo o privilégio de se mostrarem como forças facilitadoras e reservas do Exército.

Bretas e Rosemberg (2013) mencionam o ano de 1808 como uma data mais precisa para demarcar e retratar o surgimento da polícia no Brasil, do que os acontecimentos do século XVIII. Assim, no período dos anos 1808, nota-se de forma mais evidente e inequívoca a história da polícia no Brasil considerando a mudança da família real portuguesa.

No contexto mencionado, esta nomenclatura atribuída ocorreu, de modo geral, após o período que ficou conhecido como Ditadura Militar ou Golpe de 1964. De acordo com Bicudo (2000) as polícias militares eram comandadas por oficiais do Exército em todos os Estados do Brasil. Nesta época, o governo militar suprimiu as Guardas Civis estabelecendo normas fiscalizadoras do Exército perante as Polícias Militares. Surgem, portanto, questões relacionadas à segurança pública e a elaboração de políticas públicas de segurança mostrando-se imprescindíveis para o controle social por meio da passagem tanto de dispositivos jurídicos quanto da magnificência institucional (CARVALHO; SILVA, 2011). Rolim (2006) entende que a instituição militar deve estar apostos, além de atuar e servir o cidadão sempre com destreza e qualidade nos serviços prestados, no entanto, ressalta-se a participação da sociedade como imprescindível para o delineamento de qualquer política pública.

Anjos e Carvalho (2009) apresentam em seu estudo várias situações que concorrem para o aumento da violência e da criminalidade, constituindo as condições de desigualdade social que são vivenciadas no Brasil. No entanto, esta desigualdade não deve ser compreendida apenas como consequência de um desenvolvimento já afetado, mas precisa ser concebido como uma dificuldade, e até mesmo como um desafio, decorrente dos avanços sociais. Por isso, talvez seja injusto reivindicar das polícias um resultado excessivamente factível e verossímil no combate as causas geradoras da desigualdade social e, conseqüentemente, da violência e da criminalidade.

Estas causas não devem ser evitadas e, tampouco, subjugadas somente a partir da correção e punição por parte da polícia (CARVALHO, 2016). Até mesmo pelo fato da situação econômica, principalmente a vivenciada nos últimos anos, se apresentar como uma influência expressiva no avanço do crime e das delinquências. Carvalho (2016) discorre, também, quanto ao uso e aplicação das leis, que em sua natureza e estrutura são apresentadas como uma maneira para proteger o coletivo, no entanto, por vezes acabam ocultando o não cumprimento de uma pena por parte dos precursores da economia popular.

Legitimando tal posicionamento, Garrido (2007) afirma que diante do ambiente promiscuo e motivador ao crime os explorados acabam seguindo o caminho da marginalidade, e com isso aumenta, de forma ávida, a criminalidade. Neste contexto de compreender a segurança da sociedade, os autores Carvalho e Silva (2011) merecem destaque ao discorrer acerca do cumprimento dos deveres por parte dos cidadãos e pelo respeito às garantias individuais. Mas para que isto aconteça de fato, é necessária a colaboração das entidades estatais e das organizações da sociedade como um todo, para certificar a segurança da comunidade.

E, considerando aspectos relacionados à Polícia Militar e seu surgimento no Brasil, é válido apresentar questões referentes a Polícia Militar no Tocantins, uma vez que este Estado é o mais recente da federação brasileira. Nesta configuração, a Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO) é vista, também, como a mais nova polícia no Brasil, dado a data de criação do Estado.

### **2.2.3 A Polícia Militar no Tocantins**

O Tocantins foi criado em 05 de outubro de 1988, quando data, também, a emancipação do Estado de Goiás. A PMTO surgiu no dia 01 de janeiro de 1989, através da Medida Provisória nº 001, que determinava a estrutura organizacional básica do Poder Executivo e implantava a Polícia Militar em seu organograma geral (HISTÓRICO... [201-?]).

Esta instituição apresentava a missão, já prevista na Constituição Estadual, que em seu Artigo 114 discorre ser “A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos estaduais: I – Polícia Civil; II – Polícia Militar” (TOCANTINS, 1989).

Na época de criação da PMTO, foi efetivado um total de 1.137 policiais provenientes do Estado de Goiás que atuavam na região e optaram por fazer parte do novo Estado (HISTÓRICO... [201-?]). Uma vez que a Polícia deve evoluir de acordo com a sociedade, houve a necessidade de ampliação do efetivo; para tanto foram realizados concursos públicos no qual em redação determinada pela Lei Nº 919, de 11 de agosto de 1997, o efetivo da PMTO elevou-se para um total de 3.644 homens.

Como forma de estruturação e melhor organização da instituição militar, foi criada a Lei Nº 2.578/2012 que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota providências. Nesta Lei, o serviço policial militar consiste no exercício de atividades inerentes à Polícia Militar, e compreende todos os encargos relacionados ao policiamento ostensivo e à manutenção da ordem pública (TOCANTINS, 2012<sup>a</sup>, Artigo 5º). Já a Lei Complementar Nº 079/2012, dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Tocantins, e adota outras providências. Ambas as Leis apresentam uma disposição fundamental na compreensão e conhecimento acerca da PMTO.

Sua organização básica está expressa na Lei Complementar 079/2012 da seguinte maneira: 1) Órgãos de Direção; 2) Órgãos de Apoio; 3) Órgãos Especiais; 4) Órgãos de Execução. Em seguida, são apresentadas as disposições gerais, transitórias e finais que trata de questões relacionadas ao Comandante Geral; ao Ato do Chefe do Poder Executivo; a Casa Militar regida por uma legislação especial. Na sequência, as atividades relativas aos chefes,

diretores, assessores ou comandantes de UPM (Unidades Policiais Militares) e os meios de comunicação oficial da PMTO (Boletim Geral ou Boletim Reservado).

Quanto ao ingresso na corporação, a Lei 2.578/2012, dispõe em seu art. 11 que depende da aprovação em concurso público de provas ou de provas de títulos, com aplicação de exame de conhecimentos e habilidades, exame de capacidade física, avaliação de saúde e psicológica, na forma prevista na Lei e no correspondente edital. Seguindo este pressuposto, existe uma série de exigências que devem ser cumpridas como forma de efetivação do ingresso na instituição militar, previstas na Lei Complementar 079/2012.

No art. 36, da Lei 2.578/2012,

Todo cidadão, após ingressar na Polícia Militar ou no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, presta compromisso de honra, no qual afirma a sua aceitação consciente das obrigações e dos deveres militares e manifesta a sua firme disposição de bem e fielmente cumpri-los (TOCANTINS, 2012a).

Este acordo se apresenta em modo majestoso e é exposto perante a tropa, logo após assumir seu grau de instrução, sendo este compatível com a compreensão de seus deveres enquanto integrante da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros (TOCANTINS, 2012a). A partir deste momento ele deverá seguir com as obrigações, responsabilidades e deveres de um militar.

Após a aprovação em concurso público, existe a realização de cursos de formação, além de habilitação e evolução do profissional que permitem o exercício pleno e mais completo para corresponder às situações limites existentes no exercício da profissão. Em sua atuação, manter uma postura ética e equilibrada torna-se elemento transversal devendo permanecer e estar em conformidade com a lei. Não apenas isto, mas salientando a responsabilidade e êxito na prática dos serviços prestados, garantindo sempre um serviço de qualidade (CARVALHO, 2016).

Ao ingressar, todos são regidos por dois princípios básicos: a hierarquia e a disciplina, tornando-a uma organização complexa numa linha de interesses diversos que dificultam à capacidade e competência de resistência e oposição à mudança (SILVA; VIEIRA, 2008). Ambas são compreendidas como fundamentais no exercício profissional e devem ser mantidas em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada, reformados e de outras organizações militares (TOCANTINS, 2012a, Art.13, §5º).

Quanto à hierarquia militar, ela versa sobre a classificação da autoridade, em níveis distintos, perante a estrutura da organização, no qual se eleva de acordo com a autoridade e demais responsabilidades inerentes ao grau hierárquico ocupado (TOCANTINS, 2012a).



Seguindo o sistema de hierarquia impresso na cultura da instituição, torna-se imprescindível apresentar a hierarquia da Polícia Militar.

Tal divisão é instituída através dos Postos dos Oficiais (desde o 2º Tenente até a patente de Coronel), considerados os comandantes (função de coordenadores) e Graduações conhecidas como as Praças (do Soldado até Aspirante a Oficial, considerado como uma Praça Especial), os comandados, na função de executores. Esta hierarquia está pautada no art. 15 da Lei 2.578/2012, indo do maior ao menor grau dentro da hierarquia apresentada, e acontece na seguinte disposição: 1) Coronel; 2) Tenente-Coronel, 3) Major; 4) Capitão; 5) 1º Tenente; 6) 2º Tenente; 7) Aspirante a Oficial; 8) Aluno do Curso de Formação de Oficiais (Cadete III, Cadete, II, Cadete I); 9) Subtenente; 10) 1º Sargento; 11) 2º Sargento; 12) 3º Sargento; 13) Cabo e 14) Soldado (TOCANTINS, 2012a).

Tomando como norte a disposição da hierarquia, a corporação militar é, de forma geral, compreendida em dois grupos: os oficiais, desenvolvendo a função de comandantes (coordenadores) e o segundo grupo formado pelas praças, desenvolvendo a função de comandados (executores). Porém, independente do grau de hierarquia assumido, a disciplina permeia e perpassa toda e qualquer atividade policial militar.

Ela está voltada para a realização, de forma efetiva e rigorosa, das atividades militar, independente da hierarquia. Caracteriza-se como a obediência e o cumprimento, principalmente, das normas e regras apresentadas e instituídas pela Lei. Ou seja,

[...] é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam a Corporação e coordenam o seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e cada um de seus integrantes (TOCANTINS, 2012a, Art.13, §4º).

Havendo seu descumprimento, os militares estão submetidos a punições das mais diversas naturezas; em ordem de gravidade decrescente: a) advertência; b) repreensão; c) detenção; d) prisão; e) reformar disciplinar; f) demissão (TOCANTINS, 2012a, Art. 13, §6º, VI). Por isso, o respeito à hierarquia e o cumprimento rigoroso da disciplina instituída devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada, reformados e de outras organizações militares (TOCANTINS, 2012a, Art.13, §5º).

É, portanto, diante deste contexto que a presente pesquisa se configura, considerando de forma efetiva, o surgimento, estruturação e organização da Polícia Militar do Tocantins e aspectos inerentes ao trabalho policial militar como a hierarquia e disciplina. Estes dois

princípios serão relevantes para compreensão do estudo, em sua totalidade, uma vez que há a necessidade base em compreender a instituição militar no qual o sujeito da pesquisa fez parte.

### 2.3 DA PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO AO PROCESSO DE FALA-ESCUITA: UMA CONSTRUÇÃO DE 30 ANOS

*Não existe um conceito único de ciência*  
(CHALMERS, 1993).

Apresentar e discutir os aspectos teórico-metodológicos construídos ao longo dos últimos 30 anos torna-se a finalidade neste capítulo. São destacados dois momentos importantes, a fim de delinear o percurso da teoria e da metodologia utilizada. Este percurso possibilita a confirmação de Chalmers (1993), quando o autor afirma não existir um conceito único para a ciência. Neste ínterim, aponta-se o pluralismo metodológico no intuito de contextualizar as adaptações e mudanças que serão apresentados e que caracterizam o presente estudo (SANTOS, 2003).

O primeiro vai abordar o percurso de 1980 a 2009, em que demonstrará o percurso da Psicopatologia do Trabalho para a Psicodinâmica do Trabalho, tendo no Brasil, a obra *A Loucura do Trabalho* (DEJOURS, 1992) como ponto de partida dos estudos na época. O segundo é compreendido no percurso de 2010 a 2017, no qual vai tratar dos (des)caminhos adotados na PdT, indo da escuta clínica do sofrimento ao processo de fala-escuta. Este termo foi discutido na qualificação deste trabalho, em maio de 2017 e, posteriormente, descrito por Mendes e Ghizoni (2017), tomando como norteadores os resultados obtidos com o uso desta prática clínica, nos mais variados contextos institucionais ao longo da trajetória de 10 anos. Neste contexto houve a necessidade de estabelecer novas proposições quanto ao método com a finalidade de considerar e qualificar a escuta no viés teórico-metodológico que articulasse a teoria do sujeito e do social.

#### **2.3.1 O percurso de 1980 a 2009**

O termo Psicopatologia do Trabalho foi criado por Paul Sivadon na França nos anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial. Seu estudo existe desde a década de 1970, e perdura até hoje. Mendes (1994) e Goulart (2016) ressaltam que esta abordagem estuda a conexão (interface) homem e a organização do trabalho, com um olhar mais voltado para a patologia decorrente do trabalho. Ou seja, começou estudando o adoecimento do trabalhador em seu local de trabalho, mais precisamente o sofrimento e as doenças ocasionadas pelo trabalho.

Este objeto de estudo pode ser confirmado a partir do subtítulo da obra *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* de (DEJOURS, 1992).

No pós guerra, notou-se que a indústria começou a ser vista com outros olhos. Assim, tornou-se necessário estudar as forças de trabalho que permeavam essa dinâmica onde o sujeito aparece como personagem principal num período no qual as condições de trabalho eram insalubres e angustiantes. Teve como foco a elevada carga de trabalho diária, as atividades caracterizadas pela rotina e pela repetição, a estrutura ortodoxa e imutável que incidia diretamente no sujeito trabalhador (GOULART, 2016).

Para Dejours (1992), a jornada de trabalho excessiva juntamente com a insalubridade do ambiente institucional provoca a busca incessante pela sobrevivência e a saúde do corpo, e de modo geral entende-se que é a organização do trabalho a causadora direta do sofrimento mental. Como organização do trabalho entende as atividades prescritas e peculiares a cada cargo, a divisão do trabalho, a hierarquia e as formas de comando e, não obstante, somam-se as relações tanto de poder quanto de responsabilidade. Esta prescrição citada por Dejours (1992) é corroborada com o sistema taylorista no qual apresenta uma organização do trabalho inflexível e rígida.

Dejours (1992) ao estudar o adoecimento dos trabalhadores e com a dificuldade em quantificar o motivo que causava as doenças, criou uma nova teoria, uma nova abordagem científica: a *Psicodinâmica do Trabalho* (final da década de 1970) no qual privilegia o estudo da normalidade sob o da patologia. Esta abordagem apodera-se de quatro campos do saber que são: a Psicologia, a Psicanálise, a Teoria Social e a Ergonomia (DEJOURS, 2004; MENDES, 2007), fomentando a interdisciplinaridade e o não reducionismo teórico do tema (DEJOURS; DERANTY, 2010), embora tenha, principalmente, a Psicanálise (Teoria do Sujeito) e a Teoria do Social como vertente central que contribui com o seu desenvolvimento (MENDES; ARAUJO, 2012).

Dejours e Deranty (2010) afirmam que a psicodinâmica do trabalho apresenta-se como um enfoque clínico fundamentado numa proposição de trabalho concentrado, sobretudo, “[...] na relação entre a subjetividade, trabalho e ação” (DEJOURS; DERANTY, 2010, p.167). Ao invés de direcionar seu olhar para quem adocece no trabalho, ele direciona seu olhar para quem continua saudável e trabalhando, mesmo em condições adversas ou até mesmo inexistentes dentro das organizações adoeedoras. Por conseguinte, foi observar quais estratégias defensivas estes trabalhadores utilizavam como uma maneira de suportar a organização do trabalho que os adoecia. Deste modo, ele busca os conhecimentos e saberes da Psicanálise para descrever as estratégias defensivas.

Ainda na década de 1980 a PdT francesa começa a ser desenvolvida no Brasil e teve a obra *A Loucura do Trabalho* como marco efetivo no Brasil em 1987 (DEJOURS, 1992). Na década de 1990 até o ano de 2009 três grandes trabalhos demarcam este percurso, são eles: o trabalho com os engenheiros de uma empresa pública de telecomunicações (MENDES, 1994), o livro *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas* (MENDES, 2007) e o artigo de Merlo e Mendes (2009) com a comprovação de que a PdT no Brasil era mais teórica que prática, assim há o investimento de experimentações metodológicas, adaptadas a realidade brasileira, que advém das práticas de escutas clínicas, apresentadas a seguir.

### **2.3.2 O percurso de 2010 a 2017**

Embora a teoria tenha sido conservada e utilizada em seu formato original - como proposto por Dejours (1992) - o método necessitou ser reformulado a fim de atender às demandas e expectativas brasileiras concernentes ao mundo do trabalho. Houve, portanto, a necessidade de reformulação do método, sendo esta uma das primeiras mudanças entre a PdT vivenciada na França e a PdT experimentada, em algumas regiões do Brasil, marcando um momento de cisão entre Dejours (1992) e Mendes e Araujo (2011, 2012). Esta cisão metodológica é reforçada na obra de Mendes (2014) e, por fim, as novas proposições apresentadas por Mendes e Ghizoni (2017).

Mendes e Araujo (2012) apresentaram uma nova forma de pensar as relações de trabalho, no qual passou a ser considerado o contexto brasileiro como um todo, incluindo principalmente a sua história e a cultura do país. Para tanto, resolveram que sistematizar e ampliar o método conforme suas experiências seria o caminho mais adequado ao que pretendiam.

As autoras, supracitadas, ao longo de 10 anos de estudos acerca do sofrimento relacionado ao contexto de trabalho, perceberam a necessidade de investigar mais o método para escutas clínicas de trabalhadores em sofrimento. Os estudos da PdT no Brasil são frutos, principalmente, das práticas clínicas desenvolvidas pelos Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Universidade de Brasília, da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mais recentemente na Universidade Federal do Tocantins.

Embora os estudos estivessem fundamentados na teoria dejouriana, o método começou a apresentar adaptações propostas por Mendes e Araujo (2011, 2012). As autoras, na obra intitulada *Clínica Psicodinâmica do Trabalho: O Sujeito em Ação* (MENDES; ARAUJO, 2012), apresentam dez condições que abordam o como fazer da clínica, ou seja, os procedimentos necessários para sua realização. São elas: 1) Organização da pesquisa; 2)

Construção e análise da demanda; 3) Instituição das regras de conduta do coletivo de pesquisa e do coletivo de clínicos; 4) Constituição do espaço da fala e da escuta; 5) Estruturação do memorial; 6) Restituição e deliberação; 7) Diário de campo e registro dos dados; 8) Supervisão; 9) Apresentação dos relatos; 10) Avaliação.

Do ano de 2010 a 2014 o foco da clínica psicodinâmica do trabalho estava nas chamadas clínica das patologias e clínica da cooperação, no qual são destacados alguns estudos como a dissertação de Medeiros (2012) com pilotos de helicópteros da unidade de operações aéreas do DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito. Em seguida, na tese de doutorado de Ghizoni (2013a) com catadores de materiais recicláveis em Palmas – TO, sendo este um marco do início das experimentações do método da clínica psicodinâmica do trabalho, privilegiando a escuta qualificada do clínico-pesquisador. Os estudos de Ghizoni, Mendes e Corgozinho (2013) nomeiam uma PdT brasileira, no entanto, esta terminologia não vingou para demarcar a diferença metodológica entre os procedimentos da psicodinâmica francesa para a brasileira.

No ano de 2014, duas dissertações foram relevantes ao percurso trilhado, a saber: a dissertação de Duarte (2014) com a realização de uma clínica da cooperação e das patologias com professoras e professores (em grupos separados, conforme a demanda). E, a dissertação de Alves (2014) com a realização da clínica da cooperação com taquígrafos parlamentares.

Na obra de Mendes (2014) intitulada Trabalho & Sofrimento: Práticas Clínicas e Políticas, a autora redesenha as condições de realização da prática clínica, passando de 10 condições para 03 condições. As demais condições são transformadas em dispositivos clínicos e instrumentos de pesquisa. Estas 03 condições são:

**a) Organização da pesquisa:** é uma etapa importante para ter um bom andamento de todo o processo. É o ponto de partida e apresenta como finalidade a análise documental, o conteúdo de reuniões, bem como as observações do trabalho a ser analisado, obtidas em encontros formais e informais. Segundo Duarte (2014, p.53) “A estruturação da pesquisa permite realizar análises preliminares da demanda a partir da observação”. Deste modo, a autora afirma que é necessário ficar atento a quem está solicitando o estudo, bem como os objetivos traçados e, posteriormente, já ser possível iniciar a análise da demanda a partir do que foi apresentado e analisado.

A maneira como esta etapa é organizada justifica-se uma vez que para Mendes (2014), quando se trabalha a partir de um coletivo torna-se importante a realização de encontros formais e informais, além de reuniões e palestras de sensibilização e observações pertinentes

ao que se pretende dentro do contexto no qual a pesquisa será realizada. Isto permitirá a criação de estratégias de aproximação com o coletivo de pesquisa.

**b) Instituição das regras de conduta do coletivo de pesquisa e do coletivo dos clínicos:** esta etapa subsequente tem a finalidade de estabelecer um contrato inicial com o grupo. Trata-se de um momento no qual a temática será em torno do envolvimento de questões relativas à ética, ao sigilo quanto às exposições durante as sessões por meio de conteúdo verbalizado (ou não), bem como o respeito para com os participantes envolvidos. Será enfatizada a impossibilidade de respostas urgentes no que tange ao sofrimento deles, ou seja, será importante que, a partir da fala e da escuta, eles saiam da deliberação e caminhem no sentido da ação (MENDES, 2014).

Tratando-se do coletivo de pesquisa e do coletivo dos clínicos, convém detalhar como se constitui cada um, respectivamente. O primeiro terá o objetivo de discutir acerca das vivências de prazer-sofrimento originários da dinâmica das circunstâncias e condições de trabalho estabelecidas ao longo das sessões. Já o coletivo de clínicos se reunirá após cada sessão para discutir, filtrar e selecionar os elementos que irão compor o memorial (MENDES, 2014).

**c) Constituição do espaço da fala e da escuta** será possível tanto a observação clínica quanto a interpretação, a fim de possibilitar aos trabalhadores o estabelecimento de ideias que não estavam organizadas de forma consciente e nítida a priori. A partir deste momento, espera-se que o coletivo consiga agir sobre a organização do trabalho e realize, portanto, a passagem do espaço de discussão para o de deliberação.

Mendes e Araujo (2012) apontam que este é o desafio do coletivo; ou seja, como ele irá fazer esta passagem, enaltecendo o caráter político e social que a clínica apresenta. Por isso, torna-se necessário a instituição das regras de conduta a fim de favorecer a confiança. A solidariedade e os laços afetivos que propiciam a ação do coletivo sobre a organização do trabalho, que por vezes pode apresentar-se adoecedora.

Outro fator que merece importância é o fato que esta construção do espaço de escuta-fala será sempre provisório e independerá do prescrito, como afirmam Mendes e Araujo (2012). Isto advém do caráter de mudança que se faz necessária para ser possível a mobilização dos trabalhadores para a ação. Deve, portanto, ser um espaço construído a partir do encontro com o real da clínica; isto é como ela se apresenta.

Tomando como base os estudos apresentados acima no que tange o novo desenho relacionado às práticas clínicas no Brasil, os autores realizaram uma escuta clínica a partir de

dois tipos de clínica: a clínica das patologias e a clínica da cooperação, propostas por Mendes e Araujo (2012).

A **clínica das patologias**, descrita por Mendes e Araujo (2012) nasce como uma forma de lidar com o sofrimento motivado pelo surgimento das novas patologias vinculadas ao trabalho. Ela é articulada com o estudo da Psicopatologia do Trabalho, descrita a priori. Dentre as novas patologias, as autoras destacam: ansiedade, drogadição (medicalização), fobia, síndrome do pânico, esgotamento profissional, somatizações, psicotraumatismos, crises suicidas e episódios psicóticos agudos. Para Oliveira e Ferreira (2015) essa clínica objetiva “[...] a reconstrução da história do adoecimento ou da violência e a produção de formas de mobilização dos participantes” (p.167).

Corroborando Antunes (2012, 2014), Périlleux (2013) e Brant e Gomez (2004), Mendes e Araujo também asseguram o surgimento dessas patologias a partir da intensificação e precarização do trabalho, regidas pelo estilo de gestão gerencialista. Carvalho (2016), Bezerra (2017) e Ferreira (2017) ao realizarem o mapeamento dos riscos psicossociais no 6º BPM; no 1º BPM e na 1º CIPM, respectivamente, apresentam o estilo gerencialista predominando o estilo de gestão desenvolvido dentro da PMTO.

Para a PdT, não existe trabalho que não pressuponha sofrimento. Mas a questão é: quais destinos estão sendo dados a este sofrimento? Por isso, nesta pesquisa, seguindo um dos objetivos específicos, será importante delinear os destinos políticos que o policial militar participante do estudo (adoecido e afastado do trabalho) dá ao seu sofrimento.

Assim, a clínica almeja o desenvolvimento de estratégias individuais e coletivas capazes de ressignificar o sofrimento e resgatar o sentido do trabalho e a saúde do trabalhador a partir dos destinos que podem ser dados a ele, embora o sofrimento exista como intrínseco à condição humana. Ele pode ser idealizado como uma experiência subjetiva de angústia, medos e inseguranças vivenciada quando o sujeito de encontra com a realidade que inflige em limitações à consumação de desejos particulares e à demonstração de sua individualidade. Estas limitações advindas da organização do trabalho, do hiato existente entre o prescrito e o real.

O trabalho prescrito refere-se e condiz a tudo aquilo que precede o cumprimento da tarefa, enquanto que o real do trabalho é caracterizado pelo momento da realização. Ou seja, representa tudo aquilo que não é da ordem do prescrito, uma vez que a ação do trabalhador que vai configurar a execução do trabalho. Em contrapartida, o real do trabalho apresenta-se complexa, pois os manuais e as regras não conseguem dar conta das situações permeadas pelo imprevisto, imediatismo, contradições, ambivalências e falhas advindas da realidade

apresentada. Seguindo esta lógica, configura-se, portanto, como o trabalho vivo, isto é, como o ato de trabalhar (ANJOS, 2013; COSTA, 2013b).

Na sequência, a **clínica da cooperação** é uma técnica de intervenção fundamentada no referencial teórico da PdT. Ela é organizada em três etapas: a análise da demanda, as sessões coletivas e a validação dos resultados (MENDES; ARAUJO, 2012). E, distinguindo da clínica anterior, a clínica da cooperação tem como foco principal a mobilização subjetiva e o resgate do sentido do trabalho, realizada usualmente com um coletivo que apresenta convergências relacionadas ao trabalho cotidiano (OLIVEIRA; FERREIRA, 2015). O sentido do trabalho implica na representação do coletivo no que tange o ato de trabalhar. Pontua-se que esta diferenciação em Clínica das Patologias e Clínica da Cooperação tem deixado de ser feita, abrindo-se para novas possibilidades de intervenções coletivas e individuais. Despontam-se com atendimentos individuais, a partir de queixas relacionadas ao trabalho, os atendimentos feitos por estudantes de graduação, mestrado e doutorado na Clínica Escola da UnB, o CAEP.

Destaca-se que a cooperação para a PdT é compreendida e vivenciada de outra forma, uma vez que é vista como termo central para esta teoria (GHIZONI, 2013b). A cooperação no âmbito desta teoria advém de uma vontade coletiva, a partir da não imposição de algo, por isso privilegia-se a liberdade de cada sujeito para a construção de uma vontade sucedida através do coletivo. Para Dejours (2011a) o ato de cooperar é concretizado a medida que os trabalhadores demonstram o desejo e, principalmente, a pretensão de cooperar de forma coletiva. Deste modo, a cooperação vincula-se diretamente à inteligência prática e à mobilização subjetiva, por se constituir através da possibilidade de agir em prol de alcançar um objetivo comum. Esta construção pautada na solidariedade e na confiança entre os membros. Neste ínterim, surge a clínica da cooperação (MENDES; ARAUJO, 2012).

Estas duas clínicas tem no sujeito potente o fundamento de sua constituição. Um sujeito capaz de transformar o trabalho debilitado devido as diversas formas de prescrição da organização em benefício do trabalho vivo, no qual este é denominado como o ato de trabalhar em si, a ação propriamente dita (BRANT; GOMEZ, 2004; MENDES; ARAUJO, 2012; FREITAS, 2013; HAMRAOUI, 2013; PÉRILLEUX, 2013). Este trabalho vivo denota uma vivência que submerge sensações, pensamentos e a criação do sujeito.

Nesse sentido, elas têm como base a noção de um sujeito potente, capaz de transformar o trabalho mortificado pelas inúmeras prescrições da organização em prol do que Dejours denomina “trabalho vivo” (ARAÚJO; MENDES, 2012), uma experiência de trabalho que envolve sensações, pensamentos e a capacidade de criação do sujeito (FERREIRA, 2014).



Outro ponto que demarca o processo de transição e se distancia da metodologia dejouriana está relacionado aos 03 eixos estruturadores do método (MENDES, 2014). O primeiro apresenta a alteração feita quanto aos dispositivos clínicos para escuta clínica; estes se desdobram em: análise da demanda, transferência e interpretação. O segundo eixo se refere a formação do clínico; refletindo na qualificação teórica, na prática da escuta e no processo de análise, em si. Por fim, o terceiro eixo está relacionado a supervisão clínica, que acontece entre o coletivo de pesquisadores.

Outra mudança relevante pode ser compreendida a partir da postura e atuação do clínico e isto é identificado em ambas as obras citadas (MENDES; ARAUJO, 2012; MENDES, 2014). Nelas, o clínico assume o papel do *clínico-pesquisador*, enfatizando a função escuta clínica no processo de pesquisa-ação, ao invés do *pesquisador-clínico* como proposto na metodologia original de Dejours (1992), considerando as diferenças culturais brasileiras, assim como a manifestação de novos cenários em comparação à realidade francesa.

Segundo Duarte (2014) o clínico-pesquisador apresenta-se como parte do grupo, no entanto mantém a postura de detentor do conhecimento, além de voltar seu olhar para o hiato existente entre o trabalho prescrito e o real do trabalho. Do ponto de vista das autoras Mendes e Araujo (2011, 2012) e Mendes (2014), o clínico não deve se limitar ao fazer-saber na prática clínica da PdT, ele deve engajar seu saber-fazer aos objetivos da clínica do trabalho e do grupo no qual está inserido. Ou seja, ele deve atentar-se ao sofrimento do outro para além do *setting* clínico, como sendo parte dele (MONTEIRO, 2016). Isto ocorre, uma vez que, há a relação de subjetividades envolvidas no processo e, por isso, a escuta clínica do sofrimento será considerada a partir de uma dimensão tanto ética quanto política.

Nos anos de 2015 e 2016, outros estudos deram força à nova proposta de Mendes (2014). Os estudos de Giongo, Monteiro e Sobrosa (2015) apresentam uma revisão sistemática de literatura da PdT no Brasil no período de janeiro de 2007 a dezembro de 2013, no qual destacam que a maioria dos estudos estão pautados em métodos qualitativos. Isto significa que as pesquisas brasileiras, neste período, utilizam-se da PdT de forma descritiva e apontam, por conseguinte, a necessidade de novos estudos com foco na intervenção e na discussão de ações que visem a promoção da saúde do trabalho.

Em 2016 os estudos de Machado e Macêdo (2016) apresentam uma revisão bibliométrica de 41 artigos nacionais em clínica psicodinâmica do trabalho, nos últimos 07 anos, com a finalidade de apresentar o cenário dos estudos brasileiros sobre o sofrimento no trabalho. Monteiro (2016) em seu trabalho de conclusão de curso faz uma revisão sistemática

da literatura sobre a clínica psicodinâmica do trabalho nos últimos 05 anos (janeiro de 2011 a outubro de 2016) e atualiza em 2017 a fim de ampliar a temática.

Já no ano de 2017, nota-se o início de uma nova transição que teve como ponto de partida o projeto de qualificação desta pesquisa, apresentado em maio de 2017, onde estiveram presentes as autoras Mendes e Ghizoni (2017). As autoras tomaram como base, para suas discussões e reflexões, os estudos e resultados obtidos ao longo de 10 anos das práticas de pesquisa, desencadeando um debate voltado em saber “[...] qual é a potência política do trabalho com a clínica” (p.02). Elas colocam em questão tanto a ação da fala quanto o aspectos da construção, em conjunto, das regras que se fazem mister e da convivência que suscita a emancipação do sujeito, bem como para as variações na organização do trabalho.

Com isso, novas proposições são reformuladas com a finalidade de qualificação e aperfeiçoamento do método, resultando na introdução de 02 princípios (MENDES; GHIZONI, 2017). O primeiro está voltado para o processo de fala-escuta (utilizado na realização desta pesquisa a fim de alcançar os objetivos específicos), que implica em questões para além do dizer-ouvir. Para estas autoras,

A escuta do sofrimento decorrente das relações de trabalho requer do clínico escutar o não dito, o oculto, o silenciado, buscando, junto com o trabalhador, desvelar a cortina e construir novas estratégias para nomear, significar e elaborar o sofrimento, atribuindo um novo sentido ao trabalho e, como consequência, abrindo espaço para as ações sobre a organização do trabalho (MENDES; GHIZONI, 2017, p.03).

O segundo princípio refere-se ao pensamento e o sentimento, no qual são apresentados como elementos indissociáveis na escuta clínica. Para elas,

O fazer está carregado de saberes e de afetos, principalmente porque o trabalho implica viver junto. A fala sobre o sofrimento permite essa associação, vez que o sofrimento é afeto, não sendo suficiente para este reposicionamento apenas nomear e significar as relações entre trabalho e sofrimento, há de se passar pela elaboração, tal como vem sendo estudada pela clínica psicanalítica (MENDES; GHIZONI, 2017, p.03).

Estes princípios permitem uma reflexão, além de trazer consequências para a discussão acerca da postura e do lugar do clínico do trabalho, confirmando o deslizamento de pesquisador-clínico para clínico-pesquisador. E, para que o lugar ocupado tanto pela clínica do trabalho quanto pelo clínico-pesquisador e os princípios instituídos se legitimem e sejam validados, nota-se a importância dos dispositivos clínicos (transferência e interpretação) e da formação do clínico e da supervisão clínica e institucional no que tange a condução da clínica.

Isto ocorre, uma vez que a finalidade é construir uma teoria do sujeito do trabalho onde o enfoque está direcionado a um “[...] sujeito da possibilidade, um sujeito da invocação [...]” (MENDES; GHIZONI, 2017, p.03), no qual compreende o sofrimento como afeto, e este, por sua vez, como angústia, proferidos pelo desejo e por sua ética, de forma a colocar em cheque, definitivamente, “[...] a potência política das clínicas do trabalho enquanto prática” (MENDES; GHIZONI, 2017). E tomando como base o conteúdo discutido pelas autoras, é que nesta pesquisa utiliza-se o processo de fala-escuta, a fim de alcançar os resultados preteridos ao estudo com o policial militar afastado do trabalho por alcoolismo.

### 3 METODOLOGIA

Neste momento da pesquisa cabe discutir a priori os aspectos relacionados à ciência. E afinal, o que é ciência? Esta se torna uma pergunta interessante a fim de contextualizar este estudo. E, para tratar deste assunto é possível citar os estudos de Chalmers (1993) no decorrer do percurso metodológico para melhor compreender os caminhos que o método a ser utilizado neste estudo vem trilhando.

Chalmers (1993) defende a ideia de que para o campo do conhecimento ser considerado como ciência ele deve apresentar um objetivo claro, além de métodos disponíveis e a possibilidade de aferir os resultados em termos de objetivos propostos. Isto não indica a inexistência de críticas em relação às outras ciências, uma vez que cada área da ciência deve ser julgada pelos interesses mais adequados, bem como pela inquirição dos seus objetivos, e em que expansão é possível de alcançá-los. Ressaltando que as próprias avaliações relativas aos objetivos serão concernentes à situação social (CHALMERS, 1993).

Na perspectiva de Chalmers (1993) não existe um conceito único de ciência, uma vez que o uso de critérios de fronteira (aquilo que serve como forma limitadora de um determinado estudo) ocorre no intuito de eliminar outras áreas de estudo. O autor afirma que os filósofos não possuem recursos suficientes que os capacitem no estabelecimento de critérios limitantes à ciência. Isto permite: refletir acerca da verdade não absoluta enfatizada na ciência, na afirmação que as teorias e os métodos são mutáveis (a depender do seu objeto de estudo) e, por fim, pensar sobre o conceito de interdisciplinaridade. Este último, mostrando-se fundamental e central nesta pesquisa, tendo em vista o caminho trilhado ser em uma estrada novíssima e não mais na conhecida via do método da Psicodinâmica do Trabalho de Dejours (1992).

Deste modo, este momento de transição e adaptações torna-se possível e necessário uma vez que a perspectiva de trabalho muda à medida que a sociedade em geral também se transforma a fim de atender as lógicas e exigências mercadológicas. Este movimento dá continuidade a um processo de evolução que foi iniciada de forma mais visível a partir da década de 1980 quando acontece o processo de reestruturação do capital e das organizações. Na perspectiva de Santos (2003) tais mudanças e ajustamentos realizados (por exemplo, ao método dejouriano) recebem respaldo no pluralismo metodológico. Neste ponto, devem ser considerados todos os caminhos metodológicos, bem como o uso articulado de outras técnicas para investigação – privilegiando o processo de escuta clínica do sofrimento, bem como a narrativa do sujeito de pesquisa.

Esta pesquisa segue o viés da comunicação com o percurso teórico-metodológico da narrativa, especificamente utilizando-se da narrativa oral, no qual o policial militar afastado do trabalho, numa lógica dialógica, tende a narrar o sofrimento vivenciado no contexto de trabalho (a organização do trabalho). Para Motta (2005) a forma narrativa de relatar algo está carregada pela chamada narratividade, primando pela qualidade em descrever algo a fim de enunciar uma sequência de estados de transformação. Isto permite a organização do discurso narrativo com a finalidade de produzir significações e dar sentido às coisas e atos do sujeito, além de integrar ações relacionadas ao passado, ao presente e ao futuro.

Indo ao encontro de Motta (2005) o autor Hanke (2003) assegura que o ato de narrar pode contribuir na estruturação da experiência humana. E tendo estes autores como norteadores, a vivência do sofrimento do policial será estruturada a partir de seu relato, a fim de integrar suas ações num contexto temporal com a finalidade de analisar a psicodinâmica do trabalho da instituição militar, considerando aspectos e elementos progressos ao seu ingresso na instituição, porém que contribuíram para seu sofrimento.

Hanke (2003) acrescenta, ainda, que as narrativas “[...] são meios de sociabilidade, pois através delas as experiências individuais são comunicadas e tornadas “públicas” ou socialmente conhecidas” (p.118). Barthe (2011) assegura que assimilar uma narrativa não se resume em acompanhar o esvaziamento de uma história; compreendê-la visa o reconhecimento dos estágios que a compõem, além de idealizar as conexões horizontais daquilo que é relatado. Para tanto, o autor afirma que escutar uma narrativa não é apenas ir de uma palavra à outra, mas também passar de um nível a outro (BARTHE, 2011).

Ela se configura como uma possibilidade metodológica, uma vez que ela mostra-se capaz tanto de organizar um relato, bem como dar sentido ao contexto enfatizado. Trata-se de uma realidade socialmente construída uma vez que são as próprias pessoas, por meio de seus intercâmbios e ações, que a legitimam de modo objetivo e a internalizam ao longo dos processos de socialização (RESE *et al.*, 2010).

Por tratar-se de narrativa oral, esta pesquisa caracteriza-se, também, como uma pesquisa-ação (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Ela se constitui a partir de uma intervenção com um policial militar afastado do trabalho, a fim de acessar uma realidade vivenciada a partir do contexto de trabalho (a organização do trabalho militar), das vivências de sofrimento e dos possíveis destinos dado a este. Posteriormente, ser possível a interpretação e análise dos conteúdos obtidos por meio do espaço de discussão instituído para a circulação da palavra e dos afetos.

A dinâmica incita a circulação da palavra permitindo que o participante narre sua história de vida pessoal e profissional, a fim de encontrar novas formas de enfrentamento, bem como ter ciência de sua condição enquanto ser humano e ter a oportunidade de ser escutado e ajudado pela figura do clínico-pesquisador. Em contrapartida, a narrativa oral e a escuta do sofrimento, priorizam e analisa as questões relacionadas ao sofrimento no trabalho.

A pesquisa é caracterizada, também, como estudo de caso, sendo esta outra maneira de compreender a relação entre a saúde mental e o trabalho. Constitui-se, portanto, como parte da metodologia uma vez que não se formou o coletivo de pesquisa com outros policiais que se encontram afastados do trabalho. Deste modo, o estudo de caso vem a contribuir na compreensão advinda tanto dos fenômenos individuais e organizacionais, bem como os sociais e políticos (YIN, 2001). Por isso é uma estratégia utilizada por disciplinas como: psicologia, sociologia, administração e também no trabalho social, por exemplo, a fim de compreender os acontecimentos sociais de ordem mais complexa.

As autoras Gerhardt e Silveira (2009) corroboram com Chalmers (1993) e Santos (2003) quando apontam e aceitam que o objetivo basal da ciência é prover conhecimentos transitórios permitindo ao cientista refutá-lo e, por conseguinte, facilitar sua interação com o mundo. Deste modo, admitem-se suposições seguras e confiáveis acerca de eventos que hão de vir, além de recomendar mecanismos de controle que permitam uma intervenção sobre eles. No entanto, a ciência apresenta-se apenas como uma maneira de conhecer o mundo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Seguindo o pluralismo metodológico como apontado por Santos (2003), o autor Flick (2009) ressalta a importância da pesquisa qualitativa, por este estudo caracterizar-se como tal. Por meio da narrativa, foi acessada e construída uma realidade partindo do contexto vivenciado pelo policial militar (GÜNTHER, 2006). O que caracteriza essa pluralização, de acordo com Flick (2009) são fatores como: a intensificada individuação nas formas de vida e das múltiplas biografias, ou seja, as identidades reafirmando as ideias de Bauman (2005). Nota-se, portanto, que os fatores citados fazem parte da vida dos trabalhadores na atualidade, marcados por novas exigências e perspectivas de mercado de trabalho.

Seguindo o viés da pesquisa, caracterizada como qualitativa, ressalta-se a ausência de preocupação com a representatividade numérica, e sim com “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32). Portanto, sua ênfase está em adentrar-se à apreensão e concepção de um grupo social – neste caso o policial militar afastado do trabalho. Além de ser qualitativa, esta pesquisa caracteriza-se, também, como

descritiva (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). A partir da fala, será possível descrever os acontecimentos e fenômenos da realidade do policial militar afastado do trabalho enquanto sujeito de pesquisa.

### 3.1 O MÉTODO NO PROCESSO DE FALA-ESCUITA

Seguindo o viés de compreensão da metodologia proposta para esta pesquisa, Mendes (2014) discorre sobre um método no qual afirma que o processo de fala-escuta, apresenta-se em três eixos: Dispositivos Clínicos, Formação do Clínico e Supervisão Clínica, que serão descritos a seguir.

#### 3.1.1 Dispositivos clínicos

Os dispositivos clínicos apresentados por Mendes (2014) são: análise da demanda, transferência e a interpretação. Estes são fundamentais no processo de fala-escuta do sofrimento no trabalho.

Na **análise da demanda** é possível compreender que a demanda inicial pode emergir a partir de um trabalhador, de um coletivo de trabalhadores, de uma instituição, e até mesmo por pesquisadores interessados na temática (MENDES, 2014).

No caso desta pesquisa, a necessidade partiu do CIRRR/PMTO em consonância com os resultados do mapeamento dos riscos psicossociais do 6ºBPMTO realizado por Carvalho (2016). Foi, portanto, solicitada uma intervenção a ser realizada com os PMs afastados do trabalho devido a constatação do número elevado de afastamentos, destacando-se os motivos psiquiátricos e ortopédicos.

Na sequência, houve a apresentação do projeto de pesquisa para a equipe de saúde onde ficou decidido realizar o estudo com todos os policiais afastados do trabalho residentes em Palmas – TO. Para tanto, o CIRRR/PMTO, via Junta Militar Central de Saúde PMTO, fez uma convocação oficial no qual compareceu apenas um sujeito (a expectativa da equipe era de 30 pessoas). Devido o não comparecimento dos demais PMs, foi informado ao que se apresentou que seria feita uma nova chamada, no entanto, nesta segunda chamada não apareceu ninguém e por este motivo optou-se fazer um estudo de caso único.

Salienta-se que não é a primeira vez que se faz este tipo de estudo. Gómez (2017), em sua dissertação, realizou um estudo de caso com bancários com o objetivo de analisar a relação entre sofrimento e desamparo no trabalho bancário tendo como referenciais de base a PdT e a noção de desamparo da psicanálise.

Analisa-se que havia uma demanda da equipe de saúde do CIRRR/PM (instituição PM), como também da clínica-pesquisadora (Academia), entretanto no real do trabalho, o que se

percebeu foi dificuldades do CIRR/PM em acessar os policiais afastados do trabalho. Deste modo uniu-se as demandas anteriores, a demanda do único sujeito que compareceu a chamada, pois havia um desejo de falar sobre seu processo de “aposentadoria” na Polícia Militar, por adoecimento, no caso o uso de álcool.

Com isso, deu-se início a coleta dos dados por meio do processo de fala-escuta com o policial militar aqui denominado de João, um nome fictício, para preservar a sua identidade. Seguiu-se os pressupostos metodológicos de Mendes e Araujo (2012) e Mendes (2014).

Os atendimentos do João aconteceram as segundas feiras, na sede do CIRR/PM, no período de 15/maio/2017 a 14/agosto/2017. Houve um total de 07 sessões. João não compareceu em outras 07 sessões, destas, apenas 03 foram justificadas: 02 sessões por ele e 01 pela esposa. Diante da última falta sem justificativa, encerrou-se o processo de escuta. Ressalta-se que as 02 justificativas apresentaram assuntos recorrentes e relacionados à alguma doença, assim como foi percebido que ao chegar no CIRR/PMTO informava ter sentido algum mal-estar ou dor de cabeça que quase o impedia de comparecer àquela sessão (informação adquirida antes de iniciar a sessão, uma vez que ele já iniciava sua fala antes de entrar na sala no qual os atendimentos estavam sendo realizados).

Dentre as justificativas, tornou-se recorrente o discurso que sua ausência estava ligada à saúde seja dele ou de seu filho mais novo, informando sempre uma dor de dente, dor de cabeça (enxaqueca), mal-estar, consulta médica, levar remédio para o filho, e até mesmo acompanhar o sogro em viagens a trabalho. Estas informações podem ser compreendidas de forma mais detalhada conforme a elaboração da tabela apresentada a seguir.

**Tabela 1 - Cronograma de Sessão**

SESSÃO	DATA	STATUS	JUSTIFICATIVA
01	15/05/2017	COMPARECEU	-
02	22/05/2017	COMPARECEU	-
	29/05/2017	NÃO COMPARECEU	AMANHECEU COM DOR DE DENTE E MARCOU CONSULTA NO MESMO HORÁRIO DA SESSÃO
03	05/06/2017	COMPARECEU	-
04	12/06/2017	COMPARECEU	-
	19/06/2017	NÃO COMPARECEU	IDA À CIDADE DE MIRACEMA - TO LEVAR UM MEDICAMENTO PARA SEU FILHO MAIS NOVO
05	26/06/2017	COMPARECEU	-



SESSÃO	DATA	STATUS	JUSTIFICATIVA
	03/07/2017	NÃO COMPARECEU	NÃO JUSTIFICOU
	10/07/2017	NÃO COMPARECEU	LIGAÇÃO DA ESPOSA: ELE ESTAVA ACOMPANHANDO O SOGRO NUMA VIAGEM À GOIÂNIA - GO
<b>06</b>	17/07/2017	COMPARECEU	-
	24/07/2017	NÃO COMPARECEU	NÃO JUSTIFICOU
	31/07/2017	NÃO COMPARECEU	NÃO JUSTIFICOU
<b>07</b>	07/08/2017	COMPARECEU	-
	14/08/2017	NÃO COMPARECEU	NÃO JUSTIFICOU
	21/08/2017	NÃO COMPARECEU	ESTAVA VIAJANDO NÃO CHEGANDO A TEMPO

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos atendimentos realizados (Setembro, 2017).

A última sessão deveria ter acontecido no dia 14 de agosto de 2017, porém João, num movimento recorrente, faltou sem justificar. Seguindo o fluxo dos atendimentos e os conteúdos apresentados, discutidos e analisados durante os encontros com João, a clínica-pesquisadora a partir da 7ª sessão compreendeu que João abandonou os atendimentos que estavam sendo realizados, devido não apenas às faltas sem justificativas, mas quando em sua fala ele diz: “[...]para ser sincero eu não estou muito mais animado, moço esse trem é complicado demais, para mim sair lá de Taquaralto onde moro... esse horário... o cara ia batendo em mim mais minha mulher ali de moto. Porque eu tenho uma motinha, aí batendo na gente, eu falei: rapaz será que vale a pena eu estar arriscando isso tudo para fazer graça para instituição, se eu morrer eles não estão nem aí mesmo”.

Posterior à sétima sessão houveram 03 (três) tentativas de contato por telefone, em horários diversos, porém sem êxito, no qual sempre informavam que João estava dormindo. Após 15 (quinze) dias (21/08/2017), João via *whatsapp*, avisa a clínica-pesquisadora que esteve viajando para Goiânia com seu filho mais novo e não pôde comparecer ao atendimento do dia 14 de agosto. No entanto, foi informado que as sessões haviam sido finalizadas, mas que antes do mês de dezembro de 2017 um novo contato seria feito com ele para a devolutiva da pesquisa no dia 06/11/2017 às 14h30 no CIRR/PMTO. Neste contexto, as dimensões que envolvem a demanda e o sujeito de pesquisa foram analisadas ao longo de todo o processo de fala-escuta, uma vez que a demanda nunca será satisfatória, carecendo de análise no decorrer do processo.

Corroborando com o exposto, Mendes (2014) afirma que “(...) quanto mais a demanda se desenvolve, mais vazio se experimenta, já que o desejo constitui-se na falta. É nessa perspectiva que a clínica deve considerar a demanda” (p.70). Isto se confirma quando a autora conclui mencionando que se trata de uma falta nunca realizada e entendendo a demanda como nunca satisfeita, pois ela se constrói a partir de um processo no qual o caráter dinâmico da escuta clínica é considerada. Assim foi observada e analisada a dinâmica do João no qual, ao longo das sessões, tornou-se possível compreender como a falta foi elemento de destaque e que está presente em sua vida pregressa à trajetória militar (Exército Brasileiro e Polícia Militar). Uma falta apresentada enquanto sintoma a fim de suprir um desejo: de ser reconhecido. A busca incessante pelo reconhecimento desencadeou o estado de desamparo que o levou a frustração e, posterior, sentimento de angústia e vivência do sofrimento.

Deste modo, a partir das análises feitas durante as sessões, notou-se a necessidade de trabalhar no sujeito aspectos relacionados a frustração como forma de prepará-lo para lidar com possíveis frustrações no futuro. Uma vez que, sua vida pessoal/familiar e profissional esteve repleta de muitas delas. No entanto, por meio da transferência e contratransferência elementos vieram à tona em meio ao processo de fala-escuta e para tratar da transferência enquanto dispositivo clínico o tópico a seguir abordará esta temática.

O segundo dispositivo apresentado por Mendes (2014) é a **transferência**. Do ponto de vista da autora, a transferência permite a circulação do afeto. Entende-se que o afeto se constitui pela nomeação do outro, no qual o sujeito dedica-se ao outro, permitindo a criação de um espaço de fala. Espaço este pautado e permeado de confiança, no qual será possível o sujeito falar de si, buscando descobrir e compreender o que está acontecendo com ele através do outro. Cria-se, portanto, além do espaço de discussão acerca do sofrimento, um espaço de confiança no outro.

A primeira sessão (15 de maio de 2017) foi caracterizada pelo início de uma relação de confiança que veio a se confirmar no desenvolvimento dos atendimentos e com a seguinte fala em sua última sessão: *“Para mim é bom, se [não] fosse eu não vinha não, porque eu gosto, eu gosto de vir, eu gosto de conversar, quando eu saio daqui eu saio mais leve, a gente desabafa, tem muitas coisas que a gente até com a própria esposa a gente não gosta, não pode comentar, e aqui não...”* (Transcrição da 7ª Sessão, 07 ago 2017). Outra passagem que consegue expressar o início de um vínculo de confiança é quando ele diz: *“Nossa, o tempo passou rápido! Dizem que quando a conversa é boa o tempo voa!!”* (Transcrição da 1ª Sessão, 15 mai 2017).

Para Mendes (2014), no processo de fala-escuta, este dispositivo – transferência – acontece quando os participantes aceitam e reconhecem o que se passa com eles, não havendo uma postura de onipotência e nem de situações de sedução. Neste ínterim, cabe ao clínico acolher e consentir as falas e os gestos apresentados pelo(s) participante(s), no qual o sujeito deve se colocar não apenas como ator principal, mas que seja o porta-voz de uma situação a ser acolhida e discutida. Isto ocorre a fim de proporcionar ao trabalhador diversas possibilidades que o conduzam à elaboração e a perelaboração e, por conseguinte, ser possível a transformação do sofrimento em prazer (MENDES, 2014).

Situando o conceito de transferência, Chemama (1995) a caracteriza como sendo um vínculo de afeto intenso instaurado, de forma automática e atual, entre o clínico (analista) e o paciente. E este caráter inevitável e espontâneo da transferência é notado no paciente, quando ele revive fatos e situações de afeto por meio de um ofuscamento total onde ele esquece que a realidade da situação de análise não corresponde com uma situação vivenciada outrora e suscita nele um afeto rememorado.

Para Laplanche (1992) a transferência, na visão freudiana, é concebida como um caso peculiar de deslocamento do afeto de uma representação para outra, no qual a relação do sujeito com as figuras parentais são revividas. No caso João ela é percebida quando ele tem a leitura da sigla PM como “pai” e “mãe” seguindo uma metáfora legitimada pelos próprios policiais. No processo de fala-escuta é percebida quando ele desloca seu afeto na direção da clínica-pesquisadora colocando-a na posição de mãe, buscando receber dela o afeto e a atenção como forma de acolhimento em meio aos impasses e vivências de sofrimento.

Neste ponto, a intervenção do analista apresenta-se de forma decisiva “[...] mesmo que às vezes se limite a um silêncio atento, mas que, de uma forma ou outra, demonstra que o analista compreendeu em que lugar (pai, mãe, etc.) o paciente o coloca” (CHEMAMA, 1995, p.218). E isto pode ser compreendido quando na 7ª sessão João pergunta: “*E aí sentiu a minha falta? Essas duas vezes aí que eu não vim, enrolado aí resolvendo os poréns da vida, hoje eu estou aqui, e aí o que a senhora manda de novo?*” (Transcrição da 6ª Sessão, 17 jul 2017).

Nota-se, portanto, que a transferência apresenta-se independente do contexto da realidade vivenciada e não existe apenas em situação de análise, mas em relações diversas, sejam elas hierárquicas, profissionais, amorosas, e outras. Deste modo, o termo passa a ser utilizado em vários campos sem que a integridade do sujeito seja afetada e não se torna exclusivo ao vocabulário psicanalítico (CHEMAMA, 1995; LAPLANCHE; PONTALIS, 1998).

Diante do contexto de vida pessoal do João quanto à ausência de sua mãe e a tentativa de preencher este vazio que se instaurou, ele reconhece a figura materna na presença da clínica-pesquisadora. Em contrapartida, indo ao encontro desta análise e interpretação, a clínica-pesquisadora de forma inconsciente se reconhece nesse papel de mãe, acolhendo-o de forma delicada e maternal. E isto pode ter interferido e contribuído (em partes) no processo de elaboração e de perlaboração que não se concretiza no caso João, embora outros fatores de sua vida pregressa à instituição militar tenham influenciado a recorrência deste movimento apresentado por ele, inclusive quando ele abandona as sessões.

A contratransferência se apresenta quando a clínica-pesquisadora reage inconscientemente assumindo o papel da figura materna e utilizando de palavras delicadas e sutis o acolhe, não havendo em sua fala as pontuações necessárias que o conduzissem à elaboração das vivências de sofrimento. Para Laplanche (1992) ela se configura como um “conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisando e, mais particularmente, à transferência deste” (p.102). Este conceito é corroborado por Roudinesco e Plon (1998) quando denominam a contratransferência como um “conjunto de manifestações do inconsciente do analista relacionadas com as da transferência de seu paciente” (p.133). É, portanto, uma reação à transferência do outro, porém não é encontrada tão-somente no analista, mas também no analisando.

Este movimento foi analisado e interpretado após a leitura das transcrições das sessões e durante as supervisões realizadas após a sessão, e é este dispositivo – a interpretação – a ser abordado na sequência.

O terceiro dispositivo é nomeado de **interpretação**. Chemama (1995) conceitua como sendo a intervenção do analista a fim de interpretar e dar um novo sentido além do que foi manifesto seja pelo discurso do sujeito, por um sonho, ou até mesmo um ato falho – estes considerados como o material apresentado de forma espontânea.

Para Mendes (2014) o sofrimento sempre será mediado pelas defesas e pela mobilização subjetiva, carecendo de interpretação. As defesas necessitam ser desnudas e desmontadas, para que o sofrimento do sujeito seja acessado e isto ocorre na medida em que o processo de fala-escuta vai acontecendo. A finalidade é conseguir uma interpretação das defesas sem que este ato seja considerado negativo e/ou violento para o trabalhador.

Neste dispositivo o papel do clínico-pesquisador torna-se imprescindível por contribuir com o surgimento e desencadeamento de novas temáticas a serem relatadas e discutidas durante as sessões. Outra função inerente à figura do clínico é de instigar no(s)

participante(s) do grupo o desejo de continuar falando. Por isto o dispositivo clínico da transferência mostra-se de importância salutar em todo o processo (MENDES, 2014).

Nota-se ainda, neste contexto, que para a autora a interpretação ideal é aquela que admite não apenas o desmonte do sistema defensivo, mas também a construção de outro sistema ou o seu deslocamento de forma a enfatizar onexo causal entre sofrimento e trabalho. Isto ocorre na medida em que o processo de fala-escuta acontece, privilegiando o espaço de discussão onde será possível a restituição e deliberação da temática discutida na sessão anterior, por meio do memorial.

Voltando-se ao caso João, inicialmente ele trouxe em sua fala informações relevantes acerca da organização do trabalho policial militar para que, mais adiante, fossem compreendidas as vivências de sofrimento no trabalho. Porém, para acessar esta dinâmica foi necessário o desmonte de sua resistência quanto à ideia de exposição, devido abordar questões delicadas e sigilosas sobre a organização militar e por não ter sido possível a formação do coletivo de trabalhadores.

A resistência é percebida em sua fala quando explicado que o estudo seria realizado apenas com ele, uma vez que outros colegas não compareceram à chamada oficial. Logo na 1ª sessão ele demonstra insatisfação por estar sozinho e o interesse em ter outros colegas participando da pesquisa, no qual se encontram na mesma situação ou até pior: *“Não, eu até... Interessa e tudo, mas esse trem assim, como eu já conheço essa polícia bem, a gente não se expressa de tal forma que tem que se expressar não, eu fico meio assim de orelha em pé, que o nosso sistema aí é bruto, a gente que já está na corporação, que versa até para a gente, talvez as ideias até batiam, certo, mas para mim expor mesmo o que eu sinto aí seria complicado, sozinho fica meio complicado”* (Transcrição da 1ª Sessão, 15 mai 2017).

Foi possível perceber a partir de sua fala e de assuntos relatados logo na 1ª sessão que João apresenta o espírito voltado à cooperação, à solidariedade e ao coletivo, sempre voltado para pessoas por meio de ações que visassem não apenas o seu bem-estar, mas principalmente, o de todos. Movido pela ação entende-se o seu lugar de fala quando relata ter sido escolhido pelos companheiros de trabalho para ser o vice-presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMTO. Este é um fato considerado importante para ele, embora carregue consigo frustrações por nem sempre alcançar o resultado esperado e tenha sido fonte de sofrimento.

No processo de fala-escuta, a função do clínico é servir de ligação nessa cadeia de fala-escuta, possibilitando a mobilização da potência do sujeito para ser possível acessar e conferir a organização do trabalho (MENDES, 2014). E desta forma que a clínica-

pesquisadora buscou atuar, tornando o espaço de discussão propício e adequado para que houvesse a livre circulação da palavra.

A interpretação tornou possível a descrição e compreensão do trabalho vivo do PM inclusive enquanto conceito basal para aprofundar nas interpretações de aspectos relacionados à organização do trabalho. E diante da realidade apresentada, emerge como plano de fundo das discussões a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, uma vez que a instituição militar não se exime das exigências impostas pelo mundo do trabalho na contemporaneidade. Esta substituição traz a tona o sofrimento de um coletivo de trabalhadores visando quais as possibilidades de destino darão ao sofrer (BRANT; GOMEZ, 2004).

Vários são estes destinos, e falar deste sofrimento nem sempre se torna uma tarefa fácil ao sujeito que sofre. No entanto, na medida em que as causas de tal sofrimento tornam-se comuns ao coletivo, e quando a relação analista-analisando é permeada pelo afeto, pelos sentimentos de solidariedade é que os mecanismos defensivos vão sendo desmontados e os sujeitos conseguem falar de forma menos dolorosa sobre o que lhe incomoda.

A resistência existente e o desafio para o clínico do trabalho em tornar as causas do sofrimento comum no espaço de discussão aparecem como consequência do desmoronamento e fragilização das relações sociais se considerada as transformações no mundo do trabalho (BOUYER, 2015; BRANT; GOMEZ, 2004). Isto é reverberado a partir do cenário produtivo que rege o sistema capitalista, estando associado as novas técnicas de gestão: avaliações de desempenho de cunho individual (aplicadas de forma excessiva) e os métodos instaurados relacionados a qualidade total, tanto dos serviços quanto dos produtos (PÉRILLEUX, 2013; BOUYER, 2015).

O espaço de discussão, por sua vez, serve como um local para refletir acerca do sofrimento e buscar estratégias para um agir futuro através da mobilização subjetiva. Deste modo, a leitura do memorial no início da sessão é de suma importância no tocante às restituições e deliberações acerca do conteúdo manifestado. Os elementos apresentados permitirão, por meio da interpretação, o direcionamento para ações futuras que, por sua vez, têm como atividade fim o alívio do sofrimento. Por conseguinte, permitirá a ressignificação e a transformação de si e do sofrimento.

Mendes (2014) ressalta que

Esta dinâmica é marcada pela equidade que o sofrimento impõe. Todos que fazem parte do processo sofrem diante do desemprego e da impotência humana. Os laços afetivos, representados na confiança e na solidariedade, podem ser construídos quando essa equidade é esclarecida e, diante do real, os sujeitos, juntos, podem se mobilizar para a ação. A constituição desse espaço escuta-fala, que pressupõe a

deliberação, será sempre provisório e independente do prescrito, sendo um espaço a ser construído no encontro com o real da clínica (p. 73).

Diante do contexto, a autora coloca que há um grande desafio imposto no espaço de fala-escuta a fim de compreender como o trabalhador utiliza o espaço de discussão para decidir, enfatizando a força social e política que o processo de fala-escuta possui. É preciso, sobremaneira, acessar as dimensões visíveis e invisíveis, formal e informal, além de técnica, social e, principalmente, intersubjetiva que submerge a edificação de convenções coletivas, no que se refere à organização do trabalho (MENDES, 2014).

A autora acrescenta que para a deliberação acontecer é necessário que o trabalhador seja capaz de elaborar e perlaborar. E, não obstante, entende-se que as interpretações colaboram no processo de fala-escuta do sofrimento no trabalho, mas para tal é imprescindível que o clínico-pesquisador esteja aberto para o seu processo de formação clínica.

### **3.1.2 A formação do clínico**

Este dispositivo apresenta-se como uma condição intrínseca à prática da escuta clínica, neste processo de fala-escuta. Esta formação exige a qualificação teórica do clínico-pesquisador, além da prática de escuta clínica e sua análise pessoal para ser possível lidar com as adversidades e situações expostas durante cada sessão (MENDES, 2014).

No caso deste processo de fala-escuta a formação da clínica-pesquisadora esteve alicerçada nas leituras relacionadas a teoria da PdT, à técnica utilizada e o maior desafio, leituras em Psicanálise. Os temas afins foram importantes ao processo de interpretação e, para, a análise dos resultados e das discussões dos conteúdos durante as supervisões. No entanto, notou-se uma deficiência quanto aos conhecimentos psicanalíticos para compreensão e interpretação do caso, recorrendo-se a dicionários de psicanálise, leituras pontuais de artigos e livros que tratassem dos conteúdos apresentados durante as sessões e discussões com profissionais de base psicanalítica durante as supervisões.

O processo de análise pessoal foi imprescindível à clínica-pesquisadora como forma de dar suporte diante das fragilidades, inseguranças e angústias e dos conteúdos apresentados durante as sessões com o sujeito da pesquisa. Após as sessões, toda quinta-feira, a clínica-pesquisadora estava em processo de análise com uma psicóloga de base psicanalítica. A análise pessoal se fez importante no fortalecimento, na tolerância à frustração durante o processo de fala-escuta e na elaboração de conteúdos que estavam emergindo e que iam ao encontro da história de vida pessoal e de trabalho da clínica-pesquisadora.

As sessões estavam permeadas e carregadas de muita dor e sofrimento, mesmo que negado e/ou racionalizado pelo policial, numa busca incessante de permanecer vivo e envolvido na busca pelo reconhecimento (seu objeto de desejo). Houve momentos de visibilidade na tentativa constante de mostrar a ele outras formas em que ele fora reconhecido. Porém, elas não se legitimaram (embora validadas e percebidas por ele) devido sua compulsão à repetição na busca de seu objeto de desejo e, devido a forma oficial no qual a PM coloca e reconhece o trabalho do policial por meio, exclusivamente, das promoções de graduação ou posto. Por assim se configurar os momentos vivenciados em sessão, a formação do clínico se mostrou essencial na prática do método, e isto pôde ser observado ao longo das reflexões e análises feitas após os atendimentos durante as supervisões junto à supervisora/orientadora da pesquisa.

### 3.1.3 Supervisão clínica

De acordo com Mendes (2014) a supervisão mostra-se como condição essencial ao saber-fazer do clínico-pesquisador. Nas supervisões estavam presentes a clínica-pesquisadora e a supervisora/orientadora da pesquisa, considerando que na primeira supervisão estiveram presentes: uma policial no posto de Major, integrante da equipe de saúde do CIRR/PMTO, para auxiliar com termos técnicos provenientes do jargão militar e situações inerentes a organização militar, e uma aluna de mestrado da supervisora/orientadora, que também utiliza o método desta pesquisa, porém com outro público-alvo.

As supervisões ocorreram semanalmente, na sede do grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão, localizado na UFT (sala conjunta com o NESol - Núcleo de Economia Solidária). Foram totalizadas 13 supervisões que aconteceram às quintas-feiras, sendo algumas das 14h30 às 16h30 e outras das 17h às 19h, como segue descrito a seguir.

**Tabela 2 - Cronograma de Supervisão**

<b>SUPERVISÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>PARTICIPANTES</b>
<b>01</b>	18/05/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/Orientadora; Major (CIRR/PMTO); Aluna de mestrado.
<b>02</b>	25/05/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora; Major (CIRR/PMTO);
<b>03</b>	01/06/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora
<b>04</b>	08/06/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora.
<b>05</b>	16/06/2017	Clínica-pesquisadora;



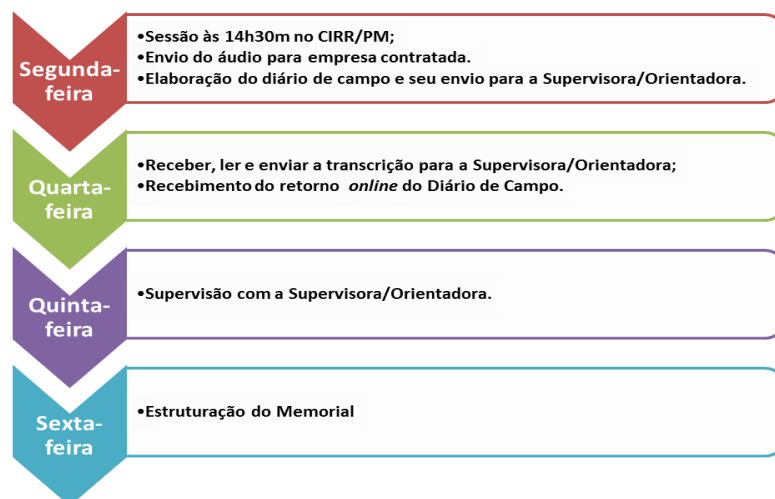
SUPERVISÃO	DATA	PARTICIPANTES
06	22/06/2017	Supervisora/orientadora. Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora.
07	29/06/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora.
08	06/07/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora (via <i>whatsapp</i> ).
09	13/07/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora; Psicólogo de base psicanalítica (UFT).
10	20/07/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora.
11	27/07/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/orientadora.(via <i>whatsapp</i> ).
12	03/09/2017	Clínica-pesquisadora; Supervisora/Orientadora; Psicóloga de base psicanalítica (UnB) (via <i>Skype</i> ).

Fonte: Elaborado pela autora (setembro, 2017).

Para o enriquecimento das discussões na medida em que o caso do João ia evoluindo, contou-se com a presença de dois psicólogos de base psicanalítica, um professor do curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins - UFT campus Miracema – TO, e uma professora do curso de Psicologia da Universidade de Brasília – UnB. Estes profissionais contribuíram significativamente com as análises e interpretações que se fizeram necessárias. A busca por este auxílio veio como uma forma de ajudar a clínica-pesquisadora e a supervisora/orientadora quanto às interpretações de conteúdos manifestos que necessitavam de um conhecimento mais vasto do vocabulário, conceitos e teorias da Psicanálise.

Neste contexto foi possível instituir uma rotina de pesquisa semanal (GHIZONI, 2013a) no qual a supervisão encontra-se como a 3ª etapa conforme a figura abaixo:

**Figura 1 - Rotina de pesquisa semanal, de maio a agosto de 2017**



Fonte: Elaborado pela autora (setembro, 2017), baseado em Ghizoni (2013a).

As supervisões foram fundamentais para o processo de fala-escuta com o PM afastado do trabalho por alcoolismo e para realizar as interpretações e discussões necessárias na compreensão do caso João. A cada encontro o diário de campo e o memorial, iam tomando forma diferenciada de quando as sessões foram iniciadas, no qual a clínica-pesquisadora conseguia se expressar livremente e fazer questionamentos relacionados à técnica utilizada na pesquisa e para auxiliar na construção de um memorial condizente ao proposto pelo método.

As indagações e questionamentos eram discutidos durante as supervisões permitindo que a clínica-pesquisadora pudesse se construir ao longo das discussões teórico-metodológicas. Foi questionado, também, como seria a elaboração do memorial – documento que suscitou incômodo e dificuldade em ser elaborado e lido no início das sessões. Este fato ocorreu devido às impressões obtidas com a leitura do documento ao iniciar os encontros com o João, uma vez que a leitura parecia tão-somente uma validação e legitimação do que foi dito na sessão anterior. O desconforto foi, portanto, discutido em supervisão a fim de decidir a melhor maneira de conduzir as próximas escutas.

Optou-se, portanto, em elaborar o memorial, mas não realizar sua leitura, a menos que houvesse, de fato, a necessidade de rememorar conteúdos da sessão anterior. Essa ação permitiu que o conteúdo viesse à tona de forma espontânea, fazendo valer a livre circulação da palavra no qual o sujeito expressava por meio de conteúdos manifestos o que estava latente necessitando ser dito seja por meio da palavra, dos gestos e, até mesmo, do silêncio. Isto permitiu que a sessão fluísse livremente proporcionando o desapego da clínica-pesquisadora no tocante a teoria de base para utilização do método.

Essa necessidade de desprendimento pode ser percebida durante a elaboração do diário de campo pela clínica-pesquisadora: “[...] não quero só coletar as informações necessárias, mas quero mesmo escutá-lo, entender e compreendê-lo em sua totalidade, uma vez que questões ligadas ao uso de bebidas alcóolicas é tão complexo e merece um cuidado e olhar especial” (Diário de Campo, 3ª Sessão, 05 jun 2017). Assim, nota-se a preocupação em vivenciar e permitir a circulação do afeto e interesse pela história de vida do João e as vivências de sofrimento e prazer no trabalho.

Outra passagem que configura esta reflexão quanto ao memorial e a postura da clínica-pesquisadora acontece na 4ª sessão: “*Nas sessões anteriores eu estava me sentindo um passarinho aprisionado. Parecia algo muito dentro da forma, algo muito técnico que me impedia de compreender melhor o João, a história pessoal e profissional dele e a mim mesma enquanto clínica-pesquisadora. Sinto agora que isto era o que me impedia de desbravar um*

*caminho mais prazeroso nesse processo de fala-escuta com o querido João” (Diário de Campo, 4ª Sessão, 12 jun 2017).*

Discutia-se, também, a importância de estar realizando uma pesquisa deste teor ao acessar a classe dos PMs e percebê-los como profissionais que estão cada dia mais adoecidos devido as intempéries da rotina de trabalho em consonância com as transformações ocorridas e que continuam a acontecer, tendo o respaldo da literatura apresentada na elaboração deste estudo. Atenta-se quanto às reflexões e discussões acerca do trabalho precarizado, não apenas do policial, mas de outras classes trabalhadoras. Essa precarização emerge em resposta à necessidade do trabalhador em sentir-se pertencente a um grupo de trabalhadores, a fim de dar sentido e significado ao trabalho realizado.

Durante estes encontros de supervisão, também foi discutido os sentimentos de angústias, de frustrações e inseguranças da clínica-pesquisadora quanto à questões pontuais, a saber: o uso do método e o envolvimento da clínica com o caso sendo descritos no diário de campo, como no exemplo: *“Fico a me cobrar que preciso fazer tudo isso com muita excelência, quase como querendo provar algo, provar que eu vou dar conta. Mas por quê? Qual a necessidade? Eu sabia desde o início que seria um desafio e muito mais, um divisor de águas para mim, não apenas o mestrado... mas a pesquisa em si, a realização de uma escuta clínica” (Diário de Campo, 2ª Sessão, 22 mai 2017).*

Houve, também, a preocupação com as possibilidades de recaídas do PM, com as faltas e o motivo pelo qual não comparecia a uma sessão, a preocupação se ele estava bem fisicamente e psicologicamente sendo estas preocupações apresentadas na elaboração do diário de campo: *“Acho que fiquei “contaminada” achando que poderia ser uma desculpa para não ir, e logo pensei: “Será que vai beber? Ele vai entrar no período crítico da abstinência do álcool!”. Senti certa preocupação, e desta vez não com a pesquisa, mas com ele” (Diário de Campo, 3ª Sessão, 05 jun 2017).*

Outra passagem do diário de campo que demonstra o exposto acima é: *“Após a sessão da semana anterior fiquei a refletir como o vício do álcool é poderoso no organismo do ser humano. O vício (maldito!) afasta e destrói tudo na vida de uma pessoa. Família, amigos, trabalho (toda a esfera do social), o psiquismo (saúde mental) e o biológico, também. Noto uma fala descompassada, frágil, dificuldade para pensar e estabelecer uma linearidade no seu discurso, sendo difícil até compreender sua história de vida, o que foi ressaltado em supervisão” (Diário de Campo, 3ª Sessão, 05 jun 2017).*

Atitudes e falas, por vezes, descontextualizadas também se tornaram uma preocupação para a clínica-pesquisadora, descritas no diário de campo: *“Noto uma fala descompassada,*

*frágil, dificuldade para pensar e estabelecer uma linearidade no seu discurso, sendo difícil até compreender sua história de vida, o que foi ressaltado em supervisão”* (Diário de Campo, 3ª Sessão, 05 jun 2017). Outras questões também eram tratadas em supervisão, tais como: a forma de lidar com os conteúdos apresentados, de se posicionar diante da fala de João, de não causar desconforto devido o medo que o João desistisse da pesquisa e não ter dados suficientes a serem discutidos para conclusão da pesquisa. A postura da supervisora/orientadora foi de suma importância para dar continuidade à pesquisa sem que houvesse a desistência do estudo.

Em resumo, as supervisões contribuíram tanto para a formação do clínico, como para a mobilização de sua própria subjetividade a fim de conseguir o acesso à subjetividade do outro (o sujeito de pesquisa) como afirma Molinier (2003). Além disto, os encontros permitiram o crescimento pessoal e profissional, bem como ampliação de conceitos voltados a teoria norteadora do estudo (PdT), o método utilizado e o vocabulário psicanalítico.

### 3.2 PARTICIPANTE

Para alcançar o objetivo geral deste estudo foram considerados os seguintes critérios de inclusão: estar residindo em Palmas – TO; estar afastado pela Junta Médica por no mínimo noventa dias e não estar afastado por licença maternidade. Conseqüentemente, os critérios de exclusão são: não estar residindo em Palmas – TO; não ter afastamento do trabalho por especialidade psiquiátrica ou ortopédica que o impede de trabalhar; estar afastado pela Junta Médica por menos de noventa dias e estar afastado por licença maternidade.

Participou desta pesquisa 01 policial militar afastado do trabalho por alcoolismo. Ressalta-se que não foi possível a constituição do coletivo, uma vez que após duas chamadas oficiais via Comando Geral, apenas este policial compareceu. Optou-se, portanto, por realizar a pesquisa com ele, privilegiando-o pelo fato de ter ido à reunião.

O sujeito de pesquisa encontrava-se afastado do trabalho para tratamento devido o alcoolismo. No início das sessões estava há 01 ano e 03 meses sem a ingestão de álcool. Fazia acompanhamento com o Psiquiatra do CIRR/PMTO. Tinha um histórico de várias internações e afastamentos para tratamento do alcoolismo. Estava prestes a ser reformado (aposentado) proporcional ao tempo de serviço, por não estar apto ao exercício da profissão de policial militar, sendo diagnosticado na CID-10, no código F.10.

### 3.3 INSTRUMENTOS

Os instrumentos utilizados estão pautados na proposta metodológica de Mendes (2014) e já utilizados nas práticas clínicas de Medeiros (2012), Ghizoni (2013), Ghizoni e Mendes (2014a), Alves (2014) e Duarte (2014), sendo eles: a gravação da sessão, o diário de campo e o memorial.

#### 3.3.1 A gravação da sessão

As gravações foram autorizadas pelo participante da pesquisa, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no Apêndice A. Ao finalizar as sessões o conteúdo da gravação era enviado via *e-mail* para a empresa contratada pela clínica-pesquisadora para realização da transcrição. Após um prazo de aproximadamente 72 horas a empresa enviava a transcrição, que era lida e iniciavam-se as primeiras análises a serem discutidas durante a supervisão.

Este material também era enviado a supervisora/orientadora que ao ler fazia anotações e pontuações sobre a conduta da clínica-pesquisadora e sobre o caso em si, para articulação do memorial.

Vale destacar que este recurso da transcrição, embora caro e desgastante, pois nem sempre se tem a transcrição no prazo necessário, é imprescindível para as análises, durante os atendimentos e posteriormente para a fluidez das interpretações, para olhar os atendimentos com outros olhos. Fez-se uso destas transcrições para a construção da sessão devolutiva para o João, bem como, para a construção do capítulo de resultados e discussão desta dissertação.

#### 3.3.2 O diário de campo

O diário de campo é um documento bem pessoal, era elaborado após a sessão, para carregar em seu texto a vivacidade do real da clínica-pesquisadora na sessão. Ao ser elaborado era enviado via *e-mail* para a supervisora/orientadora e a devolutiva do material acontecia antes da supervisão. Esta forma de lidar com o diário de campo permitia a reflexão e que conteúdos pudessem ser reverberados durante o encontro com a supervisora/orientadora.

O documento, de caráter aberto e de livre elaboração, contém os registros pessoais da pesquisadora bem como sentimentos de angústia, frustração, inseguranças, reflexões sobre a prática da técnica utilizada e tudo aquilo que não foi verbalizado e sim observado. Esta forma de registro é pontuada, mas não nominada, por Dejours (2011a) quando ele afirma da importância de colocar por escrito o que foi encontrado e observado pelos pesquisadores durante o desenvolvimento da pesquisa e dos movimentos que acontecem entre o trabalhador

e o pesquisador. Mendes e Araujo (2012) corroboram com o autor quando aduzem que “nesse diário devem ser registrados os resultados da observação clínica, todos os eventos não verbais e fatos ocorridos no coletivo de pesquisa, a relação entre os pesquisadores e seus sentimentos em relação ao colega, à sessão e ao grupo de trabalhadores” (p.59). Muito embora para esta pesquisa não tenha sido formado o coletivo de trabalhadores, sendo um estudo de caso.

Deste modo, o diário de campo, configura-se como um documento individual e pessoal, elaborado tão logo a sessão seja finalizada com dados retidos pela memória do pesquisador. O registro é importante, também, para a compreensão do todo e para as análises e interpretações advindas do processo de fala-escuta (MENDES; ARAUJO, 2012).

A seguir, um exemplo do diário de campo, contendo alguns trechos da 2ª sessão, que aconteceu no dia 22 de maio de 2017, e da 6ª sessão realizada no dia 17 de julho de 2017, respectivamente, conforme apresenta Ghizoni (2013a) em sua pesquisa com catadores de materiais recicláveis.

### **2ª SESSÃO (trecho destacado):**

*Hoje mais uma sessão com o “João”, a segunda. Desta vez ao chegar no CIRR fui mais acolhida pelas servidoras, todas bem atenciosas e solícitas... já me conheciam! Entrei para a sala que realizaria o atendimento e por lá fiquei aguardando, relendo o memorial a ser lido no início, organizando as cadeiras (ficaram na mesma posição, já que ele não se mostrou incomodado devido a cadeira estar próximo a porta). O medo de ser ouvido é de quem? Meu ou dele? Fiquei a pensar depois da supervisão e quando novamente fui organizar a sala.*

*Desta vez João chegou 10 minutos adiantados, pedi então que aguardasse um pouquinho e já o chamaria – e, adianto que isto me chamou atenção desconstruindo (até mesmo) toda a dúvida e incerteza da continuidade dele para realizar as sessões e construir minha pesquisa. Seria essa a postura de um pesquisador-clínico? Ou seja, o contrário do que a escuta clínica prevê quanto a figura do pesquisador, sendo ele um clínico-pesquisador? Notei, então, o meu distanciamento em relação a escuta nesses primeiros momentos e isso me deixa intrigada pois a história dele me despertou interesse. Mas será que despertou mesmo? Ou talvez eu esteja querendo evitar ouvi-lo porque nele encontro as demandas que também vão ao meu encontro? Sempre fico atenta a sua fala, mas confesso que hoje por momentos estive distante não dando a atenção necessária à sua fala, mesmo embora eu saiba o que foi dito. No entanto, percebi um distanciamento vindo de mim, isso muito me incomodou, e não ter ido para a análise depois da primeira sessão foi ruim, pois foi bem marcante o primeiro dia, a primeira supervisão, as primeiras interpretações [...].*

### **6ª SESSÃO (trecho destacado):**

*Duas sessões sem vir, e hoje ele veio!!! E a primeira pergunta feita à mim foi: “- Sentiu minha falta? ”.. Quis mooorrer ao escutar aquilo. Parecia que ele tinha escutado e participado de uma parte da supervisão com profa [...] e o prof [...] na última quinta-feira quando o professor aponta que estou fazendo papel de mãe ao João. Aquilo foi igual dar um soco na boca do meu estômago. Afinal, tenho muito disso com todos aqueles que me cercam; o cuidado extra, diria assim, que envolve a preocupação com detalhes que às vezes não são do meu interesse. Porém, recusei-me a respondê-lo. Meu silêncio parece ter incomodado ele de tal forma que logo começou a falar de maneira desenfreada.*

*Antes desta sessão, a esposa dele me ligou para informar e justificar sua ausência, e eu de forma (in)consciente perguntei (em tom de voz preocupada) se a ausência devia-se a possibilidade de uma recaída com a bebida e completei perguntando se estava tudo bem. Incorreto!!! Não era para isto ter acontecido. Por que a preocupação? Qual sentido? O fato de ele retornar, ou não a beber independe de mim e de minha vontade. Mas quando dei por mim, já havia perguntado. Fazer o papel de mãe não é o adequado e nem coerente diante dos fatos, situações e circunstâncias. Amaciar o ego dele, quando ele deve ser confrontado e como professor [...] disse, prepara-lo para lidar com possíveis frustrações no futuro. Uma vez que, sua vida foi recheada de muitas delas.*

*Em meio a sessão, ele relata ter durante a semana sentido vontade de beber. Chegou a entrar num bar, quando foi comprar algumas coisas para a esposa fazer o almoço, conversou com alguns conhecidos que lá estavam e continuam a beber de forma intensa. Sentiu uma enorme vontade de beber, chegando a pagar uma rodada de bebida para os demais, mas que ele mesmo tomou uma coca-cola. Conversou mais um pouco e logo saiu. Passou num pit-dog comeu um sanduiche e tomou outro refrigerante para forrar a barriga e, em seguida, foi para casa. E com isso a vontade passou e ele buscou outras atividades para fazer.*

*Poxa vida! Isso tudo passou batido por mim... isso era algo importante a ser explorado e eu apenas “ouvi” mas não “escutei”, não o indaguei de como foi sua semana para que esta vontade viesse a tona. Perdi uma grande chance de adentrar ao assunto e explorar diante da realidade que ele vem relatando. Me questionei do por que eu deixei isso passar batido. O que tem em mim que parece não deixar eu escutar de fato ele? Quando estou na sessão fico um pouco, sei lá, extasiada, apenas escutando, o deixando falar, falar e falar. Fico sem reação para fazer determinada pontuação, questionamento e/ou reflexão. Será uma defesa minha? Será receio de me envolver mais com a história dele? Mas porque a história dele mexe tanto comigo? O que há em comum entre eu e o João? Enfim... tenho que refletir sobre isto![...].*

Desta forma, confirma a proposta apresentada deste instrumento de pesquisa considerada sua relevância e influência no processo de fala-escuta. Por isso a importância de ser elaborado após a sessão e enviado para a supervisora/orientadora a fim de realizar suas reflexões e análises a serem discutidas durante a supervisão, pois como pode ser observado, são pontuações tanto sobre o caso, quanto para a clínica-pesquisadora em formação.

### 3.3.3 O memorial

O memorial, por sua vez, também compõe o corpo de instrumentos de pesquisa do processo de fala-escuta. Ele pode ser feito provisoriamente após o diário de campo, como sugere Mendes (2014), mas é discutido e finalizado na supervisão, para ser lido no início da sessão subsequente. É importante registrar no memorial os conteúdos discutidos na sessão, para validação do grupo de participantes, mas também transformar em linguagem o que foi vivenciado na sessão, seja pelo silêncio, metáforas ou manifestações afetivas (MENDES, 2014).

Houve neste processo de fala-escuta alguns entraves com a elaboração e leitura do memorial a partir da 2ª sessão. Isso ocorreu devido inicialmente a dificuldade do conteúdo a ser colocado, gerando angústia na pesquisadora a fim de não torná-lo um documento técnico; por conseguinte, o memorial não estava funcionando como deveria a fim de rememorar o conteúdo abordado na sessão anterior e trazer a tona conteúdos que seriam discutidos na sequência, ou se surgiriam novos conteúdos. Neste caso, o memorial estava tendo a função apenas de validação e legitimação do que foi dito e abordado, uma vez que o PM sempre trazia novos assuntos e dificilmente retomava um assunto anterior. E quando retomava era do meio da sessão em diante.

O primeiro memorial ficou extenso e técnico, contendo muitas informações e que ao final o policial só confirmava o que foi lido, não se atentando de fato ao que estava ali. Ao final, com o gravador desligado, ele perguntou se poderia ter uma cópia destes memoriais a fim de guardar para anexar no processo de pedido da Reforma ser integral e não proporcional como consta no Estatuto dos Militares – Lei 2.578/2012. Este assunto foi tratado em supervisão e acordou-se que o assunto deveria vir à tona nas sessões, para ver que tipo de expectativa ele tinha com este documento. O que não ocorreu. João nunca mais tocou no assunto.

Destarte, após discussão sobre a elaboração do memorial durante as supervisões e o desconforto da pesquisadora que não conseguia se desprender da teoria que norteia o método, optou-se por fazê-lo de forma objetiva e direta, com perguntas que o levassem a reflexão, mas não seria feita sua leitura, a menos que se fizesse necessária. Outra sugestão foi que no decorrer da sessão fossem retomando(s) o(s) conteúdo(s) da sessão anterior por meio de sua fala, que se mostrava sempre repleta de informações valiosas e que permitiam a compreensão da(s) vivência(s) de sofrimento dele, de sua vida pregressa à PMTO e da organização do trabalho policial militar.



O memorial, portanto, foi lido na 2ª e 3ª sessão, não havendo a continuidade das leituras nas sessões seguintes. Observou-se que, independente do memorial, João trazia os mais variados conteúdos que permitiam a construção, análise, interpretação e discussão de seu caso. As sessões eram sempre produtivas com informações importantes.

### 3.4 PROCEDIMENTOS

A primeira etapa foi iniciada em novembro de 2016, quando a orientadora/supervisora desta pesquisa participou de uma reunião com servidores da Polícia Militar membros do CIRR. O encontro teve como objetivo principal de alinhar e verificar a possibilidade de realização da escuta clínica tendo como foco os policiais militares afastados do trabalho.

Em seguida, foi iniciada a análise documental através de leituras sobre a organização do trabalho da PM disponibilizadas na *internet*, no *site* da PM e na dissertação de Carvalho (2016). Ressalta-se o envio de um documento elaborado pela orientadora/supervisora da pesquisa, sendo ele protocolado junto a servidores da PM a fim de obter informações relevantes e pertinentes à caracterização e delineamento do estudo.

O conhecimento acerca da legislação e demais informações pertinentes à temática foi complementada com o curso de capacitação ministrado por uma servidora integrante da equipe de saúde do CIRR/PMTO - tendo o posto de Major e formação no curso de Serviço Social. Neste curso foram apresentados conceitos respaldados na estrutura hierárquica, além de informações inerentes a formação e atuação dos policiais, seguindo, sobretudo as patentes e sua forma de organização. Houve, também, explicações relacionadas às práticas de rotina, bem como o modo de funcionamento das atividades gerais (a organização do trabalho).

Em fevereiro de 2017 foi realizada uma segunda reunião para delimitação da pesquisa no qual participou a pesquisadora, a orientadora/supervisora da pesquisa e três membros da equipe de saúde do CIRR/PMTO. Durante a reunião foi definido que seriam convocados, via chamada oficial via Junta Militar Central de Saúde PMTO, os PMs afastados do trabalho por motivos psiquiátricos e ortopédicos.

Em abril de 2017, uma nova reunião foi realizada com a finalidade de apresentar o projeto de pesquisa para toda a equipe de saúde do CIRR/PMTO. Nesta reunião ficou definido que seriam convocados todos os PMs afastados do trabalho, residentes em Palmas, que estivessem afastados por mais de 90 dias e nem por motivo de licença maternidade.

No dia 04 de maio de 2017 houve a primeira chamada oficial, comparecendo apenas 01 PM afastado do trabalho – o João. Neste dia, caracterizado como uma reunião de sensibilização para convidar os PMs a participar da pesquisa de forma voluntária e aceitando as condições necessárias para que o estudo acontecesse. Assim, explicou-se a proposta do

trabalho e foi entregue, ao PM presente duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice A), uma para ficar com ele e a outra para ser devolvida a clínica-pesquisadora. Com a concordância dele para o estudo, pediu-se para aguardar o contato, pois a equipe do CIRR/PMTO, presente na reunião, juntamente com a clínica-pesquisadora e a supervisora/orientadora optaram por uma 2ª tentativa – realizar uma nova chamada no dia 08 de maio de 2017. Na segunda convocação nenhum PM compareceu, decidindo-se, portanto, a realização da pesquisa com o João. Assim, não se formou o coletivo de trabalhadores, sendo feito um estudo de caso com o João.

A etapa seguinte foi a comunicação feita (via telefone) com o militar participante para confirmar o início das sessões no dia 15 de maio de 2017. Ao iniciar os atendimentos foi enfatizada a impossibilidade de respostas urgentes no que tange ao sofrimento vivenciado no trabalho. É neste cerne que se instaura o desafio da clínica-pesquisadora (em especial) no sentido de permitir e proporcionar um espaço no qual eles possam falar e refletir sobre o sofrimento vivenciado e que pode ter sido enaltecido com o afastamento do trabalho (MENDES; ARAUJO, 2012).

Mendes e Araujo (2012) e Périlleux (2013) apontam que este é o desafio do clínico; ou seja, como ele irá fazer esta passagem, enaltecendo o caráter político e social que o processo de fala-escuta apresenta. Por isso, torna-se necessário a instituição das regras de conduta a fim de favorecer a confiança, a solidariedade e os laços afetivos em meio a uma organização do trabalho, que por vezes pode apresentar-se adoecedora.

Após a finalização das sessões, no dia 14 de agosto de 2017, houve a elaboração dos resultados a partir de todo o conteúdo e demais informações apresentada durante os atendimentos. Posteriormente, foi feita uma análise geral considerando os dispositivos clínicos, os instrumentos utilizados, as supervisões e demais questões de cunho subjetivo tanto da pesquisadora quanto do sujeito de pesquisa.

Após, aproximadamente, um mês dada a finalização das sessões foi tentando contato com o João para agendamento da devolutiva, porém não se obteve êxito. Praticamente dois meses depois do último atendimento, no dia 06 de novembro de 2017 foi feita a devolutiva com o sujeito participante. Posteriormente, no mês de dezembro, após defesa da dissertação será feito a etapa de avaliação, no qual a clínica-pesquisadora voltará a instituição militar para agendar um encontro com o João e avaliar os avanços e/ou retrocessos pós reforma. Pretende-se, neste encontro, buscar informações quanto às perspectivas da instituição no que tange as considerações feitas após a apresentação do caso João e as futuras intervenções com essa classe de trabalhadores que se encontram afastados do trabalho. Optou-se para melhor

visualizar o desenvolvimento desta pesquisa elaborar uma tabela contendo a síntese dos procedimentos da pesquisa contendo tais informações.

**Tabela 3 - Procedimentos de Pesquisa**

DATA	AÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>Novembro/2016</b>	Reunião com a equipe de saúde do CIRR/PM para alinhamento da pesquisa.	Realizada na sede do CIRR/PMTO.
	Início das leituras sobre a PM.	
	Capacitação geral aos alunos envolvidos com pesquisas na PM via grupo de pesquisa Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão.	Realizado na UFT/Ministrado pelo CIRR/PM.
<b>Abril/2017</b>	Apresentação do projeto de pesquisa para equipe de saúde do CIRR/PMTO.	Realizada na sede do CIRR/PMTO.
<b>Mai/2017</b>	Chamada Oficial: convocação, sensibilização e convite para participação voluntária na pesquisa.	Realizada no auditório do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Tocantins (QCG/PMTO)
	Início das sessões com o PM que compareceu à convocação.	Todas foram realizadas na sede do CIRR/PMTO.
<b>Agosto/2017</b>	Término das sessões com o PM.	-
<b>Novembro/2017</b>	Sessão de devolutiva do processo de fala-escuta com o PM participante	Realizada na sede do CIRR/PMTO.
<b>Dezembro</b>	Avaliação	Será realizada na sede do CIRR/PMTO.

Fonte: Elaborado pela autora (Setembro, 2017).

### 3.5 Estratégias de análise dos dados

Antes de realizar a análise dos dados optou-se por utilizar-se da interpretação fundamentada em vocabulários inerentes à Psicanálise, uma vez que a PdT tem como uma de suas teorias basais a Teoria do Sujeito. Deste modo, os conteúdos advindos das sessões eram analisados e interpretados durante as supervisões com o auxílio das transcrições, diários de campo e memoriais.

Estes mesmos conteúdos foram analisados a partir da ACT – Análise Clínica do Trabalho. Para Mendes e Araujo (2012) esta análise de configura como uma técnica com a finalidade de organizar o material coletado nas sessões, onde cada sessão é analisada de maneira articulada, a fim de identificar o desenvolvimento, o aprofundamento e as particularidades das discussões coletivas sobre a presunção da pesquisa. Ela está dividida em 03 etapas, a saber:

**Etapa I – Análise dos Dispositivos Clínicos (ADC)** que versa os resultados alusivos à análise da demanda, a transferência e a interpretação (MENDES, 2014).

**Etapa II – Análise da Psicodinâmica do Trabalho (APDT)** satisfaz à estruturação dos eixos de análise, sendo fomentada a partir das transcrições das sessões e gravação/registro das falas. Compõe 03 eixos propostos para análises com seus respectivos temas: Eixo I: Organização do Trabalho prescrito e real do trabalho, com os temas: tipos de tarefas; divisão do trabalho; normas e regras; tempos e ritmos; exigências técnicas; relações com pares, chefias e clientes; estilo de gestão e responsabilidades e riscos. O Eixo II: Mobilização Subjetiva tem como temas: sofrimento criativo; inteligência prática; espaço de discussão; cooperação e reconhecimento. Já o Eixo III: Sofrimento, defesas e patologias.

**Etapa III – Análise da Mobilização do Coletivo de Trabalho (AMCT)**, que corresponde ao momento em que a análise é destinada às dimensões que colaboram ou não com a mobilização do coletivo. Destarte, é necessário articular os dispositivos usados na condução do processo de fala-escuta com os resultados encontrados nos eixos da APDT. Mendes e Araujo (2012) afirmam que nesta etapa o clínico-pesquisador “[...] analisa e interpreta os feitos da prática clínica sobre o coletivo de pesquisa, suas limitações e perspectivas” (p.64).

No entanto, como estratégia de análise dos dados neste processo de fala-escuta optou-se por analisar a psicodinâmica do trabalho policial militar, atendo-se, portanto, a Etapa II da ACT. Esta análise atende, portanto, o segundo objetivo específico desta pesquisa.

### **3.6 Devolução ao sujeito de pesquisa**

A devolução ao sujeito de pesquisa foi realizada no dia 06 de novembro de 2017. Fez-se uma síntese de todas as análises e interpretações realizadas ao longo do processo de fala-escuta e apresentou-se verbalmente ao João. Relatou-se as impressões da clínica-pesquisadora diante de todo o contexto apresentado. Destarte, João validou todas as análises, manifestando interesse inclusive, de participar da defesa da Dissertação.

Um segundo momento ainda acontecerá após a defesa da Dissertação, que será uma sessão de avaliação de todo o processo e será finalizado com a entrega da Dissertação impressa para o João e também para a Equipe do CIRR/PMTO.

## 4 RESULTADOS

Neste capítulo apresentam-se os resultados dos encontros com João: um policial militar do Estado do Tocantins, afastado do trabalho há mais de 01 ano por transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool (F.10, segundo a CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) – constituindo assim a narrativa do policial.

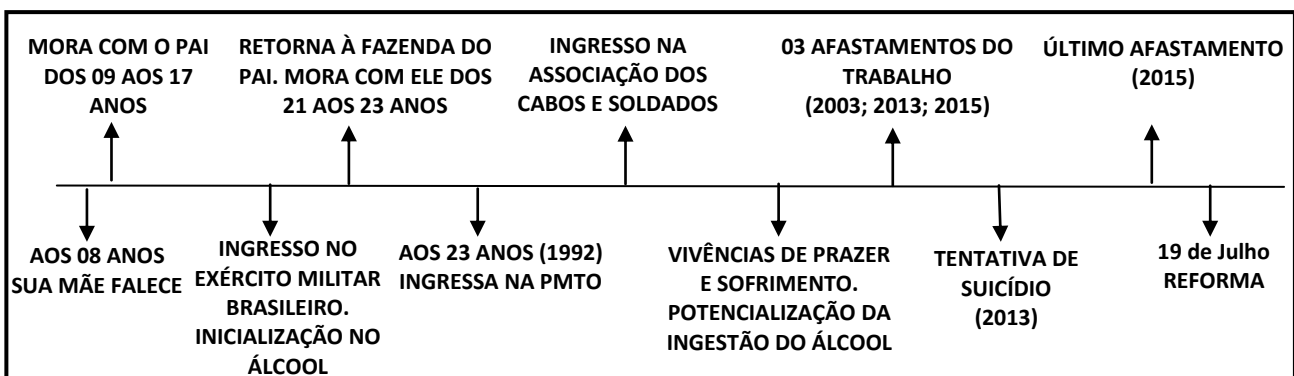
Foi atendido individualmente entre os dias 15 de maio e 07 de agosto de 2017 havendo um total de 07 sessões no momento em que João esperava sua Reforma (proporcional ao tempo de serviço prestado à Polícia). A Reforma por invalidez constitui-se como um momento no qual o militar possui uma patologia que o impede de realizar o serviço de policial militar, mas tem condições de exercer outras atividades fora da Polícia.

Organizou-se o capítulo atendendo os seguintes objetivos da pesquisa: 1) a narrativa do caso de um policial militar afastado do trabalho; 2) a análise da psicodinâmica do trabalho do policial militar afastado; e 3) delineamento dos possíveis destinos do sofrimento deste policial.

### 4.1 A busca por um novo sentido de vida: a narrativa do caso João

Este capítulo tem como finalidade narrar o caso João: um policial militar afastado do trabalho que passou por situações e vivências de sofrimento dentro da organização do trabalho militar, mas também é relatado aspectos relacionados à sua vida pregressa à instituição a fim de organizar cronologicamente sua história. Em seguida, têm-se os resumos das 07 sessões com o João, enfatizando os principais temas apresentados e abordados em cada encontro. Abaixo, segue a linha do tempo para compreender a cronologia de sua história (passado – presente – futuro).

**Figura 2 - Linha do Tempo: Caso João**



Fonte: Elaborado pela autora (dezembro, 2017).

#### **4.1.1 Tecendo a história de João: a busca pelo reconhecimento**

O caso João inicia-se quando sua mãe, na época solteira, mantinha um relacionamento extraconjugal com o pai dele na fazenda em que moravam, sendo ele o dono da propriedade. Ao saber da gravidez (provavelmente no ano de 1967/1968 – ano de nascimento de João), seu pai pediu que sua mãe, grávida, fosse embora para outra cidade para que não houvesse prejuízos ao seu casamento. E assim ela seguiu com o pedido, indo embora para Brasília – DF, não tendo mais contato com o pai do João. A mãe foi residir na casa de uma sobrinha do pai, trabalhando nesta casa, possivelmente, como empregada doméstica. Quando João nasceu o pai não o reconheceu e nem o registrou como tal, havendo total desprezo pela criança sendo, portanto, criado e educado apenas por sua mãe.

Quando estava com 08 anos de idade, sua mãe acometida por um câncer de pulmão (meados de 1976) pede à sua vizinha e amiga que cuide de seu filho, caso ela viesse a falecer. Com sua morte, João fica um período (não relatado) com a vizinha até o momento em que seu pai fica sabendo do falecimento de sua mãe e busca-o para morar na fazenda com ele e sua família numa cidade do estado de Goiás, após ter esclarecido à sua família o fato de ter um filho fora do casamento.

Os dias passaram, João era tratado como um empregado do pai (nunca ocupando o lugar de filho), afirma que o relacionamento que tinha com o pai era um pouco conturbado devido seu jeito de ser – bruto e carrasco. Mas diz que se não fosse a educação mais rígida dada a ele, talvez hoje ele estivesse perdido no mundo e envolvido com coisas denominadas por ele de “erradas”, desviando sua conduta.

Dentre os 07 irmãos por parte de pai, apenas 01 o reconhece como tal, demonstrando carinho e afeto, mantendo assim uma relação harmoniosa. Tinha este irmão como seu espelho, exemplo. O tratamento que o pai dava a ele e aos outros filhos era diferenciado, segundo João. Os irmãos foram aos poucos tomando outros rumos de vida (diferenciados do seu), por vezes indo estudar em outro Estado, como é o caso do irmão que atualmente é reitor em uma universidade do interior de Minas Gerais e outra irmã formada em Direito e Juíza. O estudo para João era algo difícil e árduo, tinha que deslocar 08km até a escola. Para ele tudo era mais difícil. Isto despertou mágoa e rancor dentro dele (mesmo afirmando ter uma relação até tranquila) e acrescenta que talvez pudesse ter sido mais reconhecido.

João morou na casa de seu pai até os 16 anos decidindo, portanto, ir embora para Brasília – DF para ingressar no Exército Brasileiro e seguir carreira militar. Neste período, antes de ir embora, ele sempre trabalhou na roça, e seu pai (por um tempo, também não relatado) foi dono de um alambique e o ajudava nesse período. Em 1987, resolve alistar-se ao

exército ficando lá por 02 anos, ou seja, até 1989. Na cidade de Brasília, morou dentro das dependências do exército, (até mesmo por não ter residência lá), e como havia ido embora da casa de seu pai, não tinha condições financeiras de manter sequer uma *kitnet*.

Nesse período, começou a relacionar-se socialmente com outras pessoas, fazendo novas amizades e nos períodos de folga das atividades de trabalho do exército ele começou a beber socialmente junto aos colegas nos finais de semana. Porém, nada de forma excessiva, como relata, mas que este foi seu primeiro contato com a bebida (ingerindo-a, pois antes havia trabalhado com o pai e irmãos no alambique da família).

Ainda no ano de 1989, ao finalizar sua carreira do exército, continuou residindo em Brasília, pois localizou parentes e 02 dos seus irmãos por parte de mãe. Descobriu onde eles moravam e passaram a se relacionar. Nessa época, para não ficar sem uma ocupação, trabalhou por algum tempo (não informado) numa distribuidora de bebidas (em seu relato isto intensificou o consumo de bebida alcoólica), e nas horas vagas e de lazer ele tinha a bebida como elemento principal e potencializador do que mais adiante o estigmatiza e o rotula de alcoolista. Afirma que neste período sua vida foi permeada por dificuldades, inclusive financeiras e isto contribui para a intensificação do consumo da bebida. E, decorrente de um relacionamento passageiro com uma moça, tem uma filha, hoje com 26 anos, porém não mantém contato com ela e nem com a mãe.

Ainda nesta época, através de uma conhecida que também residia em Monte Alegre – GO ficou sabendo do falecimento de seu irmão o qual tinha uma relação mais próxima. Lembra que quando saiu da fazenda tinha em mente colocar em prática um projeto que tinha com este irmão, mas sua morte representou para ele mais uma frustração e cisão em sua vida, sofrendo com o ocorrido.

Aos 21 anos (1989), ele retorna para a casa de seu pai (na fazenda) devido não ter condições suficientes para se sustentar na capital federal, além de ser mais uma tentativa de ser reconhecido pelo seu pai - até mesmo, como ele diz, por sempre ter sido seu braço direito nas responsabilidades da fazenda. Mesmo com seu retorno não consegue o reconhecimento tão esperado. Em seguida, sua irmã que na época residia numa cidade a 60km de Palmas, o convida para morar com ela e o informa sobre o concurso público para a Polícia Militar do Tocantins. Ele, então, aceita o convite e na mesma época presta concurso e é aprovado, ingressando na instituição militar e dando início a sua trajetória em 1992, por mérito seu.

Ao ingressar na corporação e antes de iniciar suas atividades, de fato, como PM, todos aqueles que passam no concurso público, fazem o treinamento preparatório (um curso de formação) no qual denominam de “adestramento”, tanto no âmbito teórico quanto prático.

Esta formação consiste um período de aproximadamente 08 meses, de acordo com João, podendo ser interpretado como um processo de (des)construção identitária, uma vez que ao fazer parte da instituição militar ele incorpora uma nova identidade na qual deve seguir os preceitos da profissão.

Após o curso de formação e já realizando seu trabalho com tarefas bem definidas (trabalho prescrito), afirma que ser policial é um trabalho cansativo, árduo e estressante, mas prazeroso (pelo menos foi para ele, inicialmente). As atividades são cumpridas, em sua maior parte, por meio de escalas que no caso dele, afirma ter cumprido as seguintes: 7x7, trabalhando 07 dias e folgando 07 dias (na sua época, esta escala não era regulamentada); 12x24 no qual trabalha 12 horas/dia e folga 24 horas, 12x48, trabalha 12 horas/noite e folga 48 horas (atualmente regulamentada). Em épocas de carnaval iniciava o trabalho 18h indo até 07 ou 08 horas da manhã. No rancho, trabalhava 03 dias e folgava 06 dias (escala, também, não regulamentada em sua época). Destaca-se que esta desregulamentação, aqui pontuada, devia-se ao início do estado do Tocantins, criado em 1988 (04 anos antes do seu ingresso na PMTO).

Somada às escalas de trabalho, no qual nota-se uma sobrecarga de trabalho desempenhada pelos PMs, existe (ainda) a complexidade da atividade que está ligada, principalmente, ao combate da violência e da criminalidade. Para tanto, os policiais (denominados praças) são incumbidos de realizar o patrulhamento ostensivo nas ruas. Ou seja, os considerados “linha de frente” da corporação que lidam diretamente com situações de risco. Muito embora a divisão da PM tenha as equipes de operações táticas e especiais para casos mais complexos. E os oficiais que ficam dentro do quartel dando “ordens” (os estrelas, como ele diz), porém existem os que estão junto com os PMs na ruas acompanhando e delegando tarefas, bem como o suporte necessário.

Em 1993 (já na PM), aos 25 anos, ele casa com sua primeira esposa e fica com ela por 08 anos (2001). Deste casamento ele tem 02 filhos, atualmente um de 17 anos (reside com a mãe numa cidade próxima à capital Palmas) e o mais velho com 21 anos (mora atualmente com João na capital). Neste contexto familiar, ele paga pensão para o filho mais novo, sendo esta descontada em sua folha de pagamento. Seu primeiro casamento tinha muitos conflitos e estava se desgastando, devido suas idas e vindas para trabalhar em Palmas, além de ser um trabalho fatigante. Com isso, buscava “refúgio” na bebida, prejudicando seu relacionamento e suas atividades na Polícia. Esta separação marca mais uma ruptura na vida de João.

Por um período de 02 anos (1992-1994) João esteve vinculado ao 1º Batalhão da Polícia Militar até o ano de 2001. Ainda neste mesmo ano houve a primeira greve da PMTO



com duração de 11 dias e repercussão nacional. João por meio da Associação dos Cabos e Soldados do Tocantins esteve envolvido com esta greve e acredita que, por punição, foi transferido para trabalhar numa cidade situada a 270 km da capital. Lá permaneceu por 01 ano e alguns meses (período não relatado de forma pontual).

Nesta época relata que havia falta de equipamentos e armamentos adequados, a base da polícia na cidade era precária, havendo necessidade de melhorias quanto às condições de trabalho que deixavam a desejar. Relata que a realidade atual vivenciada pela polícia, mesmo não sendo ainda o ideal, é outra, no qual a instituição passou por mudanças e avanços significativos desde o espaço físico até aspectos relacionadas a legislação que norteia a profissão. Porém, afirma que ainda precisa mudar mais, inclusive quanto às legislações vigentes, afirmando que a Lei (às vezes) é injusta tirando deles os direitos necessários e cabíveis à profissão – como a promoção de graduação e/ou posto.

Seguindo sua trajetória na corporação, retorna ao 1º BPM (Palmas) e realiza suas atividades num novo posto de trabalho. Ficou neste local por 06 anos (provavelmente em 2002), cuidando dos cães utilizados no combate ao crime (principalmente) e sendo responsável pelo adestramento deles. Nesta época João relata um dos primeiros episódios que lhe causaram frustração e descontentamento. Era o “cachorro” mais antigo do canil, elogiado pelos superiores e colegas devido o excelente trabalho que desenvolvia (principalmente quando não faltava ao serviço por conta do consumo de bebida).

Por destacar-se na função, recebeu uma ligação de seu oficial-chefe informando que ele havia sido escolhido para fazer um curso no Sul do país. Foi inicialmente para Brasília – DF, para a Força Nacional, cumprir as atividades necessárias e realizar o treinamento. Após o êxito alcançado, conseguiu fazer contato com o oficial-chefe da área e articulou todo o processo, inclusive sua ida para a fronteira do Brasil. Comprou uma cadela (com recursos próprios) para ir adestrando e poder levá-la quando fosse para a missão na fronteira do país, como combinado.

Estava animado e feliz, porque também seria uma forma de reconhecerem seu trabalho, além de ganhar um dinheiro extra pelo trabalho a ser realizado naquele período. Entretanto, seu chefe liga solicitando que se apresentasse no quartel e informou que houve um imprevisto e outro PM iria para a missão que estava destinada a ele (cabo na época), no caso o colega de trabalho era Sargento. João insatisfeito tentou dialogar expondo seu ponto de vista, até mesmo por ter feito todo o processo e articulado sua ida diretamente com a Força Nacional, e como não obteve êxito pediu permissão ao superior para sair do local e foi para casa. Frustrado buscou alívio na bebida.

Junto a este evento, no âmbito familiar, João relata problemas relacionados ao convívio com sua primeira esposa caracterizando uma relação conflituosa. Isto também intensifica seu sofrimento, angústia e frustração. Indignado com as problemáticas no âmbito pessoal e profissional, ele teve uma recaída e a bebida foi seu refúgio, causando prejuízos que, posteriormente, incidiram em sua performance e na carreira militar.

Nessa mesma época, houve também, uma tentativa de suicídio antes de ser internado, devido o uso excessivo do álcool (porém atirou em sua própria mão como uma forma de canalizar a dor e o sofrimento do momento). Esse ato era justificado, por ele, como uma maneira de responder as várias frustrações, o desprezo que vivenciou por parte de seus irmãos e de seu pai, a falta da mãe (referência materna que perdeu logo cedo, aos 08 anos) juntamente com as situações de trabalho no qual não obtinha êxito.

Por todos estes motivos ele passa um período ausente da corporação sendo necessário que colegas, também policiais - chamados P2, fossem (a mando do Comandante e de seu superior imediato) ao seu encontro para solicitar que o mesmo os acompanhasse para se apresentar no Comando Geral. Chegando lá, os oficiais-chefe presentes pedem que ele assine sua deserção (desligamento da corporação por abandono), devido os dias consecutivos ausentes do posto de trabalho sem aviso prévio e/ou justificativa. Neste momento, ele recusa e tem ajuda de sua irmã e de um colega advogado e sendo decidido que ele assinasse um documento aceitando ser afastado do trabalho para tratamento numa casa de apoio próximo à capital. Este é um local destinado à recuperação de dependentes químicos, usuários de álcool e de outras drogas.

Lá ficou por 08 meses e ao retomar suas atividades, porém não mais na RP (rádio patrulha – patrulhamento ostensivo nas ruas), consegue, também, a guarda de seus filhos, apresentando uma nova rotina na vida pessoal. Nesta época passa a frequentar a casa de apoio da PM, o CAISPM - Centro de Atenção Integra a Saúde do Policial Militar, para manter-se firme e não ter recaída quanto ao consumo da bebida.

Considerando o contexto familiar apresentado e o relato de seu ingresso na PM, nota-se (até mesmo em sua fala) que João deposita na polícia toda uma expectativa como forma de suprir o contexto vivenciado na família, sendo a polícia a “família” que o acolhe. Inicialmente, prazer em poder estar junto aos colegas de profissão e em vestir a farda, apresentar-se ao Comando e mostrar-se preparado para iniciar a rotina. Quando estava na “ativa” era considerado exemplo e modelo para os demais colegas, nunca se esquivando de trabalho por mais cansativo que fosse. Afirma que estava sempre preparado para qualquer missão. Porém, assim como no contexto familiar, o ambiente de trabalho é tomado por uma

série de frustrações e momentos de indignação, bem como o desamparo, que desmonta toda a expectativa antes depositada. Não apenas devido o cansaço, fadiga, estresse decorrentes do trabalho intenso, mas estes são considerados fatores que potencializaram o consumo da bebida alcóolica.

Como consequência, ele começa a faltar inúmeras vezes ao trabalho ou apresentava-se sem condições de realizar suas tarefas de rotina. O resultado era marcado pelos inúmeros afastamentos temporários, impedindo que ele avançasse em sua carreira militar e ocasionando as diversas mudanças de postos de trabalho.

Outros acontecimentos marcam sua trajetória militar e, mais uma vez, dentre eles está o período no qual fez parte da Associação dos Cabos e Soldados da PM, iniciando a missão de lutar pela classe. O espírito coletivista (ainda presente) o sensibilizava e dava sentido ao trabalho que realizava via Associação. Nessa época, costumava lutar pelos interesses da classe, como o aumento de salário, redução da carga horária de trabalho, maior efetivo de trabalho e melhores condições de trabalho.

Durante o período que esteve inserido na associação, o êxito, quanto às ações desenvolvidas, nem sempre foi alcançado trazendo sentimentos de indignação e frustração. O não reconhecimento dos trabalhos realizados e das lutas travadas, que nem sempre eram alcançadas devido o não envolvimento de todos os companheiros de classe, também marcou esse período. Aos olhos dos oficiais militares, aqueles que faziam parte da associação eram considerados “pé no saco”.

No ano de 2008, devido problemas com o álcool novamente, é transferido para o QCG (Quartel do Comando Geral) trabalhando no setor de manutenção, almoxarifado e guarda até o ano de 2015 (ficou por 07 anos no local). Ressalta-se que a transição entre setores (as chamadas sessões de trabalho) foram significativas e que refletiam a instabilidade de João no tocante suas ausências no trabalho, bem como aos seus afastamentos.

Em meio a esse tempo (2008-2015), em 2010 seu pai (na década de 80 foi prefeito na cidade que residia por 02 mandatos seguidos) veio a falecer e assim o episódio apresenta-se como mais um evento marcante em sua vida. No ato da divisão da herança do pai (tinha boas condições financeiras), os irmãos atuam de forma que ele não consiga com êxito sua parte, oferecendo a ele menos que a parte de direito. João, então, aceita o que eles dão e encerra ali um ciclo de sua vida, no qual não mantém contato com eles. O fato ocorreu em 2016.

Em 2011 ele casa com sua segunda e atual esposa, não tendo filhos com a mesma. Mesmo sendo motivo de alegria (o seu casamento), no contexto profissional outra grande frustração deixa marcas significativas em sua vida, quando na época de mudança de governo

do Estado (Tocantins) haveria uma promoção em massa. Nela havia a possibilidade dele deixar de ser soldado e passaria a ter a graduação de cabo, no entanto, diz ter sido perseguido, novamente, por ter feito parte da Associação dos Cabos e Soldados.

Com o seu afastamento ele passou por instituições de apoio às pessoas alcoolistas, dentre elas CAISPM, participando do grupo de apoio, o CAPS-AD e o grupo de Alcoólicos Anônimos, dentre outros que ele relata, mas não identifica. Entretanto, nesta época (2013) foi para a Casa de Eurípedes, localizada em Goiânia – GO por intermédio da PM. Chegando ao local, relata um episódio no qual se sentiu humilhado por ter que despirm-se para ser revistado antes de iniciar o tratamento. Não aceitando a condição, também por ser uma casa espírita (e não ter afinidade por tal segmento religioso), ele solicita retorno à Palmas – TO para seguir com o tratamento. Ficou por um tempo recluso no quartel, por iniciativa própria, na tentativa de melhorar e conseguir colocar as ideias no lugar além de retornar ao trabalho.

Posteriormente, passado o período de tratamento, sentindo-se melhor e “apto” retorna ao trabalho, agora na escolinha de futebol (última função desempenhada, findando a carreira militar) no 1ºBPM, em seguida sendo interpelado pelo seu último afastamento (2015). As recaídas com o consumo desmedido da bebida faz com que seu desempenho não fosse o mesmo, ficando ausente com frequência do seu trabalho.

Mais uma vez devido as questões vinculadas a rotina de trabalho e sua instabilidade no consumo da bebida, relata ter sido humilhado perante aos colegas de trabalho por um oficial chefe no qual resultou em discussão e descontentamento. Junto a este evento, devido aos conflitos dentro de casa com sua atual esposa ele tem outra recaída sendo autuado e pego em flagrante. João teve desta vez que responder legalmente pelos seus atos (Lei Maria da Penha). Consequentemente, teve que ser afastado de suas atividades de rotina para cuidar da saúde. João relata que passou 01 mês cumprindo pena em cela fechada no 1ºBPM.

Afastado há 01 ano e 07 meses (atualmente), hoje na graduação de Sargento (após sua segunda promoção) aguarda a oficialização da reforma, prevista para dia 19/07/2017. Assume ter uma doença crônica e que não existe cura, afirmando que basta um gole para tudo começar novamente. Relata que neste período não teve nenhuma recaída (está “limpo”) e que seu objetivo maior é não consumir bebida alcóolica, e por isso busca preencher seu tempo com atividades domésticas ajudando sua esposa, bem como a confecção de vasos de plantas e atividades em sua chácara.

Em sua fala, relata que para não cair na tentação tem a Igreja como um de seus maiores refúgios, recebendo os cuidados e sendo acolhido pelo pastor que o visita sempre e afirma que não vai desistir dele. Apresenta e relata, durante as sessões, sobre seus projetos

futuros (pós-reforma), mostrando-se empolgado com os planejamentos. Dentre eles destaca o principal: o hotel para cães, em parceria com sua enteada que cursa Veterinária, na chácara que comprou. Tem como proposta fazer uma pista para adestramento de cães e assim utilizar os conhecimentos que obteve no tempo que trabalhou no canil da PM. Na sua casa diz ter 08 cães e que também ocupa seu tempo com isto. Seria este um pensamento mágico? Seria esta uma maneira de ressignificar? Reinventar? Dar um novo sentido à vida e ao trabalho?

Outras atividades, com as crianças da comunidade em que reside também fazem parte de seus planos, porém este projeto bem como a fabricação de vasos de plantas não são sua prioridade. Pretende ajudar outros companheiros que encontram-se na mesma situação que ele (alcoologista) resgatando-os dos bares e afins, além de fazer caridade para as pessoas que vivem nas ruas e praças de sua comunidade. Estes são alguns destinos apresentados por João, uma vez que acredita e tem certeza de não ter mais condições psicológicas para realizar as atividades militares, sejam elas quais for, mesmo havendo um misto de sentimentos: raiva, mágoa, tristeza, saudade, indignação, frustração para com a corporação militar.

Afirma que o militarismo é tudo para ele e o considera algo importante em sua vida, calculando que pelo tempo de serviço prestado à corporação militar era para no mínimo estar como subtenente. Porém, diante do contexto militar vivenciado, ao mesmo tempo em que nega que o álcool tenha sido o maior influenciador da não promoção, o tem como seu grande vilão, atrelando as inúmeras frustrações, que afirma não terem sido poucas.

Nas últimas sessões, trouxe em sua fala questões relacionadas à família e a convivência com a mesma. Porém, de forma pontual e incisiva, afirma que não quer falar de seu pai e nem do fato de nunca ter sido reconhecido pelo mesmo e nem sobre o que acha e/ou pensa sobre seus irmãos preferindo viver sua vida sem muito contato.

Com a última sessão, João começa uma sequência de faltas não justificadas após o dia no qual seria dada oficialmente sua Reforma (19/07). Ele abandona as sessões, sem justificar suas últimas ausências. Tentou-se por 03 vezes ligar em sua residência a fim de informar o término das sessões, mas sem êxito, éramos informadas que João estava sempre dormindo. Após 15 dias da última tentativa de contato, João comunica-se via *whatsapp* para informar que estava em Goiânia com seu filho e que não seria possível ir à sessão, confirmando presença na sessão seguinte. Informo a ele que não haveria mais sessões e antes do final do ano entraria em contato novamente para uma sessão de devolutiva, com as análises sobre todo o processo de fala-escuta.

A sessão devolutiva aconteceu no dia 06 de novembro de 2017, nas dependências no CIRR/PMTO. Este atendimento teve um objetivo específico: dar o retorno de todos os encontros realizados desde o dia 15 de maio de 2017 até o dia 07 de agosto de 2017.

A clínica-pesquisadora fez, inicialmente, o acolhimento e ao relatar a síntese apresentando elementos centrais envolvendo fatos de sua vida pregressa à instituição militar (PM) que, por vezes, se confundiu com a vida profissional. Importante relata que a análise feita pela clínica-pesquisadora foi validada por João, que de forma serena confirmou e aceitou todas as pontuações realizadas. Os destinos do sofrimento ainda permanecem como uma incógnita, não sabendo se faz parte de um pensamento mágico ou se os projetos para seguir com uma vida saudável se apresentam como uma maneira de ressignificar e dar um novo sentido a vida e aos trabalhos fora da instituição militar. No entanto, ainda neste último encontro, ele utiliza-se da defesa de racionalização e de negação quanto a interferência da alcoolização frente aos episódios de não reconhecimento e da não promoção deseja a fim de preencher a falta que o acompanha desde seus primeiros dias de vida. No momento após a Reforma, João deposita sua confiança em Deus por acreditar que apenas ele pode lhe dar forças para seguir adiante sem ter nenhuma recaída.

#### 4.1.2 Resumo das sessões

Para melhor compreender o conteúdo apresentado por João durante as sessões, optou-se por elaborar um resumo de forma que os principais temas abordados durante as sessões fossem apresentados, conforme o quadro a seguir.

**Quadro 1 - Resumo das Sessões**

SESSÃO	TEMAS
1ª Sessão	Vida pregressa à PM; Falecimento de sua mãe; Relacionamento com o pai e irmãos; Ingresso no Exército Brasileiro; Início da ingestão de bebida alcoólica; Organização do trabalho policial militar (normas e regras, ritmo de trabalho, tipos de tarefa, punições, estilo de gestão).
2ª Sessão	1º episódio de afastamento do trabalho; Internação na Fazenda da Esperança;

	<p>Relacionamento com colegas e chefias de trabalho;</p> <p>Episódio de humilhação;</p> <p>Falta de reconhecimento;</p> <p>Descontentamento em findar a carreira como 3º Sargento;</p> <p>Desejo pela Reforma</p>
<b>3ª Sessão</b>	<p>Relacionamento com a família;</p> <p>Ingresso na PM;</p> <p>2º de afastamento do trabalho;</p> <p>Ficha de conduta do PM;</p> <p>Tentativa de suicídio (passagem ao ato);</p> <p>Condições e instrumentos de trabalho inadequados;</p> <p>Reconhecimento e o não reconhecimento;</p> <p>Promoção de graduação;</p> <p>Reforma e o pós Reforma.</p>
<b>4ª Sessão</b>	<p>Relação com amigos e familiares;</p> <p>O trabalho, o não trabalho e a perda de sentido do trabalho;</p> <p>Os grupos de apoio para tratamento;</p> <p>Suporte da equipe de saúde da PM;</p> <p>Reforma e seus procedimentos técnicos;</p> <p>Alcoolismo e a intensa alcoolização;</p> <p>Apego com a religião.</p>
<b>5ª Sessão</b>	<p>Não reconhecimento do pai;</p> <p>Tratamento distinto entre ele e os irmãos;</p> <p>Planos e projetos pós-reforma;</p> <p>Sentimentos em relação a PM;</p> <p>Sentimentos em relação ao Pai;</p> <p>O álcool como vilão;</p>

	<p>Descompromisso com a profissão;</p> <p>Promoção de graduação;</p> <p>Reforma e o pós-reforma.</p>
<b>6ª Sessão</b>	<p>Situação de quase recaída;</p> <p>Efeitos do álcool na sua vida;</p> <p>Reconhecimento;</p> <p>Sentimentos em relação à PM;</p> <p>Perda da figura materna;</p> <p>Relacionamento de seus pais;</p> <p>Relacionamento com o pai antes de falecer;</p> <p>Herança do pai;</p> <p>Representatividade da figura paterna;</p> <p>Não reconhecimento do pai;</p> <p>Relacionamento com os irmãos;</p> <p>Perda do irmão mais novo;</p> <p>Reforma.</p>
<b>7ª Sessão</b>	<p>Justificativa pelas faltas às sessões anteriores;</p> <p>Sentimento em relação a PM;</p> <p>Sentimento em relação ao Pai;</p> <p>Reconhecimento do Pai;</p> <p>Ausência do Pai em sua vida;</p> <p>Reforma e pós-reforma;</p> <p>Relação com ex colegas de profissão;</p> <p>Alcoolismo;</p> <p>Situação de humilhação no último posto de trabalho.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (novembro, 2017).



## 4.2 ANÁLISE DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO NO CASO JOÃO

Análise da Psicodinâmica do Trabalho (APDT) compreende a Etapa II, dentre as 03 etapas que compõem a Análise Clínica do Trabalho. Ela é composta por 03 eixos no qual foi estruturada esta análise enquanto objetivo específico desta pesquisa. Os eixos são: I) Organização do Trabalho prescrito e real do trabalho; II) Mobilização Subjetiva; e III) Sofrimento, defesas e patologias. Assim, estruturou-se os resultados a partir das sessões realizadas.

### 4.2.1 Organização do trabalho prescrito e o real do trabalho

A organização do trabalho, na qual os resultados serão descritos neste primeiro momento, é composta por alguns elementos importantes, são eles: tipos de tarefas; divisão do trabalho; normas e regras; tempos e ritmos; exigências técnicas; relações com pares, chefias e clientes; estilo de gestão; responsabilidades e riscos.

Durante os atendimentos realizados com João foram relatados alguns **tipos de tarefas** desempenhadas por um policial militar e dentre elas ele destacou: atividades externas, fora da base da polícia, a chamada rádio patrulha (RP), que são as viaturas realizando o patrulhamento ostensivo nas ruas.

Algumas outras atividades de cunho interno também receberam destaque em sua fala, no qual informou existir atividades de policiamento dentro do presídio, bem como na guarda do QCG (Quartel do Comando Geral), do Palácio Araguaia e Tribunal de Justiça do Tocantins. Policiamento na porta de banco, atividades no rancho (fazendo comida para outros PMs), trabalho no almoxarifado e na manutenção do QCG, também, canil dos cachorros, na parte de adestramento, e por último, estava com tarefas na escolinha de futebol no 1ºBPM.

Estas atividades confirmam-se em sua fala: “[...] assim que formei fui transferido para Miracema, lá em Miracema [...] policiamento a pé tudo, policiamento em porta do Banco, RT pra trabalhar de viatura e tudo, aí depois consegui voltar pra cá, fui trabalhar em posto de serviço antigamente a gente tinha essa secretaria faz tudo era polícia que tomava conta tinha escala de serviço de polícia, era central, essa estação climatológica, e hoje [...] muitos anos atrás, essa secretaria fazendo a assembleia, palácio e Tribunal de Justiça [...], acrescenta também que [...] depois do rancho fui trabalhar com outro serviço, foi quando acabou o rancho eu trabalho com outro serviço e tudo escala normal, trabalhava todo dia tanto, tanto, aí fui trabalhar de RP, trabalhar na [baixa do] quartel, Colinas fui trabalhar, quando fui transferido pra colinas após [greve] lá era mais puxado pra RP, plantão de lá da companhia, tinha reservas, trabalhei de [...] também o cidadão que toma conta do paiol da reserva de [...]”.

Quanto ao item **divisão do trabalho**, que pode ser dividido em divisão das tarefas e divisão social do trabalho, também apareceram elementos importantes. Em relação ao **efetivo de policiais** João relata que hoje a PM tem aproximadamente 4 mil homens, no entanto, existem os casos de afastamento que interferem diretamente nesse quantitativo, assim tornando a demanda de trabalho maior que o previsto. Ainda neste item João afirma que no novo efetivo de trabalho estão entrando pessoas mais jovens e com mais estudo: *“hoje está entrando, que nem eu falei para a [...] lá, está entrando uns meninos mais, eu falo assim, meninos em termos, é só uma suposição, uns meninos, que nem nós diz, mais letrado, uns meninos mais estudado, uns meninos que está vendo outras coisas, vendo as coisas com outros olhos [...] hoje está entrando uma, eu falo, assim, mais ou menos de governo, mais ou menos aí de dois mil e dois, dois mil e quatro para cá está entrando uns meninos mais novo aí na área de oficial que eles tem outras mentalidades, tem outras coisas e tudo o mais...”*. Acredita que isto pode ser algo positivo para a instituição militar.

Em relação os **recursos, os equipamentos e as condições de trabalho** ele relata ser inadequados e, por vezes, defasados, prejudicando na realização das tarefas. Em sua fala: *“hoje mudou, hoje a polícia aí tudo é bem equipado, tudo viatura boa, no meu tempo a gente nem viatura tinha. [...]a gente ia fazer uma desapropriação lá de um terreno por ordem da justiça, ia de pau de arara em riba de um caminhão velho, não existe mais. [...] Precárias, precárias, hoje não, hoje as coisas estão modernas, hoje as coisas aí, os meninos têm viatura boa, carro com ar condicionado que na minha época não tinha nada disso, armamento bom, como se diz, os equipamentos hoje é melhor e tudo, a tecnologia melhorou muita coisa”*.

No que tange a **comunicação e sua qualidade** entre chefe e subordinado, João relata que além de não ter uma boa qualidade, ela é escassa, sendo marcada pelo distanciamento entre oficiais e as praças. Em sua fala, ele expõe que *“[...] falta muito intercâmbio entre os estrelas e os clássicos [...]”*. E completa dizendo que necessita da existência de uma maior interação: *“[...] eu vejo, faltava mais é... mais diálogo entre os oficiais e praças, eles são muito, assim, Deus”*. Refere esta situação a divisão existente entre os oficiais e as praças: *“[...] queira ou não queira tem divisão, tem divisão, os oficiais que são os aspirantes até coronel que é a última patente eles pensam que eles são os caras, e de subtenente até soldado é a rebarba, entendeu, nunca vai acabar isso, é a divisão”*. Ressalta que esta deficiência na comunicação impedem a participação dos PMs nas decisões de trabalho, não havendo **liberdade para opinar** sobre o seu trabalho.

Ao passo que acredita ser positivo o ingresso de pessoas mais jovens e com melhor estudo ele critica dizendo que *“[...] hoje em dia tem esses meninos novos aí são muito boçal,*

melhor dizendo, muito arrogante, a turma está tudo mais... Hoje está até difícil, assim, eu não conheço esses meninos novos aí, conheço uns gatos pingados [...] esses meninos são mais, assim, sei lá, esquisito esses moleques mais novos, essa turma antigona é todo mundo conhecido, todo mundo se respeita, esses meninos parece que entrou, sei lá, sapato alto demais”.

Quanto às **informações que necessita para executar suas tarefas** assegura que a falta de comunicação pode interferir na falta de clareza para realizar suas atividades, e isto reflete na em que as punições são aplicadas, sendo por vezes desiguais. João diz: *“[...] a partir do momento que você erra simplesmente eu ouço o regulamento que rege a polícia, e fazer sindicância, muitas vezes você é punido, certo [...] você tem que pagar pelos seus atos de errado que você fez, mas aí também eu analisava assim, porque às vezes tinha que ver por qual motivo, simplesmente ele só bota no papel, na rua, te dá aí tantos dias aí de punição, e tudo mais, você tem que cumprir aquela punição dentro do quartel e tudo, isso aí vai virando uma bola de neve, está certo, uma bola de neve, e as coisas vai complicando, complicando [...] e aí o que ocorre é isso, eles, até as punições quando um oficial comete alguma... Todo mundo é passível de erro, não é isso? Todo mundo erra, mas quando é um mais graduado a coisa fica entre eles ali que nem... mas quando é um mais baixo pode chamar a imprensa, e o pau come, pode chamar a imprensa, esse aqui já fez isso, eles marcam entre eles uma cobertura ali e tudo o mais e fica por isso mesmo [...] é tanto que um oficial ele não cumpre punição, só quando a coisa é muito grave mesmo, a não ser de oficial superior que é de capitão para cima ele cumpre punição em casa, e nós não, é no quartel”.*

Em relação às **normas e regras**, bem como as **exigências técnicas** da instituição militar, algumas são possíveis de serem destacadas em sua fala, dentre elas estão: no militarismo, quando o PM recebe um ofício ou ligação do quartel (via Comandante Geral), ele deve comparecer ao local no horário certo, além de cumprir sua carga horária corretamente, entrar em forma, pedir permissão para um oficial. Porém, voltando-se a questão da carga horária, o trabalho real acaba se sobressaindo ao trabalho prescrito, quando eles acabam não seguindo a carga horária adequadamente devido a demanda de trabalho e por em sua época as escalas de trabalho não serem regulamentadas.

Para ser promovido, o tempo de serviço prestado pelo militar é levado em consideração, considerando que a promoção acontece em tempo diferente do concurso público. Quando um militar está cumprindo regime fechado, devido algum ato que vai de encontro ao regime militar, a punição dada deve ser cumprida não apenas no quartel ou batalhão, mas dentro da cela. E, por conseguinte, a vigilância do PM que está cumprindo

alguma punição deve ser feita de forma rigorosa, mesmo que haja vínculo de amizade entre os militares. Dentre as punições que se encontram na Lei 2.578, João destaca algumas: detenção, cadeia fechada, troca de posto, conselho da disciplina regido por um juiz militar (homem da capa preta), desligamento (exoneração) do militar por meio da deserção, responder sindicância quando o PM fez algum ato que vai contra o regulamento militar. O Estatuto/Regimento interno da PM e as demais Leis e Portarias servem de amparo, suporte e norte para o trabalho do PM no âmbito da Segurança Pública. No mais, estes documentos oficiais compreendem todo o trabalho prescrito da organização do trabalho da polícia, no qual é pautada em dois preceitos básicos: hierarquia e disciplina. A partir destas é possível entender a estruturação e o funcionamento da PM, bem como demais particularidades relacionadas ao exercício da função.

As **exigências técnicas** para a função de policial militar estão atreladas a entrada do civil na instituição militar via concurso público e o curso de formação dos militares que estão ingressando na corporação. A partir disso, deve-se seguir a ordem e a hierarquia, sendo assim apresentada: 1) Coronel; 2) Tenente-Coronel, 3) Major; 4) Capitão; 5) 1º Tenente; 6) 2º Tenente; 7) Aspirante a Oficial; 8) Aluno do Curso de Formação de Oficiais (Cadete III, Cadete, II, Cadete I); 9) Subtenente; 10) 1º Sargento; 11) 2º Sargento; 12) 3º Sargento; 13) Cabo e 14) Soldado (TOCANTINS, 2012a).

Na fala de João apareceram, também, elementos referentes a **tempo e ritmos de trabalho**. Relata que as atividades são divididas, em sua maioria, por escalas. Considerando que as escalas apresentadas por ele não estavam regulamentadas, muito embora fossem realizadas, elas seguem o seguinte ritmo: 07x07, no qual o PM trabalha 07 dias e folga 07 dias; em época de carnaval trabalham aproximadamente 14h seguidas. Na época em que trabalhou no rancho diz que a escala era trabalhando 03 dias e folgando 06 dias. Porém, atualmente a escala contempla 12x24, trabalha 12h e folga 24h ou 12x48, trabalha 12h e folga 48h, e isto pode ser confirmado em sua fala “[...] eu já trabalhei em escala que trabalha sete dias para folgar sete, você trabalhava sete dias consecutivos e folgava sete, no meu tempo era assim, já trabalhei em escala no rancho, três dias, folgava seis, mas hoje a maioria das escalas você trabalha doze de dia, folga vinte e quatro, aí quando trabalha doze a noite folga quarenta e oito, certo”. E quando tinha flagrante, este demora aproximadamente 05h-06h para ser resolvido, porém se estiver dentro de suas 12h de trabalho não precisa fazer horas a mais, caso contrário terá que estender sua carga horária. Afirmando que “[...] quando for de RP, quando pega um flagrante pode ficar até meio dia lá registrando um flagrante, que a área mais difícil e quando você pega uma coisa no flagrante, que para sair de lá você demora

*cinco, seis horas aí de papelada para preencher aí e tudo mais, se ocorrer naquelas doze horas que ele puxou não tem um flagrante e nem nada, só o policiamento”.*

No tocante a **relação com pares, chefias** esta era vivenciada de forma agradável e harmoniosa, uma vez que foi, até mesmo, indicado pelos colegas para compor a vice-presidência da Associação dos Cabos e Soldados do Tocantins. Servia como modelo tanto para seus colegas quanto para chefia, devido o bom trabalho desempenhado quando não estava envolvido com o consumo do álcool.

O bom relacionamento com os pares pode ser identificado em sua fala quando ele relata o período em que esteve morando em Colinas – TO. Nesta época, com a guarda de seus filhos, além de desenvolver sua atividade de policial, exercia a função de pai e mãe, uma vez que já estava separado de sua primeira esposa. João cuidava de seus filhos com esmero e cuidado, cumprindo com suas obrigações e responsabilidades de Pai.

Outro situação está relacionada a preocupação apresentada por ele com os colegas da corporação. Afirma que, mesmo no tempo em que ficava afastado para tratamento, preocupava-se com os companheiros estavam na mesma situação que ele ou até pior. Sugeriu, portanto, à equipe de saúde do CIRR/PMTO que os profissionais realizassem visitas a todos aqueles policiais aposentados e/ou afastados que estavam em situação semelhante ou pior que a dele. Nota-se que João demonstra constantemente a preocupação, o cuidado e o zelo com seus colegas. Isso ocorre ainda hoje, embora esteja Reformado.

O companheirismo, coleguismo e o espírito coletivista sempre foram qualidades enaltecidas nele dentro e fora da corporação. Durante as sessões, relata ainda que tem o objetivo de continuar agindo desta maneira, seja com os colegas afastados da carreira militar, seja com moradores de rua e, até mesmo, com as crianças de sua comunidade.

A relação com a chefia foi respeitosa na maioria das vezes e isto pode ser confirmado quando durante o atendimento João relata: *“[...] por onde eu passei a maioria sempre me respeitou, respeitei a todos isso é o que importa [...] – outra fala possível de destaque é quando relata que “[...] cansado de oficial chegar em mim você é um cara, que tem uns policia mal, como se diz não é enquadrado como diz no militarismo, chega ao superior como o que manda o figurino já tinha um conhecimento do exercito me enquadrava certinho, sim senhor, não senhor, o cara podia ser mais novo do que eu, mas... o meu superior poderia ser mais novo do que eu, [dizia...] tu é mais ativo [João] para com esse negócio é mais antigo do que eu, cara eu sou mais antigo no tempo de serviço, mas você é o que manda, certo? Você é superior, caso eu sou um terceiro sargento, você é primeiro ou segundo sargento que esse menino aí novinho aí superior a mim assim segundo sargento eu sou terceiro, mas tem que*

*tratar como [...], tem que tratar [...] fato de que o regulamento da polícia tem isso hierarquia e disciplina, muito bem... Os antigos ali que não quer [...] que essa [...] ela não pode nunca quebrar pelo fato se não vira bagunça também concordo plenamente vira bagunça ou daqui a pouco o praça está querendo passar [...] no superior com aquela brincadeirainha que tem o cidadão comum aqui fora e tudo mais... vira bagunça, tem que ter hierarquia e disciplina”.*

No entanto, nem tudo saía conforme João planeja e/ou desejava. Uma situação que merece destaque aconteceu enquanto ele estava lotado na escolinha de futebol e tinha como chefia um oficial do 1º BPMTO. Após faltas sucessivas e intermitentes, devido o alcoolismo, João sente-se constrangido e humilhado por este oficial perante outros colegas. A chefia, perante aos outros companheiros de corporação, agiu de forma descontextualizada e desnecessária, como afirmado por ele. Após o episódio, ele guarda mágoas e rancor evitando qualquer contato com o superior e completa sua fala que desenvolveu aversão e intolerância a figura do oficial, informando inclusive que algo pode não acabar bem. Uma fala no qual é possível retratar o episódio é expressa da seguinte maneira: *“[...] foi justamente depois dessa fala de abrir sindicância lá contra mim e tudo mais é simplesmente ele na reunião lá sobre o comandante e tudo mais ele me expôs ao ridículo lá e tudo mais, certo, foi na hora que eu decidi procurar um médico aí e me afastar porque se não eu ia acabar fazendo uma cagada com ele ou fazia comigo ou eu fazia com ele”.*

Outro evento marcante está relacionado à época em que passou aproximadamente 08 dias consecutivos consumindo bebida alcóolica, sem justificar à chefia o motivo de tais faltas. Quase configurando como abandono de serviço, colegas militares, os chamados “P2”, obedecendo ordens do Comandante Geral saem a procura dele, ao encontrá-lo em um bar, embriagado, o informam sobre a determinação do seu comparecimento ao QCG/PMTO imediatamente. Sua ida ao quartel quase resultou em sua deserção da corporação, momento no qual as chefias exigiram que ele assinasse o documento, fato que não ocorreu devido intervenção da sua irmã Juiza.

Devido o descaso para com o seu problema com o álcool, João alimenta dentro de si mais mágoas e rancores, que o levam a frustração e o sentimento de angústia, pois entendeu como se os oficiais não se preocupassem com ele, tendo-o apenas como incapaz e inútil. Estes dois episódios, configuram e deixam esclarecidos como a hierarquia é exercida dentro da instituição, podendo também ser percebida a partir de outras situações semelhantes.

Fazendo uma relação com esta fala acima, outra questão apresentada foi referente ao **estilo de gestão**, no qual permeia uma gestão hierarquizada, rígida e rigorosa em seus processos de trabalho, confirmando mais como um estilo Gerencialista do que coletivista,

sobretudo pelas decisões impostas e não discutidas que ocorreram na vida profissional de João, tais como: tentativa de deserção quando foi encontrado embriagado, envio de outro Policial e não ele para o treinamento com cães, e a não autorização de promoção por questões políticas.

João afirma que compreende a estrutura ser dividida a partir de hierarquias, porém ressalta que *“o oficial na posição dele ele acha que é melhor do que eu que sou um terceiro sargento, muitas vezes eu talvez tenha até mais experiência de serviço do que muitos aí [...]”*. Observa-se que mesmo tendo 25 anos de polícia militar, João faz crítica a distinção dos círculos hierárquicos de praças e oficiais, uma vez que esta divisão se torna clara e objetiva para todos os militares, devendo ser respeitada. Isso reflete, até mesmo, fora da corporação militar.

Tratando-se das **responsabilidades e riscos** afirma que são muitas e que segue o Estatuto dos Militares, no qual é exigido de forma rigorosa o cumprimento delas quando solicitado ao PM. As responsabilidades tornam-se reflexo do compromisso no qual a PM estabelece com a sociedade a partir de sua finalidade quanto ao patrulhamento ostensivo e a manutenção da ordem pública.

No que tange aos riscos enfrentados, João afirma que a criminalidade vem crescendo a cada dia e que os bandidos, hoje, estão mais armados que a própria polícia em si. Os principais riscos apresentados por ele estão relacionados à insegurança, o aumento da criminalidade que impactam no risco de vida, e afirma que atualmente os bandidos estão melhor armados, se duvidar, que até a própria Polícia.

No entanto, os riscos não se resumem aos citados acima, relaciona-se, também, à precarização do trabalho que incide diretamente na saúde do policial. Afirma que as condições de trabalho (hoje) estão melhores, mas que ainda existe a deficiência relacionada ao quantitativo de homens para realizar o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública; falta maior número de carros (viaturas) para desenvolver um trabalho de mais qualidade. E aí, neste ponto, João relembra a situação no qual teve de fazer uma desapropriação de terra em Colinas – TO em cima de um “pau de arara”. Relata, também, a falta ou o não acesso a armamentos mais potentes a fim de conseguir enfrentar os bandidos, informando que estes (se duvidar) estão melhor armados que a própria Polícia. É neste sentido que o risco do exercício da profissão de instaura dentro da instituição militar.

#### 4.2.2 Mobilização subjetiva

Este eixo é composto pelo sofrimento criativo; inteligência prática; espaço de discussão; cooperação (e solidariedade) e reconhecimento. Destaca-se que de forma isolada não promovem a mobilização subjetiva. Portanto, para que esta mobilização aconteça precisa haver um encontro destes elementos de forma que o sujeito possa se reinventar, dar um novo sentido ao seu trabalho e sua vida, agindo na organização do trabalho em si.

No contexto familiar nota-se a existência de um **sofrimento criativo**, onde diante de uma nova realidade, vivendo com o pai e sua família, ele vai em busca de reconhecimento tentando se firmar e se mostrar como tal (o filho). João relata situações no qual era tido como o braço direito do pai, desempenhando atividades pesadas, trabalhos que exigiam muito dele, inclusive realizando tarefas destinadas ao cuidado do alambique que seu pai tinha na fazenda. Por meio destas ações, João tentava transformar o sofrimento vivenciado dentro daquele contexto familiar e em decorrência da perda de sua mãe.

Num contexto de trabalho, em sua fala, João demonstra de forma recorrente o espírito coletivista que o move e o sensibiliza perante as causas e as lutas travadas em prol dos cabos e soldados da PM. Guiado pela ideia de coletivo, ele relata o tempo em que esteve como vice-presidente da associação como um período importante em sua trajetória militar. Destaca-se este paradoxo, pois ao mesmo tempo em que este senso de coletivo o move é também o que o faz sofrer. Observou-se este desencontro entre os ideais dele (coletivistas) e os da corporação (gerencialistas). Sofrendo penalidades na carreira não só pelo uso do álcool, mas também por sua postura política, de luta.

Na associação ele relata ter lutado e brigado de forma constante pelos direitos dos policiais, visando melhor qualidade de vida e condições adequadas de trabalho. Ou seja, estava sempre batalhando em prol de sua classe afirmando, portanto, sentir-se realizado, porém nem sempre conseguia o êxito esperado. Isto pode ser confirmado quando ele fala *“[...] eu sempre fui um camarada muito que gosta de dialogar, gosta de conversar, sou espontâneo, tento ajudar e tudo mais, sou um camarada que não sou lá... tem esse estudo todo aí que muitos tem aí, mas a vida me ensinou a viver certo, dar uma palavra de conforto pra um que eu via... já peguei amigos em situações de extrema, como se diz com o mesmo caso que eu passei com algumas e, várias vezes, também de embriaguez de tudo aí, e quando eu via que tinha condição de conversar com as pessoas dar um conselho amigo, indicar o rumo certo por onde que ele tinha que seguir, eu fui. Eu era muito visto por isso também aqui certo, sempre brigava, sempre corria atrás, então pra senhora ver quando eu era o vice-presidente, a nossa associação que tinha um terreno aqui e tal que foi doado pela prefeitura e*



*por não ter ninguém a frente na outra gestão passada na qual depois nós assumimos, a prefeitura tomou esse terreno de volta que era pra ser construído um condominiozinho pros militares em prol, isso daí estava perdido e eu me prontifiquei de correr atrás, madrugava aí de noite aí, madrugada ia pra casa de prefeito dentro de Palmas [...] sentava lá mais os companheiros na porta dele, esperava o homem acordar, moral da história resgatamos...”*

Neste contexto voltado à sua trajetória militar, não apenas a associação surge como possível **espaço de discussão**, mas também os grupos de apoio voltados ao seu tratamento nos períodos no qual esteve afastado de suas tarefas de rotina devido uso abusivo do álcool. Em ambos os espaços é possível perceber elementos como a solidariedade e cooperação permeando seu movimento e dinâmica de conviver e se relacionar com as pessoas e com a própria profissão.

Estes locais surgem como uma forma de **sofrimento criativo**, no qual por meio de ações ele procurava transformar o seu sofrimento em algo que fosse positivo não apenas para si, mas para os colegas de profissão, e até mesmo àqueles que gostariam de fazer parte da PM. Esta forma de se relacionar e de fazer o bem é percebida em situações em que incentivou um garoto a seguir seu desejo em fazer parte da instituição militar. Isto ocorreu quando ele fazia bico de segurança num supermercado – *“ele era empacotador [...] eu trabalhava no [...] de segurança na época de segurança particular [...] fazia bico e esse menino [...] simplesmente hoje se fosse no meu tempo de repente seria mais fácil, mas hoje é estudar, o menino botou aquilo na cabeça, com incentivo e tudo mais passou no concurso, passou no [...] foi fazer o curso em Gurupi ai formou e veio pra cá. Ai tô um dia lá ai chega lá a criatura, rapaz quem te viu e quem te ver, “com aquele incentivo que tu me deu” ai foi tanto olha que hoje é até um vice-presidente lá na associação [...].”*

Nos demais espaços, como as casas de apoio para tratamento (Fazenda da Esperança, Casa de Apoio da PM, Alcolicos Anônimos (AA), Casa de Eurípedes, CAPS-AD) foram espaços frequentados com a finalidade de transformação e de ressignificar a dor e o sofrimento ocasionados pelo uso excessivo do álcool, que impactavam diretamente no seu desempenho e na realização de suas atividades de rotina.

A solidariedade e a **cooperação**, atreladas ao coleguismo e companheirismo podem ser vistos quando na primeira sessão (principalmente) ele afirma, por diversas vezes, que existem outros companheiros que precisavam estar ali (na tentativa de formação do coletivo de pesquisa) junto com ele, colegas que (se duvidar) estão em situações piores se comparado com ele – *“[...] quero mudança, quero melhoras, tentar ajudar outros companheiros que eu sei que estão em situações até piores do que a minha, e eu vi que isso aí uma forma de ter*

*mais conhecimento e saber lidar com essa coisa, desse vício maldito que tanto me assola”. E continua seu discurso afirmando que “A opinião minha é uma coisa, mas já um companheiro do lado aqui talvez tenha um pensamento contrário ao meu, certo, de repente eu não posso estar me expressando tão bem, já o outro pode se expressar melhor do que eu né, e como se diz, juntando um companheiro que estivesse aqui do lado que passou por uma experiência diferente da minha, talvez o dele foi para coisa boa e o meu foi para um lado ruim, assim a gente vai trocando as ideias, mas só um só fica sem graça”.*

Outro momento de sua fala que é possível perceber questões relacionadas à cooperação é quando ele diz: “[..] já tentei ajudar vários, mas como se diz “o ponta pé inicial é de cada um”, já peguei companheiro aí na casa dele pra levar para reunião pra começar o tratamento, muitos já deram continuidade outros não vão bem, eu mesmo que já levei outros já tive recaídas e tudo, mas é como se diz é tempo ao tempo e buscar conscientizar que o negócio é realmente grave, não é uma coisa assim que a gente pensa que é simples. Pra muitas pessoas pode pensar que é simples porque não tem conhecimento de causa, não tem nada, não sabe como é lá no fundo, o que [que] é o vício em si e... mas aí cabe a gente como é foco, é a bola da vez no caso aí, buscar, buscar ajuda, buscar ajuda de todas as formas tá certo?”.

Em sua trajetória não é possível perceber apenas elementos voltados para a cooperação e solidariedade, mas também à **inteligência prática**. O uso da inteligência prática pode ser apontada a partir de ideias que João teve oportunidade de colocá-las em ação. Na época em que ele estava lotado no canil da PMTO e, após um treinamento a convite de um superior da Força Nacional, ele resolve comprar uma cadela para aperfeiçoar os ensinamentos passados durante o treinamento e levar a mesma para acompanhá-lo durante a missão que seria realizada na fronteira do país, no Rio Grande do Sul.

Outro uso de sua engenhosidade é notada quando, ao entrar como vice presidente da Associação, ele passa a lutar pelos direitos da classe, por exemplo: o terreno no qual deveria ser cedido à construção de apartamentos destinados a alguns PMs residirem com suas famílias. Nesta época, relata ter seu nome na lista oficial de policiais que receberiam o benefício da moradia, mas que ele enquanto vice-presidente organizou a lista de modo que os policiais casados e que já tinham família constituída recebiam prioridade.

A elaboração de uma lista contendo os nomes dos militares que receberiam a promoção de graduação ou posto no período correto de realização. Levou a lista para uma reunião juntamente com o Governador e demais oficiais, a fim de informar a quantidade de militares e quem seriam eles – “A primeira promoção que nós foi promovido com 18 anos de

*soldado eu estava na [testa] eu que fiz relação dos antigos que estavam fora quando era o vice-presidente [...]o governador perguntar pra alguns dos homens mais forte e tudo mais eu já tinha o macete de quantos militares eram já tinha feito a planilha, já tinha feito tudo o governador pergunta “e quantos militares são hoje que precisa se promovido?”, o comandante não sabia, eu sei chefe está aqui a relação está aqui do pessoal todinho,[...]”.*

Tais ações serviam como uma maneira de conseguir desenvolver com afinco suas atividades de militar e de vice-presidente da Associação, bem como uma forma de manter-se ocupado e não ter nenhuma recaída. Assegura que para um alcoolista, basta o primeiro gole para tudo retroceder. Ou seja, para ele, o alcoolista vive numa corda bamba e para não cair na tentação do “primeiro gole”, ele costuma realizar algumas atividades como: atividades domésticas auxiliando sua esposa, a construção de vasos artesanais, a plantação de morangos, os cuidados com a chácara, com os cães que tem em casa. Além disso, desenvolve serviços paralelos como o de pedreiro (para ele mesmo), além de ler a bíblia e conversar com o pastor da Igreja que está frequentando, localizada próxima a sua residência.

A fala de João demonstra como ele se sente realizando ações que venham a contribuir com o seu progresso e com o cuidado com sua saúde – *“Agora mesmo dessa última vez que eu tô limpo e tudo mais, o que tá me ajudando muito é a religião o pastor esta me auxiliando bastante nisso aí, coisas que das outras vezes não consegui, outras vezes buscava, mas também falhava também perante Deus e tudo, e segundo o que a gente entende, eu não sou expert na bíblia e tudo mais tem uma noção, que você quando está no caminho de Deus e você tem uma recaída a turbulência vem sete vezes mais e aí trem desanda”.*

Juntamente com os elementos que levam a mobilização coletiva, o **reconhecimento** aparece como ponto alto em toda sua trajetória de vida pessoal e profissional. Vários foram os motivos que levaram ao seu reconhecimento, porém o uso abusivo do álcool o impediam de avançar na carreira militar.

Outro elemento que merece destaque no tocante ao reconhecimento é quando questionado há quanto tempo ele é casado com a atual esposa, no qual ele responde ter 06 anos de casamento e reconhece o carinho e afeto destinados a ele pela esposa e pelos seus filhos e enteados, afirmando que não desistirá deles, até porque eles nunca desistiram dele (João). Isto pode ser entendido como uma forma de reconhecimento, no qual João busca não repetir o mesmo movimento de seu pai, entendendo o quanto é difícil para a família lidar com um alcoolista – *“Seis anos. Aí diante disso e tudo mais ela sempre do meu lado ali mesmo aos trancos e barrancos e tudo e nunca desistiu não e agora cabe a mim cabe a mim não desistir*

*deles e busca melhora e tudo mais para poder ajudá-los [...] que eles não desistiram de mim eu não posso desistir deles também, tanta coisa que, esse curto período de tempo aí”.*

Afirma que dos 25 anos de PM, 18 passou como soldado e, foi promovido duas vezes, quando por momento político, questões relacionadas ao governo, o governador da época autorizou a promoção dos PMs da época – *“[...] pra mim é uma honra nunca sentei, sentar assim numa cadeira, ou naquela mesa lá redonda, governador de um lado comandante geral do outro, certo, comandante da policia do outro, secretário de tudo quanto é modelo e eu representando lá a classe [...] pelo tempo que eles pediram e aí ele falou antes de terminar o meu mandato nós vamos promover, nem que promova trezentos agora depois trezentos, depois trezentos, moral da história foi uma revolução que nessa brincadeira não foi de trezentos, de trezentos não, promoveu quase dois mil militar numa etapa só, certo”.*

Ele admite que a promoção, uma vez oficializada, mostra-se de forma legítima como uma maneira de reconhecimento no trabalho. A última promoção ocorreu há 09 anos atrás, elevando-o a graduação de 3º Sargento – *“Eu me senti mais valorizado, mas valorizado aquele horror de polícia no cerimonial lá pra receber a palavra do homem que a partir daquele momento a gente já sabia a lista de quem iria e tudo mais isso que eu senti, e lá mesmo tirei a divisa de cabo dei pra outro que foi promovido a cabo e botei a minha de sargento foi bom”.*

João, por diversas, vezes foi reconhecido na instituição militar, por realizar um excelente trabalho, por não negar serviço, por sempre que solicitado estar presente atendendo as ordens de seus superiores. Em sua fala é possível visualizar situações de reconhecimento, mas que nem sempre foi ou é considerado por ele: *“[...] todo mês eles escolhiam o militar padrão daquela unidade, eu fui duas vezes consecutivas o militar padrão”,* e quando pergunta se esta seria uma forma de reconhecimento ele afirma *“Com certeza, com certeza, porque todos assim, eu falo nos lugar aonde eu já trabalhei, em outros lugares, aqui no estado, sempre tentei desempenhar a minha função melhor possível, era bem visto pelo pessoal, nunca fugi do serviço [...]”.*

Outro exemplo de reconhecimento no trabalho trata-se de quando ele desenvolvia suas atividades no canil da PM e, por desenvolver um excelente trabalho, foi convidado para fazer um treinamento na área em Brasília-DF. Após o treinamento fez contato com um oficial da Força Nacional que o chamou para ir em missão na fronteira do país, no Rio Grande do Sul. A forma como este momento foi vivido expressa uma forma de reconhecimento, no qual foi dada autonomia à ele para que fizesse todos os ajustes diretamente com o oficial responsável pela missão. O oficial da Força Nacional iria enviar uma viatura de Brasília à Palmas só para

buscá-lo e dar sequência aos trâmites oficiais. Este evento, durante a sessão no qual tratou-se do assunto, permitiu que a clínica-pesquisadora iniciasse em João um processo de elaboração quanto ao reconhecimento dado à ele dentro da instituição e que refletiu, também, no contexto social e familiar. Porém, no desenrolar dos atendimentos nota-se que João não avança no processo de elaboração e permanecendo na repetição que o impede de elaborar e perlaborar.

Não somente na profissão, mas no meio social, João também teve seus momentos de reconhecimento pelos colegas e familiares. Quando retornou de seu primeiro afastamento, teve que morar no quartel até ser possível reconstruir sua vida, alugando um local para morar e comprar suas coisas (cama, geladeira, televisão, etc). Ficou com a guarda de seus filhos por um tempo, quando morava em Colinas do Tocantins – TO, realizando um bom papel de pai cuidando das duas crianças, levando-os para escola, sempre andavam arrumados e bem cuidados. Porém, chegou um tempo, quando os filhos já estavam mais crescidos, que precisou entrega-los para a mãe, e em seguida, foi chamado para um treinamento, pela Força Nacional, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, dando um novo sentido a sua carreira.

Não obstante, é viável tratar os elementos que refletem no **não reconhecimento**. Inicialmente numa perspectiva geral, este elemento advém inicialmente, por meio do não reconhecimento pelo pai (antes e depois de ser considerado filho), seguido do não reconhecimento dos irmãos (antes e depois da morte do pai), refletindo na busca dele no período em que esteve alistado no Exército Militar e o não reconhecimento da Polícia Militar pelos serviços prestados (contribuição-retribuição simbólica) ocupam um lugar significativo perante o trabalho e a organização militar.

Várias foram às formas e tentativas de reconhecimento, algumas delas passaram despercebidas por João e/ou não se apresentaram da forma que ele idealizou e/ou pensou, resultando no não reconhecimento. Com isto alguns sentimentos foram atrelados a esta questão do reconhecimento: **o desamparo, a frustração, a indignação e a desmotivação**, atentando-se aos dois primeiros como os principais em sua vida e que o levavam sempre a uma recaída no consumo do álcool. Este, por muitas vezes, foi utilizado como uma maneira encontrada por ele de fugir e/ou aliviar a dor e o sofrimento decorrentes de vivências e experiências tanto no contexto pessoal quanto profissional. Importante ressaltar que, por vezes, João se mostrou paralisado diante do sofrimento encontrando apenas o consumo do álcool como única saída para os problemas vividos, e isto o levou ao adoecimento tornando-o um alcoolista.

Nota-se que a falta de reconhecimento é percebida desde o momento de sua concepção (quando o pai nega o reconhecimento) lhe acompanhando até os dias atuais (quando a PM não

o reconhece como 1º sargento – sendo esta promoção de graduação que ele gostaria de ter recebido e não recebeu, findando sua carreira como 3º Sargento), João apresenta uma dinâmica, um movimento particular em relação a isto, seja de forma a abandonar alguns tratamentos julgando – por vezes – não precisar mais ou que seja menos importante ou, até mesmo, havendo um (des)investimento por sua parte julgando que para a PM ele é um inútil e não serve mais para a instituição militar.

Este não reconhecimento que o acompanha deste o nascimento, é também interpretado como uma **falta**, pois mesmo tendo morado com o Pai dos 08 aos 16 anos, não foi tratado como filho (falta de paternidade, de afeto, de amparo). Era tratado, por seu pai, como empregado, realizando tarefas mais grotescas e pesadas, não havendo mordomias e nem boas condições de estudo como tiveram seus irmãos, que foram residir fora para obter uma educação escolar de qualidade (falta de condições para estudar).

Observa-se na sua trajetória, que ao decidir ir embora da casa de seu pai, para ir à Brasília – DF, sendo esta considerada como a busca de uma nova referência de reconhecimento e amparo. O Exército surge como uma forma de suprir a falta de reconhecimento. Ainda na busca incessante (mesmo que de forma (in)consciente) em ser reconhecido (de alguma forma), mesmo tentando a vida em Brasília – DF, trabalhando em distribuidora de bebidas e realizando trabalhos pesados, João não consegue se manter na cidade, podendo esta fala ser validada quanto diz que em *“Brasília mesmo já cheguei passar até... desempregado e tudo um período xis lá, passei até fome e tudo, e aí foi indo, muitas das vezes eu via bebida como um refúgio, só que não era um refúgio, depois da bagaceira aí vem as consequências [...]”*.

Diante do contexto, decide retornar a casa de seu pai, ficando dos 21 aos 23 anos. Este retorno pode ser analisado como uma forma de capturar a afetividade que havia entre ele e o irmão que acabara de falecer, uma tentativa de colocar em prática um projeto que havia pensado com este irmão falecido, o único que o aceitava como membro da família e quem sabe recuperar aí o reconhecimento do Pai. Neste tempo, ainda, novamente, numa nova busca de reconhecimento, referência e amparo, João aceita o convite de sua irmã, passa no concurso para a PM, e (re)inicia sua carreira militar. Ali, deposita todos seus anseios, desejos e expectativas, em meio a toda sua trajetória militar, não foram alcançadas como planejou e/ou idealizou gerando, mais uma vez, sentimentos de desamparo e frustração.

Ao ingressar na corporação militar afirma ter gosto e admiração pela profissão e isto pode ser constatado em sua fala quando diz que *“Eu, para ser sincero eu gostava, gostava de vestir minha farda, passar, engomar a farda engraxar meu coturno, sair impecável, me sentia*

*bem quando botava, gostava mesmo, amava o que eu fazia, mas de um determinado tempo para cá acabou, acabou [...]” e completa sua fala afirmando que “[...] quando chega uma notícia lá em casa para mim ir no quartel para alguma coisa eu mudo completamente [...]quando fala que é para mexer com negócio de polícia eu já agourei, já fico agoniado, já fico até com ela, e tudo, eu mudo completamente já a minha fisionomia, muda tudo [...]”.*

Em sua fala, e durante os momentos de supervisão da clínica-pesquisadora tendo o auxílio de uma policial no posto de Major da instituição ligada diretamente ao CIRR para interpretação e esclarecimentos, até mesmo, de termos técnicos peculiares a profissão, explica que a sigla “PM” significa para os policiais “pai” e “mãe”. Há, portanto, uma conotação bastante simbólica para a compreensão do contexto militar, pautado sempre na hierarquia e disciplina, sendo o pai aquele que é rígido e disciplinador e a mãe aquela que o acolhe. No caso de João, nova frustração, pois esta “família” não o reconheceu como filho, num movimento semelhante ao da sua vida pessoal.

Ao adentrar a corporação fez parte da Associação dos Cabos e Soldados do Tocantins, sendo esta uma forma de reconhecimento por parte dos colegas de trabalho. No entanto, percebia que nem todos colaboravam e/ou estavam envolvidos com as causas e lutas pela classe. Isso foi causando desmotivação e desânimo, embora gostasse de fazer o bem e lutar pela classe. Além disso, acredita que o fato de ter feito parte da associação pode ter lhe prejudicado, uma vez que os membros eram perseguidos e não vistos com bons olhos pelos oficiais e demais autoridades.

Além disto, existia as situações e as tarefas executadas que relata serem estressantes e fatigantes levando os policiais ao cansaço excessivo e, conseqüentemente, o levavam ao consumo excessivo de álcool. João em sua fala resiste e é contraditório ao mesmo tempo, quando questionado se o álcool foi seu grande vilão nos momentos que deveria ter sido promovido de graduação e não foi. Relata, algumas vezes que o álcool não tem nada a ver e transfere a responsabilidade afirmando que as Leis são arcaicas precisando ser reformuladas (até mesmo quanto ao ingresso de civis), bem como para questões políticas (o famoso Q.I – quem indica), embora em outros momentos, durante a sessão, ele afirme que sim, que a bebida foi seu grande vilão – “[...] tem o estatuto interino da polícia militar, tem tudo, certo, tem várias leis lá que está arcaica e tudo que não tem mais, assim, na visão de quem realmente entende do assunto em si vê que muita coisa já está defasada, que o correto,[...], vamos supor, se eu tiver, se o que eles estão exigindo não tiver capacidade de... Poxa, aí vai tirar minha chance de poder crescer e vai botar outro que não tem nada a ver com militarismo [...].

E para compreender quando ele, mesmo que de forma contraditória, reconhece o estrago da bebida em sua vida, tem a seguinte fala a ser destacada: *“já tive problemas familiar também, com essa atual esposa mesmo já por causa de bebida, tudo, sempre foi um transtorno, sempre foi, isso aí eu não tenho que negar isso aí não, a bebida sempre foi um transtorno para mim, tanto na vida particular, vida profissional, certo[...]”*.

Por mais que ele afirme se sentir valorizado, afirma que não gostaria de findar sua carreira militar como terceiro sargento – *“dezoito anos saudável, fui a cabo, eu no mínimo hoje com quase vinte e cinco anos de corporação, no mínimo era para mim ser subtenente, subtenente, pela contagem, pelo tempo de serviço, que tem gente aí até mais novo do que a gente e tudo, o famoso QI, quem não tenho QI para me ajudar, nem eu e vários outros companheiros, só eu não, vários, vários, e infelizmente aqui tempos atrás, agora não, está até moralizando, mas tempos atrás era QI, “Quem Indica”, se tivesse, aí era fácil, já vi promoção aí a pedido de deputado para promover e tudo, o camarada pegava uma promoção agora, na próxima já estava dentro de novo e tudo, já aconteceu demais, isso aí não só a mim, mas vários aí, muitos, muitos, está certo, eu tenho muito rancor aí por causa disso”*.

Destarte, considerando o contexto familiar e profissional de João, verifica-se, portanto, que sua atuação dentro da PM está permeada por ações no qual envolvem o coletivo. A ação torna-se elemento central que o conduz tanto para o reconhecimento quanto ao não reconhecimento, no qual busca promover a mobilização dele e de uma classe para as mudanças necessárias, bem como para o alcance de seus objetivos e ideais. Porém, suas ações, por vezes, eram acometidas e paralisadas, por causa de sentimentos como o desamparo, a frustração, a indignação, a desmotivação, a humilhação e a preocupação, principalmente com a classe dos militares – praças. Isto impediu, portanto, que a mobilização subjetiva fosse promovida, notando-se que estas ações, intermediadas por sua inteligência prática, pelos espaços de discussão e pela cooperação e solidariedade, permitiram João vivenciar o sofrimento criativo.

#### **4.2.3 Sofrimento, defesas e patologias**

No caso João foi observado 03 tipos de sofrimento: o sofrimento criativo, como já dito, o ético e o patogênico, que aqui serão tratados. Avançando no caso, foram identificadas duas defesas, principais: a negação e a racionalização, estas são classificadas, respectivamente, como sendo de adaptação, exploração e proteção. As patologias abrangem duas categorias: danos físicos e danos psicossociais, seguindo a 4ª escala do PROART (FACAS, 2013).



O sofrimento ético está relacionado aos entraves enfrentados por João quando seus princípios e valores são confrontados com ações realizadas dentro da instituição militar. Questões voltadas a forma em que as promoções são realizadas, as atividades e demais treinamentos no qual há influência política, a prioridade e reconhecimento de alguns oficiais de forma excludente devido o militar ter um “QI” - “quem indica” (na linguagem popular e utilizada dentro da corporação). Estes são alguns dos exemplos de situações que também levaram João a vivenciar sentimento de frustração e angústia, de forma a potencializar e intensificar o seu sofrimento, causando descrença e descrédito com a profissão. A exemplo disso é possível citar a seguinte fala: “[...] *eu no mínimo hoje com quase vinte e cinco anos de corporação, no mínimo era para mim ser subtenente, subtenente, pela contagem, pelo tempo de serviço, que tem gente aí até mais novo do que a gente e tudo, o famoso QI, como não tenho QI para me ajudar, nem eu e vários outros companheiros, só eu não, vários, vários, e infelizmente aqui tempos atrás, agora não, está até moralizando, mas tempos atrás era QI, “Quem Indica”, se tivesse, aí era fácil, já vi promoção aí a pedido de deputado para promover e tudo, o camarada pegava uma promoção agora, na próxima já estava dentro de novo e tudo, já aconteceu demais, isso aí não só a mim, mas vários aí, muitos, muitos, está certo, eu tenho muito rancor aí por causa disso, a gente ver aí menino novo, tudo mais, tudo na frente da gente aí, e aí como se diz, você vai desmotivando, eu estou desmotivado, assim em termos, não desmotivado com a minha vida não, a minha vida agora e que está começando, estou começando uma nova etapa, uma nova etapa, mas eu quero essa nova etapa mais longe da instituição, aí que nem a gente fala, já deu o que tinha para dar, eu não tenho mais vigor, aquela”.*

Outro exemplo de sofrimento ético destaca-se no seu relato quando ele diz que: *“Estou em casa quieto lá, o meu chefe me liga, você foi escolhido aqui entre todos aqui para ir para o Rio Grande do Sul fazer um curso, reconhecimento, certo, se fosse um mal profissional talvez nem indicado eu era, antes do curso, aí logo depois, aí que fica na gangorra também, porque voa e tudo mais, era o Cachorro mais antigo do canil, aí fui primeiro para Brasília fazer... Dá força nacional que é de aperfeiçoação para poder incluir na íntegra, e tudo, fui, paguei a minha etapa lá, vinte tantos dias lá em Brasília, fiz o curso, passei e tudo mais, voltei, aí logo surgiu o curso para ir para o Rio Grande do Sul [...] depois teve um no Rio de Janeiro também na área de cães, certo, e aí quando estava animado, estava a mil, estava certo, Caxias, fiz contato com o oficial chefe da área de cães da força nacional de segurança, e ele já estava todo agasalhado para mim já ir em missão pela força nacional [...]Tinha um sargento, nem curso tinha feito, o [...]não tinha nada, entrou no canil*

*estava aí de peixada só para encher linguiça, porque nós da primeira turma que teve, fui eu e o subtenente hoje Capitão [...], aí na hora H lá e tudo o mais, depois que já tinha fizeram esse curso, o sargento estava nesse contato dele e entrou, ele era primeiro sargento, eu cabo, e aí um belo dia quando pintou, estava arrumando as papeladas, já tinha arrumado tudo, a documentação da cadela, tudo, estava faltando só um nada consta que eu faltava pegar, militar e cível, aí ele estava lá saindo, um belo dia tirei meu serviço, fui para casa descansar o comandante liga, Robson, dá um pulo, vem aqui, é sobre o quê? Não, é sobre o negócio da viagem [...] estava tudo engatilhado, eu mesmo com meus métodos que consegui, então eu fui lá, aí chego lá, senta aí, tenho uma notícia aqui para tu, eu, é o que, não, é que tem um companheiro nosso aí que está passando por uma fase difícil e tudo o mais, certo, e eu queria ver... Bom, estou querendo mandar ele no seu lugar para a Força Nacional, você está de brincadeira né, está querendo brincar, comprei até cachorro do meu dinheiro particular para na hora H o senhor vir... O camarada veio aqui e até chorou na frente de todo mundo aqui pedindo que tinha que ir para poder dar uma aliviada, eu falei, também o senhor já viu a minha vida, sou pai solteiro, tenho dois filhos para criar também, a situação minha com a dele, e ele é primeiro sargento, eu sou cabo, a situação não muda muito para o lado dele não, chefe, quer saber, então o senhor me dá permissão para me retirar que eu não estou indo não [...]”.*

Estas foram algumas das situações vivenciadas por ele durante sua trajetória militar, impedindo seu crescimento profissional, embora também existisse a influência do álcool. Porém é a partir de situações como estas que João se frustra e já começa a pensar em recaídas. Como, de fato, aconteceu após este episódio no ano de 2013.

Em relação ao **sofrimento patogênico** João relata ter passado por momentos difíceis, devido o consumo exacerbado da bebida. Afirma que teve uma época o qual ele andava desleixado, não se importando com sua aparência física, não tomava banho, não escovava os dentes, além de que “[...] desse período aí e tudo mais, foi o tempo mais tenebroso, foi esse tempo aí dessa primeira vez que é um estágio que já estava ouvindo vozes, ouvindo vozes mesmo, tendo alucinações, não dormia passava a noite... já estava com sintoma de que estava meio pinel das ideias... conversar sozinho eu tinha várias coisas assim [...]”.

Outro momento é quando ele descreve a dor que sente, quando na época em que trabalhava no canil tentou suicídio (passagem pelo ato), mas não efetivou dando um tiro na mão – “Eu simplesmente passei um tempo e aí muito tempo aí uma recaída que eu tive e tudo e bebendo muito bebendo muito aí um belo dia [...] aquele pensamento só não foi porque deus não quis aí pra não dar o tiro na cabeça [...] [...] envernado na cachaça [...] não sou

*muito certo não, o povo pensa que a gente está tranquilo e tudo mais, mas ainda tenho um pouco de loucura na cabeça ainda, é muita pressão [...]passei por muitas coisas tanta na vida tanto assim na profissão a gente passa por muitas provações e a gente tem que ser muito cabeça fria e tudo mais eu sou um pouco meio estourado [...]na minha cabeça que eu fico com aquele trem assim doido parece que vem um trem lá sei lá, da onde e a minha cabeça começa a pirar [...]”.*

No caso de João, o diagnóstico, pelo psiquiatra que o atendia no CIRR, o coloca como alcoolista – realidade esta que parece estar internalizada nele – *“Eu simplesmente como disse a senhora, psicóloga eu já estou sendo acompanhado mais de anos por um psiquiatra, [...] ele constatou que eu não estou mais como se diz, para o trabalho em si eu não estou mais preparado, psicologicamente, fisicamente não, mas psicológico, abalado, lá no meu diagnóstico que ele me dá tem um tal do F10, F, um de F lá, eu estou com problema mesmo psicológico, pelo cansaço, talvez pelo tempo que eu já estou na profissão, tudo mais, aí eu creio, eu achei, como eu estava numa fase que estava ainda, como se diz, brigando ainda para me livrar de um vício, que eu não tenho vergonha de dizer, eu sou alcoólatra, eu sou alcoólatra e tudo, e estou a cada dia matando um leão”.*

João sempre buscava formas de se proteger ou negar o que acontecia, principalmente com questões relacionadas à sua profissão. Acaba tornando-se contraditório em sua fala, por horas reconhecendo que o álcool foi o responsável por tudo – *“Com certeza, com certeza, eu seria um mentiroso hipócrita em dizer que não, foi um grande vilão, um grande vilão foi o álcool, não escondo de ninguém, não escondo não, com certeza foi o álcool o grande vilão não foi outra coisa não”.* Por vezes afirma que a não promoção nada tem a ver com seus afastamentos, embora afirme que os afastamentos foram por consequência do consumo excessivo do álcool - Ao ser questionado se a não promoção, que ele considera como não reconhecimento, tem relação com seus afastamentos ele nega e transfere para a mudança de regimento: *“A mudança do regimento.”* e continua, *“Porque os afastamentos que eu tive eu estava [...] era coisa que eu estava vamos supor assim, como que eu posso falar um nome mais claro, eu estava [...] é... na mira da PM, que é você estar certo nos seus atos, eu estava protegido tanto pelo estatuto como pela lei, se fosse acontecer alguma coisa mesmo que eu tivesse em tratamento com que fiquei se tivesse tido promoção daquela época a partir do momento que eu retornasse que eu podia entrar com um recurso e tudo mais que eu ganharia fácil, fácil”,* e finaliza sua fala com: *“Isso não tem nada haver não... colega aí já fez coisas aí, não quero entrar em detalhe, estou falando de mim... não quero falar em nome de*

*ninguém estou falando do que eu sinto, mas isso não tem nada haver... colega aí já foi excluído e tudo mais e conseguiu retornar, foi promovido, várias coisas”.*

Em seu discurso foi possível detectar algumas **estratégias de defesa individuais**, porém nenhuma coletiva. As estratégias de racionalização e de negação foram algumas das encontradas, de forma mais intensa, em seu discurso. João utilizada de estratégias buscando manter-se “vivo” e “saudável” para dar continuidade a sua trajetória militar. Para melhor visualizar estas defesas, optou-se por elaborar um quadro de forma a apresentar o tipo de defesa, o mecanismo utilizado e a exemplificação para compreender de que forma elas apareceram em sua fala.

**Quadro 2 - Estratégias de Defesa**

<b>TIPO DE DEFESA</b>	<b>MECANISMO</b>	<b>EXEMPLIFICAÇÃO</b>
<b>DEFESA PROTETORA</b>	<b>RACIONALIZAÇÃO</b>	a) “[...] já fui muito útil, reconheçam se quiserem também não faço questão de reconhecimento também, isso não vai encher a minha barriga o reconhecimento se quiserem reconhecer bem se não quiser pelo menos Deus viu que eu fiz[...]”.
		b) “[...] quando chega uma notícia lá em casa para mim ir no quartel para alguma coisa eu mudo completamente [...]quando fala que é para mexer com negócio de polícia eu já agourei, já fico agoniado [...]”.
		c) “[...] eu para ser sincero para a senhora até para vir aqui no dia que eu tenho que retornar toda a vez aqui eu sinto fobia de olhar para militar e tudo mais, esse povo aí, principalmente superior”.
		d) “[...] a gente não pode ser hipócrita, hipócrita de tá errado e querer tampar o sol com a peneira eu graças a deus eu tenho essa vantagem se eu fiz a cagada eu tenho que resolver, se eu fiz a cagada eu tenho que assumir que eu fiz uma cagada porque se você ficar querendo se esconder atrás de você só vai ter mais consequência, na frente dos homens eu nunca falei, “[João] você faltou serviço porque?”, falei chefe você sabe dos meus históricos, aí das minhas recaídas que eu tenho e tudo mais... chegava pra ele e falava
<b>DEFESA ADAPTATIVA</b>	<b>NEGAÇÃO</b>	“[...] a coisa não andava, não andava, não andava, certo e tudo, como se diz, havia muita peixada, isso aí tinha muita peixada, como a gente não tinha peixada com ninguém, não tinha nada ficamos para trás, mas o alvo... Que todas as promoções quando teve em si nas quais

<b>TIPO DE DEFESA</b>	<b>MECANISMO</b>	<b>EXEMPLIFICAÇÃO</b>
		<i>eu recebi duas eu já tinha a problemática e sempre estava no meio, certo, tinha problemática e tudo, não chegou ao extremo que nem da primeira vez, mas tinha, tinha uns probleminhas sim, eu não vou também tapar o sol com a peneira, mas nunca influenciou em nada não, se tiver direito e tiver se enquadrando no perfil deles lá, no tempo de serviço e tudo mais, é automático”.</i>
<b>DEFESA EXPLORADORA</b>	<b>NEGAÇÃO</b>	<i>“[...] quando for de RP quando pega um flagrante pode ficar até meio dia lá registrando um flagrante, que a área mais difícil e quando você pega uma coisa no flagrante, que para sair de lá você demora cinco, seis horas aí de papelada para preencher aí e tudo mais, se ocorrer naquelas doze horas que ele puxou não tem um flagrante e nem nada, só o policiamento, então pegar um bebum pela rua e tudo mais, levar, tirou as doze horinhas dele, vai lá no quartel, desarma, e tudo mais [...]a vida de militar ela é meia, como se diz, complexa, você tem que se manter ali [...]”</i>

Fonte: Elaborado pela autora (novembro, 2017).

Diante do contexto relatado, nota-se a complexidade das atividades e como o trabalho de policial era encarado, sentido e vivido por ele. Foram 25 anos de serviços prestados à PM e à sociedade civil, obedecendo às leis, normas e regras rígidas e fixas, seguindo as exigências técnicas, confrontando-se com o real do trabalho. Trabalho este permeado pelos imprevistos e improvisos, com carga horária excessiva e dedicadas às tarefas propostas, na tentativa de combater a violência e o crime, colocando sua vida em risco em prol de toda uma sociedade. Em decorrência de todo seu contexto de vida pessoal e profissional, o consumo exagerado do álcool apresentou-se como seu grande vilão, impactando e afetando diversos setores de sua vida – familiar, social e profissional – além de ter envolvido pessoas próximas e, até mesmo, as de menos convivência.

Aqui se compreende a centralidade do trabalho na vida do sujeito, bem como de que forma as intempéries, os improvisos e adversidades decorrente das tarefas executadas, os imprevistos e a realidade vivenciada influenciam na vivência do sofrimento. Quando, a partir do uso destas estratégias, o sujeito não consegue se mobilizar e transformar o sofrimento ético e patogênico em criativo, ele pode vir a adoecer uma vez que fica paralisado, inerte perante a dor.

Não obstante, é viável discutir questões relacionadas aos **danos físicos**. João relata que atualmente tem problema de coluna, devido o trabalho cansativo, por ficar muito tempo em pé, além do armamento utilizado por eles ser pesado – “[...] eu gostava de trabalhar na rua, aí com o tempo você vai indo você vai ficando desgastado, você vai cansando, é um serviço muito cansativo, hoje eu tenho problema de coluna, carregar arma naquele tempo. [...] tem um colega meu pensava que ele talvez poderia estar até aqui, que ele está à disposição da junta também, o [...], está com hérnia, hérnia de disco, problema de policiamento, a gente ia puxar policiamento aí nesses carnaval antigamente aqui, entrava seis horas da tarde, ia sair no outro dia sete, oito horas da manhã.

Não apenas danos físicos, mas ele também apresenta **danos psicossociais**, podendo ser constatado quando ele relata, por exemplo, que “[...] eu não tenho mais responsabilidade com o trabalho [...]”. Outra fala dele também expressa os danos causados, “[...] por brigar pela classe, fui muito perseguido, punição, os homens me ameaçava até de me excluir se eu não baixasse a bola e tudo mais, certo, e diante disso eu fui criando aquele trauma [...]”.

Deste modo, compreende-se que a trajetória militar de João não foi fácil, havendo variáveis externas que o impediram de concluir sua carreira como idealizou. Percebe-se que o percurso trilhado por ele foi repleto de dificuldades e situações que desencadearam sentimentos de desamparo e frustração, na busca de suprir uma falta que perpassa e o acompanha desde sua vida pessoal e reflete na vida profissional. Esta falta entendida como um sintoma que se revelou à medida que avança em seu relato.

#### 4.3 O PÓS REFORMA: OS POSSÍVEIS DESTINOS DO SOFRIMENTO NO CASO JOÃO

Nas sessões realizadas com João foi importante observar quais seriam os possíveis destinos que ele daria ao seu sofrimento, para ser capaz o delineamento, conforme consta nos objetivos específicos deste estudo.

Insta citar que este caso teve como ponto central a questão do reconhecimento. Situações vivenciadas em sua vida pregressa refletiram durante sua trajetória militar, onde a falta do reconhecimento permitiu a vivência, principalmente, do desamparo e da frustração, que juntos estavam permeados pelo sintoma da falta. Falta de um objeto de referência (devido o falecimento da mãe), falta da figura materna e paterna, falta de um apoio direto dentro da PM (embora no contexto social e familiar tenha sua família e alguns (poucos) colegas que não desistiram dele), falta do reconhecimento idealizado. E para preencher esta falta que permeou toda sua fala, ele aciona, então o álcool, porém ainda assim, este não consegue preenche-lo ocasionando danos físicos e psicossociais, afetando diretamente sua vida profissional.

Mergulhado neste contexto, a condição de alcoolista o conduz a optar por ser reformado afirmando não ter mais condições, principalmente, psicológicas para encarar a rotina de trabalho de um PM. Reconhece que fisicamente ele está bem, mas não de forma que possa retornar ao trabalho, assegurando que o melhor, de fato, é a reforma. Esta representando uma terceira etapa em sua vida, assim relata em sua última sessão: *“Tudo, minha trajetória todinha, eu tive três etapas na vida, foi essa etapa minha de perda de mãe, terminar de ir até os dezessete, dezoito anos, segunda etapa dos vinte e dois anos e agora aqui estou tendo a minha terceira etapa de vida, certo, de quarenta e oito até quando Deus quiser, certo, três etapas, estou chegando na terceira, se não estiver com a mente mais ou menos aberta para levar esse resto de vida aqui eu tenho que estar meio azuretado para não... Entendeu, tive três etapas certinho na vida, cheguei ao último, o último estágio é esse”*.

Os possíveis destinos vêm como uma forma de validar o discurso do João, porém no decorrer de sua fala ele apresenta vários destinos possíveis, incluindo as possibilidades de colocar em prática alguns de seus projetos relatados durante os atendimentos: dar aula de informática para as crianças de sua comunidade; resgatar, ajudar, conversar e alimentar pessoas que estejam na condição de alcoolista e que estejam nas ruas vagando; confecção dos vasos artesanais; fazer plantações (hortinhas) na sua chácara; ainda nesse pedaço de terra que deu entrada com o dinheiro que ganhou da herança do pai, construir um hotel para cães e fazer uma local para adestramento de cães como uma forma de aproveitar os conhecimentos adquiridos no período em que trabalhou no canil da PM. Ressaltando que este último projeto ele envolve a presença de sua enteada que atualmente está cursando Medicina Veterinária.

Considerando todos os projetos relatados durante os atendimentos, João apresenta um movimento que pode ser algo recorrente em sua trajetória de vida pessoal e profissional. Após o dia no qual seria assinado o documento oficializando o ato de sua reforma (19 de julho de 2017), João passa a ter faltas sucessivas as sessões (02 faltas), sem que houvesse justificativa. Comparece para a 7ª sessão (07 de agosto de 2017), mas informa que ainda não havia saído a portaria da reforma e quando era para acontecer a 8ª sessão ele novamente falta sem justificar, dando notícias à clínica-pesquisadora 15 dias depois via *whatsapp*, quando a mesma informa o encerramento dos atendimentos, por excesso de faltas. Isto mostra que desde o início dos atendimentos João se mantém no sintoma - quando, por exemplo, nas últimas sessões ele começa uma sucessão de faltas sem justificar o motivo de suas ausências.

Com isto, entende-se que João, simplesmente abandona os atendimentos, não sendo possível confirmar, de fato, a possibilidade de realização de todos seus projetos apresentados,

bem como quando e nem quais deles serão colocados em prática. Isto pode configurar, portanto, o delineamento dos possíveis destinos dados ao seu sofrimento.

Após a sessão devolutiva, João valida e aceita a análise realizada pela clínica-Pesquisadora, embora ainda se utilize de algumas defesas, como racionalização e negação, na compreensão do álcool como um dos elementos influenciadores a não promoção de Graduação, ressaltando o não reconhecimento e que após a Reforma, apenas Deus para mantê-lo firme diante do álcool.



## 5 DISCUSSÃO

A vida do João, desde sua concepção, foi marcada pela rejeição do pai; fato este que demonstra os primeiros indícios do não reconhecimento. Aos 08 anos de idade perde sua mãe, sendo criado por uma vizinha (amiga de sua mãe), não vivenciando de forma saudável a experiência de separação do corpo materno, incitando nele a vivência do rompimento de um laço afetivo. Isto pode ser encarado como uma forma preocupante, uma vez que reflete numa fragilidade a ser potencializada em sua vida, resultante deste rompimento, impactando nos fundamentos da construção de sua vida psíquica (KARAM, 2010). É neste contexto que se instaura a história do João, na busca incessante pelo reconhecimento, onde a falta, desencadeou o estado de desamparo que o levou a frustração e, posterior, sentimento de angústia e vivência do sofrimento.

Ao longo de sua trajetória de vida, João passa por circunstâncias e experiências que incitam nele o sentimento de desamparo pela necessidade de suprir uma falta. Esta surge em sua vida enquanto um sintoma a fim de preencher um vazio: de ser reconhecido. Nota-se que esta falta apresenta-se como elemento de destaque e se mostra presente em sua vida pregressa à trajetória militar (Exército Militar Brasileiro e Polícia Militar).

A noção de sintoma (representado pela “falta de”) pode ser entendida por Chemama (1995), quando o autor aduz que o sintoma é um “[...] fenômeno subjetivo que constitui, para a psicanálise, não o sinal de uma doença, mas a expressão de um conflito inconsciente” (p.203). Lacan (1958) apud Chemama (1995), afirma que o sintoma está direcionado para um desejo de reconhecimento, que permanece excluído e reprimido. Sendo, portanto, o efeito simbólico do real, além de se tornar uma defesa que se contrapõe a angústia, esta sendo “[...] concebida como sinal de um perigo de castração” (VANIER, 2002, p. 206). Portanto, a angústia vem em detrimento do encadeamento a partir do sintoma, do desamparo e da frustração.

A situação de desamparo foi vivenciada desde o ventre materno com a negação do pai que não o reconhece e ainda despreza a mãe gestante. O desamparo, por sua vez, se potencializa com a morte da mãe, quando ele ainda era uma criança. Além disto, representa uma posição no qual o sujeito é marcado pela incapacidade perante a si mesmo e ao mundo, surgindo em resposta ao desejo de suprir o desejo de ser reconhecido, por algo ou alguém.

Na teoria freudiana o termo desamparo assume um sentido específico. Ele apresenta-se como um estado no qual o sujeito, em seus primeiros dias de vida, depende de forma integral

de um outro para o deleite de necessidades básicas, tais como: a fome e a sede. Ou seja, configura-se, como a incapacidade do recém-nascido em tentar realizar uma ação de forma coordenada e dinâmica, confirmando assim a necessidade do outro (LAPLANCHE, 1992; GÓMEZ, 2017). Porém, este desamparo, não se apresenta apenas na infância, mas se reflete na vida adulta de João (inclusive, na vida profissional).

Na tentativa de não reproduzir comportamentos e atitudes de seu pai que o impediam de ser reconhecido, João transfere inicialmente para o Exército Militar Brasileiro e posteriormente para a Polícia Militar o seu objeto de desejo. No entanto, as vivências de frustração também se tornam presentes no contexto militar, desencadeando o sentimento de angústia e fobia pela instituição. Nessa busca incessante, ele deposita todas suas expectativas e ideologias a fim de ser amparado e acolhido. Tanto que, no senso comum, a sigla **PM** é compreendida entre os militares como “**Pai**”, aquele que briga, exige e impõe e “**Mãe**”, como aquela que acalma, acalenta e acolhe.

A frustração, *Versagung*, em alemão, na teoria freudiana é entendida pela carência de um objeto externo capaz de satisfazer a pulsão (LAPLANCHE, 1992). Do ponto de vista destes autores, a pulsão é compreendida a partir de uma ação de caráter dinâmico que incide numa pressão ou força, conhecida como carga energética. Para Chemama (1995) e Roudinesco e Plon (1998), indo ao encontro do exposto por Laplanche (1992) a frustração nomeia o desprazer, a insatisfação, ou até mesmo a contrariedade, de uma pulsão, porém não sugere a ideia de passividade do sujeito perante o contexto inserido. Tanto que por meio de ações diversas, João busca transformar o sofrimento ético e patogênico em sofrimento criativo.

Ou seja, a frustração advém da incapacidade do sujeito em obter seu objeto de satisfação (reconhecimento do pai, da família, e estendida para o âmbito do trabalho). No caso João, ela perdura até sua vida adulta, aparecendo a partir de uma falta (imaginária) – o reconhecimento de um Outro paterno ou materno; da esposa, dos filhos e enteados; das instituições militares e dos colegas de profissão; e dos amigos fora do contexto militar. Esta busca pelo reconhecimento se estende também no âmbito desta pesquisa (ter sua história registrada, apresentada e publicada) no qual aceita como forma de alcançar o seu objeto de desejo. Esta dinâmica configura a frustração como um estado intrínseco e essencial à condição humana, devido essa insatisfação resultar da circunscrição estabelecida pela cultura (modalidade de socialização do ser humano) (ROUDINESCO; PLON, 1998).

A organização do trabalho, por ser vivenciada de forma intensa por ele, acaba desencadeando a fobia que ele diz ter/sentir quando passa próximo aos locais de trabalho da

polícia, principalmente, o quartel, ou quando recebe um chamado para comparecer à instituição. Para Roudinesco e Plon (1998) a fobia é um “termo derivado do grego phobos e utilizado na língua francesa como sufixo, para designar o pavor de um sujeito em relação a um objeto, um ser vivo ou uma situação” (p.243). Do ponto de vista deste autores e para a Psicanálise, a fobia apresenta-se como um sintoma, no qual foi substituído pela angústia.

Por sua vez, Chemama (1995) compreende este termo como uma “neurose caracterizada estado geral de excitabilidade e de expectativa ansiosa, por acessos de angústia, com manifestações somáticas e neurovegetativas, bem como fobias” (p.15). Essa fobia que ele afirma sentir pode ser um dos motivos que o levaram a faltar às últimas sessões, ou pedir para dizer que está dormindo quando a clínica-pesquisadora resolve ligar para informar a finalização dos atendimentos. Este último, pode estar relacionado à sua desconfiança apresentada no início do processo de fala-escuta, bem como por acreditar que os atendimentos iriam beneficiar a instituição militar e não a ele, como relata em sua última sessão.

As manifestações somáticas, decorrentes dessa fobia, podem ser constatadas a partir da alteração do seu estado de humor, ficando irritado, nervoso, impaciente e agressivo; bem como por meio do sentimento de inutilidade, impotência e desmotivação, desencadeando o sentimento de indignação e humilhação. Estas manifestações tornam-se reflexo quando se encontra diante de um perigo exterior considerado para o sujeito como uma ameaça real (LAPLANCHE, 1992).

A organização do trabalho, ao iniciar suas atividades como policial militar, é marcada por contradições existentes entre o trabalho prescrito e o real do trabalho. É na existência deste *gap* entre o prescrito e o real, que as vivências de sofrimento do João são instauradas, sem desconsiderar as variáveis externas ao trabalho influenciando, diretamente, no contexto no qual ele está inserido.

Esta lacuna entre o prescrito e o real pode ser identificada por meio das diversas mudanças de postos de trabalho em detrimento da intensificação da alcoolização e, em consequência aos comportamentos e atitudes apresentadas como as faltas não justificadas e por não se apresentar em condições para o trabalho; a mudança de cidade por ter participado do movimento de greve; a perseguição que relata ter sofrido pelos oficiais, devido ter sido o vice-presidente da Associação de Cabos e Soldados (período que travou lutas e reivindicou por melhorias para a classe, incluindo desde melhores condições de trabalho até a regulamentação das escalas (carga horária), instrumentos e armamentos adequados a serem usados na rotina de trabalho; a promoção de graduação/posto de colegas, apresentando ao

Governador a lista com o nome dos policiais); o impedimento de ir em missão na fronteira do país (Rio Grande do Sul).

Neste contexto, é possível citar questões relacionadas aos riscos de trabalho enfrentados diariamente, como aqueles que derivam do contexto social interpelado pela violência e a crescente criminalidade. Os riscos relatados por João estão direcionados, principalmente, à precarização do trabalho no que tange as condições de trabalho que em sua época eram inadequadas e impediam de realizar um trabalho com eficácia e eficiência.

O risco do exercício da ocupação está vinculado, (in)diretamente a precarização. É oportuno ressaltar que ela surge, sobretudo, com as transformações ocorridas no mundo do trabalho (GHIZONI, 2013a). A precarização do trabalho é fruto do sistema capitalista, e o trabalhador, por vezes, submete-se a condições nocivas à saúde, por sentir-se obrigado a seguir a lógica da flexibilização e da intensificação do trabalho por medo e insegurança até mesmo de ficar desempregado (HALL, 2006; ANTUNES, 2012, 2014; BRUM, 2016; SENNET, 2009). Neste caso, a função de policial incita no trabalhador a questão da virilidade e de super-herói, onde para suprir uma necessidade de segurança pública ele se permite vivenciar e trabalhar em condições precárias, por vezes relatadas por João.

Os PMs podem ser considerados como profissionais que pertencem e atuam utilizando dispositivos avançados, dotados de tecnologia. Estes trabalhadores acabam sendo mais expostos à flexibilização, bem como à intensificação quanto ao ritmo de suas tarefas e elementos voltados para o aumento da produtividade (GREENE, 2002; ANTUNES; PRAUN, 2015). Isto é percebido quando relatada a falta de um efetivo maior de trabalho, a falta de instrumentos e armamentos de trabalho, por vezes inadequados, embora hoje já tenha havido melhoras, mas não o suficiente para realizar o trabalho esperado e proposto por Lei.

Esta precarização refletia na qualidade das atividades, no qual eram exigidas a sua obediência e disciplina, e que quando não cumpridas de forma rigorosa há punições. Para Galeazzi (2006) e Antunes; Praun (2015) a precarização reflete na qualidade dos serviços prestados e, por conseguinte, pode desencadear o adoecimento do trabalhador, no qual precisa ser afastado de suas atividades por não apresentar condições mínimas para tal. Deste modo, entende-se que ela incide não apenas no trabalho como também no trabalhador enquanto executor, confirmando a centralidade do trabalho, bem como sendo ele um elemento importante na construção de sua identidade (OLIVEIRA, 2000; BAUMAN, 2005; HALL, 2006; ARAÚJO, 2007; MACÊDO; HELOANI, 2013).

Percebe-se, portanto, que o policial militar, também, está inserido na lógica do sistema econômico, adotando uma gestão e estrutura específica, no qual são exigidas habilidades e

competências além do esperado. São instigados a buscar qualificação e conhecimentos dentro da área de atuação a fim de desenvolver e obter excelentes resultados, permanecendo na lógica de exaustos-correndo-e-dopados apontada por Brum (2016). Sendo esta a realidade do PM hoje, e isso pode ser constatado a partir do levantamento realizado pelo CIRR no qual informou existir um elevado número de policiais afastados do trabalho, sobretudo, por motivos psiquiátricos e ortopédicos.

É perceptível que a instituição militar não foge a regra vinculada ao capitalismo. Ela é uma instituição no qual tem sua organização do trabalho pautada nos preceitos da hierarquia e da disciplina e, assim como outras instituições seja de caráter público ou privado, não tem se esquivado da ideia pautada da produtividade, eficácia e eficiência.

O contexto vivenciado na instituição militar fez com que João deixasse de vivenciar o prazer e satisfação relatados no início de sua carreira, e passasse a vivenciar o sofrimento no trabalho. Isto tornava difícil preencher o vazio, a falta que marca sua vida pregressa à instituição militar e posterior ao seu ingresso na corporação. Deste modo, ele passou a descrever de forma intensa o sofrimento permeado pelo não reconhecimento.

O reconhecimento depende da dinâmica contribuição-retribuição simbólica (cooperação-reconhecimento). Ela se apresenta no contexto de trabalho como essencial, pois este movimento pressupõe, sobretudo, o reconhecimento tanto pelos pares como pela hierarquia dentro da organização do trabalho. Passa a ser compreendida, então, como um fator essencial para a promoção da mobilização subjetiva, pois haverá o investimento psíquico do trabalhador, no qual ele se engajará no processo de mobilização subjetiva (DEJOURS, 2011a; MENDES; DUARTE, 2013; CARVALHO; MORAES, 2015).

Neste caso, ele supõe uma contribuição advinda da instituição militar de forma a ir além do prescrito e espera o retorno, no caso a retribuição não apenas do serviço prestado à instituição, mas de situações que ultrapassam o trabalho prescrito exigido. Voltando-se para os momentos de sessão realizada com ele, a clínica-pesquisadora o convida (simbolicamente), por meio da livre circulação da palavra, a iniciar o processo de elaboração das várias situações que fora reconhecido, e é quando nota-se que João vivencia a repetição, não conseguindo elaborar e nem perlaborar.

Para Roudinesco e Plon (1998) o termo elaboração vem do verbo alemão *durcharbeiten* e significa trabalhar com cuidado. Já a perlaboração pode ser entendida como a reinterpretção das ações, ou seja, como uma elaboração interpretativa, uma elaboração do inconsciente, que permite ao paciente associar uma interpretação com a finalidade de sobrepujar as resistências acordadas por ela, podendo esta ser produzida sem o auxílio do

analista (MARTINS, 2013). Essa atividade (perlaboração) é, portanto, percebida como uma maneira de possibilitar a superação da repetição seja de uma situação caracterizada como traumática e/ou adquirida.

O reconhecimento advém de dois tipos de julgamento: julgamento de utilidade, que ocorre nos âmbitos econômico, social e técnico, além de ser expresso pelo outro seguindo uma linha vertical (chefias e subordinados). E o outro julgamento é o de estética/de beleza, seguindo uma linha horizontal (pelos pares, colegas, membros da equipe ou da comunidade), permitindo que o trabalhador sinta-se pertencente a um grupo e que ele é único e singular – julgamento de conformidade e de originalidade (DEJOURS, 2011a; LIMA, 2013; CARVALHO; MORAES, 2015).

Diante destes fatos, nota-se que mesmo iniciando uma nova etapa em sua vida (ao ingressar na PM) nenhuma forma de reconhecimento era considerada de fato por ele, afirmando por vezes que “um elogio é só um elogio” e pode ser dito da boca para fora, não tendo o mesmo teor que uma promoção de graduação ou posto. É possível elencar alguns episódios de reconhecimento no trabalho, mas João não os reconhece como tal.

Dentre eles merecem destaque: ser elogiado e servir de exemplo para outros colegas devido sua vitalidade e força realizadora permitindo ele obter um bom desempenho; ser elogiado, também, quando assumiu a guarda de seus filhos (ainda quando residia em Colinas do Tocantins – TO) desenvolver com maestria seu papel de pai; ter sido chamado para realizar treinamento em outro Estado e ter sido convidado por um oficial para trabalhar numa missão a ser realizada na fronteira do Brasil (embora este tenha sido outro episódio de frustração, por terem colocado um colega que na época tinha uma graduação maior que a sua (ele era cabo e o colega 1º Sargento) impedindo que ele fosse após toda uma preparação e investimento tanto por parte dele quanto da própria PM); a vice-presidência ocupada por dois mandatos na Associação; por levar o nome de seus companheiros de trabalho até o gabinete do governador e sentar-se ao lado de grandes autoridades do Estado.

Retomando o conceito de sintoma, uma vez que a falta aparece como elemento central em sua história de vida pessoal e profissional, para Vanier (2002) o sintoma está na espera para ser compreendido, interpretado e ser lido, mas para que isto ocorra é necessário permitir o surgimento da verdade escondida – o não reconhecimento pela figura de castração (neste caso o pai), sendo este a base da metáfora que é o próprio sintoma. Mergulhado nessa esfera, ele tenta suprir esta falta fazendo a ingestão de bebida alcoólica. Ele busca, incessantemente, a satisfação desse desejo por meio de diversas ações e quando não obtém o êxito esperado, há uma recaída.

De acordo com Dias (2006) esta satisfação traz consigo um modo problemático e paradoxal, uma vez que se apresenta, também, como uma satisfação do real – neste caso, o real configura-se pelo não reconhecimento pelo pai. Este sintoma, então, “[...] se torna ao mesmo tempo condição do social e o modo particular de inscrição do sujeito no discurso, ou seja, no laço social” (VANIÉR, 2002, p.216). A alcoolização torna-se, portanto, uma estratégia utilizada por ele como forma de aliviar o sofrimento e de preencher o vazio, porém aos poucos isto vai sendo intensificando ao longo dos acontecimentos na sua vida. Para a autora Karam (2010) o álcool é apresentado ao sujeito como um “objetivo de necessidade” e não como um “objeto de desejo”. E neste caso, o problema está na compulsão para atender uma necessidade, que tem como finalidade principal o preenchimento imediato de uma “falta”, não conseguindo sair do sintoma e acionando o álcool para preencher o vazio que se instaura nele.

A inteligência prática, de acordo com Vasconcelos (2013a) e Dejours (2011a) estimula todo o corpo, não se restringindo apenas as funções cognitivas do sujeito, e para que o sofrimento seja superado ele pressupõe a criatividade e a alteração dos processos por meio de ações e atividades para transformá-lo em prazer (DEJOURS, 2011a). O espaço público de discussão incita o sujeito ao diálogo, a um debate político (social) (MERLO; BOTTEGA; MAGNUS, 2013).

Para a PdT este espaço configura-se como um espaço genuíno e permeado pelas discussões entre o coletivo de trabalhadores, ou entre clínico-pesquisador e o trabalhador, sendo validado e legitimado. Sua finalidade é fazer circular a palavra, por meio do processo de fala-escuta, livremente sem a existência de retaliação – privilegiando o que é relatado pelo paciente – neste caso o espaço criado com a clínica-pesquisadora, constituindo o espaço de fala-escuta com o João (porém não é único no qual João fez parte).

A cooperação tratada por Ghizoni (2013b) está relacionada a coordenação dos esforços de um coletivo de trabalho com a finalidade de alcançar objetivos comum a todos. A autora completa afirmando que “[...] no sistema capitalista, é obtida, na maioria das vezes, por meio de um sentimento que incita à imitação de outrem, para estimular a rivalidade e a competição entre os trabalhadores” (p.100).

As ações apresentadas em seu relato o conduzem a transformar, por vezes, seu sofrimento em prazer. Para isso ele se utiliza da inteligência prática, da cooperação (solidariedade e vínculos de confiança) e dos espaços de discussão no qual fez parte. Porém, uma vez que são utilizadas de forma separada não permitem a promoção da mobilização subjetiva, e sim do sofrimento criativo. Mas, para isto ele, também, utiliza algumas estratégias

de defesa do tipo adaptativa; protetora e explorada, como forma de manter-se “vivo” e presente em meio a organização do trabalho (MORAES, 2013a).

Na ausência deste reconhecimento (tão esperado por ele), a tendência do sujeito é a desmobilização que pode vir em forma, por exemplo, do sofrimento ético e patogênico (DEJOURS, 2011a). Ele se apresenta como um dos principais fatores desencadeadores do sofrimento vivenciado em sua trajetória militar.

O sofrimento ético pode ser identificado quando João teve seus princípios e valores confrontados com os da corporação militar, ferindo o seu ideal. Este sofrimento surge, por exemplo, devido aos entraves políticos que influenciam no contexto militar, e é identificado a partir das promoções permeadas por interferência externa e política. Este sofrimento é compreendido como uma experiência de sofrimento vivenciado pelo sujeito quando: a) ele se submete ou participa de situações, no trabalho, da qual não consente e atua de forma desfavorável e antagônica a seus valores; b) quando não consegue responder e se contrapor ao que considera reprovável e tende a se comportar de forma contraditória ao que rompe com seus princípios morais (VASCONCELOS, 2013b).

O sofrimento patogênico é constatado a partir da alcoolização desmedida como forma de enfrentar as questões relacionadas à organização do trabalho, de forma que o trabalho pode ter potencializado o consumo do álcool, uma vez que este ato já era observado em sua vida pregressa à instituição. A desmesura do álcool o levou a condição de alcoolista, pois acreditava que desta maneira ele estava aliviando as dores da alma e do corpo. Porém tinha ciência que estava criando um problema maior, mas negava, algumas vezes, ser o álcool um grande vilão em seu percurso pela polícia. Além disso, relata o desleixo e negligência com sua aparência, principalmente. Karam (2010) afirma que esta alcoolização permite o relaxamento com a aparência, além de abdicar e, até mesmo, desistir dos compromissos e responsabilidades assumidas.

Isto se apresenta como desdobramentos das inúmeras transformações no mundo do trabalho permeadas pela precarização do trabalho e do trabalhador, levando-o a vivenciar o sofrimento no trabalho. Em consequência, relata momento de intensa perturbação mental de forma a escutar vozes, ter alucinações, insônia e costumava conversar sozinho, passando por situações constrangedoras. Isto o levou a tentativa de suicídio, denominada na Psicanálise de passagem ao ato, pois não concretizou o fato como planejado.

Num momento de desespero, ao invés de atirar na cabeça (como forma de se auto-exterminar), ele atira no dedo da mão, configurando a passagem ao ato, sendo ela um “[...] jogo cego e de negação de si mesmo” (CHEMAMA, 1995, p.09-10). A passagem ao ato



expressa uma demanda (desejo) de amor, de reconhecimento (simbólico), inserido e integrado sobre um profundo desespero, “[...] demanda feita por um sujeito que só consegue se vivenciar como um dejetivo a evacuar. Ela está situada do lado do irrecuperável, do irreversível. Uma ação impulsiva da qual a mais típica consiste na defenestração” (CHEMAMA, 1995, p. 09).

Roudinesco e Plon (1998) declaram que numa visão lacaniana a passagem ao ato está relacionada a um agir inconsciente, “[...] um ato não simbolizável pelo qual o sujeito descamba para uma situação de ruptura integral, de alienação radical” (p.06), de forma que o sujeito sai de cena devido um esgotamento que o conduz a um ato de violência (a defenestração). Constitui, destarte, um incidente sucedido ao sujeito no qual se percebe como estranho bem como numa possibilidade exclusiva e precisa para inscrever-se de forma simbólica no real desumanizante – a organização do trabalho policial militar e seu histórico familiar (LAPLANCHE, 1992; CHEMAMA, 1995).

Para lidar com estas formas de sofrimento (ético e patogênico) João se utiliza de estratégias defensivas. As defesas compõem um conjunto de operações/mecanismos com a finalidade de minimizar e, até mesmo, eliminar qualquer transformação capaz de colocar em perigo a integridade, a dedicação e o esforço do sujeito (LAPLANCHE, 1992). Sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho, os mecanismos de defesa são originados de conceitos da Psicanálise, como pode ser visto a partir da conceituação de Laplanche (1992). Cançado e Sant’Anna (2013) afirmam que o uso de tais mecanismos pelos trabalhadores acontece perante o sofrimento vivenciado no trabalho, decorrente da organização do trabalho. São, portanto, “[...] processos mentais utilizados pelo ego, em nível inconsciente, contra as demandas instintivas do id” (CANÇADO; SANT’ANNA, 2013, p.249). Resumindo, esses mecanismos são utilizados por João perante a organização do trabalho, de forma a permitir o uso de maneiras de suportar e minimizar as contradições existentes que refletem nas vivências de sofrimento, decorrentes do desamparo, da frustração, da angústia e da dor.

No entanto, embora busque formas de transformar seu sofrimento em prazer, por meio de ações e do uso das estratégias de defesa, o não reconhecimento enfatizado por João alcança o ápice das discussões. Isto surge a partir da análise acerca das questões relacionadas ao seu contexto familiar e de trabalho, onde o reconhecimento é o que ele busca desde o dia de seu nascimento.

E, nesta dinâmica, João apresenta danos físicos e psicossociais. Como danos físicos são ressaltados as fortes dores na coluna decorrente dos instrumentos de trabalho, como o uso de coletes e armamentos pesados. Danos psicossociais estão relacionados a sua condição de

alcoolista intensificada e potencializada a partir da organização do trabalho (dano psicológico) e no tocante aos riscos e as responsabilidades (danos sociais) quanto a segurança pública, sua aceitação em não ter condições para dar continuidade à rotina de trabalho.

Indo ao encontro do seu relato, ele apresenta possíveis destinos a ser dado ao seu sofrimento. Dentre eles são citados: a Reforma, como uma maneira de evitar as situações de conflito, frustração, humilhação e do não reconhecimento dentro da instituição; as plantações na chácara que comprou com a ajuda da herança do seu pai; as ações sociais voltadas à sua comunidade, resgatando pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social (decorrente do uso do álcool e de outras drogas); e a construção de um hotel e pista de adestramento para cães.

Neste contexto, nota-se que a luta travada por João para enfrentar e transformar o seu sofrimento foi exaustiva. Sempre impactado pelas prescrições e pela realidade do trabalho, no qual se mostraram atreladas ao seu histórico familiar, João (até o último dia de atendimento) demonstrava não saber lidar ainda com questões relacionadas à frustração. Este seria o objetivo da clínica-pesquisadora, uma vez que percebe o seu movimento de repetição, não conseguindo elaborar e perlaborar as vivências de sofrimento. Alguns possíveis destinos foram apontados por ele, no entanto, não se sabe se eles serão de fato concretizados, ficando estes apenas no plano das ideias.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu diversos momentos de reflexão acerca do mundo do trabalho e a forma como ele se instaura na vida do sujeito. O trabalho deixa, portanto, de ser compreendido e vivido como fonte apenas de sobrevivência e subsistência e avança sendo fonte de bem-estar, prazer e sofrimento. Seu estudo não se torna exclusivo de apenas uma ciência, mas de forma pluri e interdisciplinar, a fim de permitir ao pesquisador e interessados pela temática um olhar amplo sobre suas nuances e possibilidades de estudo. Assim, buscou-se por meio da Filosofia, da Sociologia, da Comunicação e da Psicodinâmica do Trabalho, discutir e analisar como ele se constitui e de que forma ele se apresenta para o sujeito enquanto elemento central.

O novo mundo do trabalho é, portanto, marcado pela competitividade exigindo do trabalhador mais produção, melhor qualificação e capacitação para continuar inserido no sistema econômico. A fragilização dos laços e vínculos de afeto são destituídos de sua solidariedade, por meio da falta de cooperação e de confiança, e assim, os trabalhadores são chamados a lutarem em uma guerra em meio a lógica capitalista de mercado. Os trabalhadores são instigados a não demonstrarem medo e insegurança, sentimentos decorrentes da ideologia do realismo econômico e pela chamada precarização do trabalho.

Neste contexto, a Polícia Militar, órgão de representação expressiva à sociedade, embora seja uma instituição pública, não se eximiu das exigências implantadas pela globalização e as transformações no mundo do trabalho. Ela, assim como outras organizações de trabalho, passa a seguir o fluxo ditado e influenciado pelas novas formas de trabalho, pela flexibilização e intensificação que promovem a precarização do trabalho e do trabalhador.

O caso João foi narrado como uma história de vida pessoal que se confunde e se completa com a vida profissional traçada dentro de duas grandes instituições militares (Exército Brasileiro e Polícia Militar). Um sujeito que desde seu nascimento foi marcado pela falta (enquanto sintoma). Por não conseguir preencher o vazio, interpelado pela falta, experimentou e vivenciou sentimentos de desamparo, frustração e angústia. Estes o levaram a vivenciar o sofrimento dentro e fora da corporação, no qual o seu grande vilão foi o álcool. O alcoolismo trouxe consequências significativas a ele, afetando a vida familiar, social, econômica e profissional. Entretanto, o mesmo trabalho que potencializou o uso do álcool e acabou tornando João um inválido para o exercício da ocupação de policial militar, poderia ter

agido, transformando todo o sofrimento vivenciado na instituição em prazer, via sofrimento criativo e reconhecimento, por meio de espaços de discussão coletivos que fortalecessem os laços de solidariedade e cooperação dentro do espaço de trabalho. Pois é sabido que o mesmo que adoce é também o que promove a saúde.

Sua trajetória ao ingressar na PMTO (via concurso público), foi marcada por vivências de prazer, no qual trabalhar como policial militar o fazia sentir-se realizado. No entanto, os imprevistos e os imprevistos, as adversidades que caracterizavam e perpassavam o real do seu trabalho, o conduziu a intensificação e a potencialização da ingestão de bebida alcóolica. Alguns avanços e progressos foram percebidos com os tratamentos, porém, devido às inúmeras recaídas e o descompasso com o serviço militar, ele percebe não ter mais condições psicológicas para dar continuidade à sua carreira. Opta, portanto, pela Reforma dada a ele de forma proporcional ao tempo de serviço prestado à PMTO (aposentadoria por invalidez para o trabalho de policial militar).

A análise da psicodinâmica do trabalho policial militar permitiu compreender a lacuna existente entre o trabalho prescrito e o real do trabalho. A organização do trabalho é, portanto, caracterizada pelas contradições e pelas vivências de prazer, mas, principalmente, de sofrimento no trabalho decorrente da realidade apresentada. Esta, por vezes, o impediu de alcançar seu objetivo: ser reconhecido.

Ao longo dos seus 25 anos de serviços prestados a PM, suas ações são perpassadas pelo uso da inteligência prática (engenhosidade), pela cooperação pautada na confiança e solidariedade e os espaços de discussão na busca de ressignificar e dar um novo sentido ao trabalho e à sua vida. O objetivo era, portanto, transformar o sofrimento em prazer, entretanto as frustrações impediram do prazer acontecer e só sobrou espaço para o sofrimento. No último ano, com a possibilidade da reforma, um novo caminho sem o álcool ressurgiu e as possibilidades de novos destinos começam a ser construídos.

Os possíveis destinos do sofrimento do João foram narrados durante os encontros e estão voltados essencialmente para ações de cunho social, para lidar com a terra (horta) e com adestramento de cães. Ele busca, portanto, alternativas de saída para a vida, e não para retornar ao trabalho de PM. Os destinos se apresentam num processo de recuperação de vida, mesmo que sejam incógnitas a serem desveladas, uma vez que não foi possível dar continuidade ao processo, devido a desistência do João durante os encontros.

Ao final da pesquisa, vale salientar as limitações que foram vivenciadas neste processo de pesquisa. Inicialmente a dificuldade para formar o coletivo de trabalhadores, pois se percebeu uma demanda do órgão de saúde da PM e não dos policiais adoecidos. No decorrer

dos estudos deparou-se com a lacuna teórica da abordagem psicanalítica da clínica-pesquisadora, mas que mobilizada com o caso João, buscou apoio nas supervisões internas e externas, além do processo analítico pessoal, reforçando o método utilizado.

Para encaminhamentos futuros, sugere-se que: 1) após a apresentação da pesquisa, a equipe de saúde do CIRR/PMTO possa se reunir e elaborar um calendário de atividades (intervenções) futuras para atuar junto com os PMs, sejam no âmbito da prevenção e/ou da promoção, para que se sensibilize os policiais afastados da importância do processo de escuta para a elaboração e reelaboração da sua situação de vida; 2) criar um grupo de estudos para qualificação da técnica utilizada para realização desta pesquisa; 3) realizar a formação de grupos a fim de realizar o processo de fala-escuta com os policiais afastados do trabalho; 4) ampliar a proposta anterior aos militares que já passaram por afastamentos intermitentes e, também, os que precisam de apoio no serviço militar.

Estas sugestões de intervenção podem ser realizadas a fim de dar aos policiais o suporte e o apoio psicossocial (apresentado como uma das atividades do CIRR/PMTO), uma vez que o trabalho policial militar potencializa, por si, as dores e o sofrimento decorrentes da realidade enfrentada.

Sugere-se para pesquisas futuras, que outros alunos de graduação e/ou mestrado possam desenvolver o processo de fala-escuta em parceria com o CIRR/PMTO, ampliando o número de atendidos. Outra proposta é realizar o cruzamento de informações obtidas com o mapeamento dos riscos psicossociais e os conteúdos obtidos a partir da realização da escuta do sofrimento.

## REFERÊNCIAS

- ABBADI, M. F. **Sistema penitenciário brasileiro e segurança pública**. Rio de Janeiro: ESG, 2012. 45f. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Monografias/2012/ABBADI.pdf> Acesso em: 17 fev. 2017.
- ALVES, J. J. **Mobilização Subjetiva para o Prazer-Sofrimento no Trabalho dos Taquígrafos Parlamentares: Uma Prática em Clínica Psicodinâmica da Cooperação**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília. 106f, Brasília, 2014.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANJOS, F. B. Organização do Trabalho. In VIEIRA, F. de O. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013. p.267-273.
- ANJOS, F.; CARVALHO, M. (Org.). **Relatório final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - CONSEG**. Ministério da Justiça, 2009, p. 11-14. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca\\_Publica/relatorio\\_final\\_1\\_conferencia\\_seguranca\\_publica.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Publica/relatorio_final_1_conferencia_seguranca_publica.pdf). Acesso em: 20 fev. 2017.
- ANTUNES, R. Os dilemas do trabalho no limiar do século 21. **Revista Cult**. Edição 139, 2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/os-dilemas-do-trabalho-no-limiar-do-seculo-21/>.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil Reestruturação e precariedade. **Revista Nueva Sociedad**. Edição especial em português, p. 44-59. Junho de 2012. Disponível em: [http://nuso.org/media/articles/downloads/3859\\_1.pdf](http://nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf) . Acesso em 10 de julho 2016.
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho e suas principais manifestações. In MENDES, Ana Magnólia (Orgs.). **Trabalho & sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Curitiba, PR: Juruá Editora, p. 25-45, 2014.
- ANTUNES, R.; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n123/0101-6628-ssoc-123-0407.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BARRETO, M. Saúde Mental e Trabalho: a necessidade da “escuta” e olhar atentos. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, vol 1, nº 1, p.01-09, jan-abr, 2009.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. **Análise Estrutural da Narrativa**. 7. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 19-62.

BAUMAN, Z. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BAUMAN, Z. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Org.). **Clínicas do Trabalho: Novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 3-21.

BEZERRA, A.K.S. **Organização do Trabalho e Riscos Psicossociais no 1º Batalhão de Polícia Militar de Palmas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Tocantins. 139f. Palmas, 2017.

BIRMAN, J. Dor e Sofrimento na Contemporaneidade: Uma Leitura Psicanalítica do Campo do Trabalho. In: MERLO, Á. R. C. (orgs.). **O Sujeito no Trabalho: Entre a Saúde e a Patologia**. Curitiba, PR: Editora Juruá, 2013. p. 41-54.

BITTNER, E. Aspectos do Trabalho Policial. São Paulo: Editora da Univ. de São Paulo, 2003.

BOUYER, G. C. Sofrimento social e do trabalho no contexto da área “saúde mental e trabalho”. **Psicologia & Sociedade**, vol.27, nº. 01, pp.106-119, 2015.

BRANT, L. C.; GOMEZ, M., C. A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.9, nº. 01, pp.213-223, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 mai. 2015.

BRETAS, M. L.; ROSEMBERG, A. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173 | Disponível em: [www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org). Acesso em: 20 fev. 2017.

BRUM, E. Exaustos-e-correndo-e-dopados. **Revista El País**, Brasil. 2016. Disponível em [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464\\_246482.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html). Acesso em 10 jul. 2016.

CAMPOS, L. J. O trabalho e a outra cena: indagações sobre o sofrimento no trabalho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n.2 p. 313-323, abr./jun. 2016

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Lavras - UFLA. 246 p. Novembro, 2011.

CANÇADO, V. L.; SANT'ANNA, A. de S. Mecanismo de Defesa. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013. p.249-254.

CARVALHO, P. L. **Mapeamento dos Riscos Psicossociais relacionados ao Trabalho em Policiais do 6º Batalhão de Polícia Militar do Estado do Tocantins**. Dissertação (Mestrado Profissional). Universidade Federal do Tocantins – UFT. 146 f. Palmas, 2016.

CARVALHO, V. A.; SILVA, M. R. F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Florianópolis: **Rev. Katálysis**, 2011, vol.14, n.1, p. 59-67.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 1999.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** Tradução Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHEMAMA, R. **Dicionário de Psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

COSTA, S. H. B. Sentido do Trabalho. In VIEIRA, F. de O. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013a. p.375-379.

COSTA, S. H. B. Trabalho Prescrito e Trabalho Real. In VIEIRA, F. de O. (orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013b. p.467-471.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. 1ª ed., Contraponto Editora, 1997.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho**. São Paulo: Cortez, Oboré, 1992.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, Dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 set. 2016.

DEJOURS, C. Entre o desespero e a esperança: como reencantar o trabalho. **Revista CULT**, São Paulo, v. 139, n. 12, p. 49-53, 2009. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/reencantar-o-trabalho/>. Acesso em: 10 set. 2016.



DEJOURS, C. Addendum. In: LANCMAN, Selma & SZNELWAR, Laerte Udal (orgs).  
**CHRISTOPHE DEJOURS: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Brasília: Paralelo 15.  
Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011a. p.57-123.

DEJOURS, C. O trabalho como enigma. In: LANCMAN, Selma & SZNELWAR, Laerte Udal (orgs).  
**CHRISTOPHE DEJOURS: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Brasília: Paralelo 15.  
Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011b. p.151-166.

DEJOURS, C.; DERANTY, J.P. The Centrality of Work. **Critical Horizons**. vol.11, nº 2, p.167-180,  
2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1558/crit.v11i2.167>. Acesso em 21 abr. 2016.

DUARTE, F. C. **Dispositivos para a escuta clínica do sofrimento no trabalho: Entre a clínica da cooperação e das patologias.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília. 142f, Brasília, 2014.

FACAS, E. P. **Protocolo de Avaliação dos Riscos Psicossociais no Trabalho - Contribuições da Psicodinâmica do Trabalho.** Tese (doutorado) - Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. UNB, Brasília, 2013.

FACAS, E. P.; SILVA, L. M da.; ARAÚJO, M. A. S. Trabalhar. In VIEIRA, F. de O. (orgs.).  
**Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho.** Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013. p.  
461-465.

FACAS, E. P.; DUARTE, F. S.; MENDES, A. M.; ARAUJO, L. K. R. Sofrimento Ético e (In)Dignidade no trabalho bancário: análise clínica e dos riscos psicossociais. In: MONTEIRO, J. K.; VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M. (Orgs). **Trabalho & Prazer: Teorias, Pesquisas e Práticas.** Curitiba, PR: Juruá Editora, 2015, p. 233-255.

FERREIRA, T. M. **Mapeamento Dos Riscos Psicossociais Entre Policiais Militares da Companhia Independente de Arraias -Tocantins (1º CIPM).** Relatório Pibic/CNP (Administração).  
Universidade Federal do Tocantins. 2017.

FÍGARO, R. **Relações de Comunicação no Mundo do Trabalho.** São Paulo: Annablume, 2008.

FÍGARO, R.. Atividade de comunicação e trabalho dos jornalistas. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação.** E-compós, Brasília, v.16, n.1, jan./abr. 2013, p. 01-20.

FLICK, U. **Introdução a Pesquisa Qualitativa.** 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, D. de B. A. P. A Construção do Sujeito nas Narrativas Orais. **Clio – Série Revista de Pesquisa Histórica**, n.25-2, 2007, p.92-112. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24724>. Acesso em: 18 de nov. 2017.

FREITAS, L. G. de. Centralidade do Trabalho. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013a. p.77-81.

FREITAS, L. G. de. Trabalho Vivo. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013b. p.473-476.

GALEAZZI, I. Precarização do trabalho. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L (Orgs.). **Dicionário de trabalho e tecnologia**. (pp. 203-207). Porto Alegre: UFRGS, 2006, p.203-207.

GARRIDO, A. C. O. **Fatores sociais de criminalidade**. (2007). P. 2-3. Disponível em: <http://www.atenas.edu.br/faculdade/arquivos/NucleoIniciacaoCiencia/RevistaCientifica/REVISTA%20CIENTIFICA%202007/5.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GHIZONI, L. D. **Clínica Psicodinâmica da Cooperação na Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região Centro Norte de Palmas – TO (ASCAMPA)**. Tese de doutorado - Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2013a.

GHIZONI, L. D.. Cooperação. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013b. p.99-102.

GHIZONI, L. D.; MENDES, A. M. Dispositivos para uma escuta clínica do sofrimento no trabalho dos catadores de materiais recicláveis. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 15-26, jun. 2014a. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-34822014000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822014000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 out. 2016.

GHIZONI, M.; MENDES, A. M.. Mobilização de um coletivo de catadores: prática em Clínica Psicodinâmica da Cooperação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 17, n. 2, p.206-223, 2014b.

GHIZONI, L. D.; MENDES, A. M.; CORGOZINHO, J. P. Uma proposta brasileira para a Clínica Psicodinâmica do Trabalho. In: L. D. C. Schlindwein (Org.). **Saúde mental e trabalho na Amazônia: múltiplas leituras sobre prazer e sofrimento no trabalho**, v. 1, Porto Velho-RO: EDUFRO, 2013, p. 25-39.

GHIZONI, L. D. *et al.* Clínica Psicodinâmica do Trabalho: a prática em diversos contextos de trabalho. **Rev.DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins** – v. 1, n. 1, p. 74-94, jul/dez. 2014.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrolado**: o que a globalização está fazendo de nós. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GIONGO, C.R.; MONTEIRO, J. K.; SOBROSA, G.M.R. Psicodinâmica do Trabalho no Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Temas em Psicologia**. Vol.23, nº 4, pp.803-814, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s1413-389X2015000400002&Ing=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1413-389X2015000400002&Ing=pt&nrm=iso). Acesso em: ago. 2016.

GOMES, D. F. S.; BELÉM, A. O.; TELES, S. S. Saúde Mental de Militares: uma revisão integrativa do cenário brasileiro. **Rev. Saúde Públ.** Santa Cat., Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 88-102, set./dez. 2014.

GOMÉZ, V. A. **Desamparo e sofrimento no trabalho bancário: um estudo de caso em clínica do trabalho**. Dissertação. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa *Versus* Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão?. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 22, n. 2, mai-ago 2006, pp. 201-210.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

HAMRAOUI, E. Trabalho vivo, subjetividade e cooperação: aspectos filosóficos e institucionais. In Merlo, A. R. C. (Orgs.). **O Sujeito no Trabalho: entre a saúde e a patologia**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013, p.55-72.

HANKE, M. Narrativas orais: formas e funções. **Contracampo**, v. xxx, n.9, p.117-126, 2003. Disponível em: <http://www.contracampo.uff.br/index.php/revista/article/view/490>. Acesso em: 17 nov. 2017.

KANYAT, L. Trabalho como mediação da comunicação: Uma reflexão teórica sobre o binômio comunicação-trabalho e os estudos de recepção. **Revista Novos Olhares**, vol.5, nº.1, p.69-78, 2016.

KARAM, H. **Da alcoolização ao verbo: ensaio de psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

LIMA, M. E. A. A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.10, n.14, p.82-91, dez.2003.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LIMA, S. C. da C. Reconhecimento no Trabalho. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013. p.351-355.

MACÊDO, K. B.; HELOANI, R.. Identidade. In VIEIRA, F. de O. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013, p. 219-224.

MACHADO, L. de S.; MACÊDO, K. B. Análise bibliométrica dos estudos nacionais em clínica psicodinâmica do trabalho. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, vol.16, nº 1, p. 9-23, 2016.

MARTINS, S. R. Elaboração (Perlaboração). In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013, p.129-134.

MARX, K. **O Capital**. (Os Economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MEDEIROS, S. N. **Clínica em Psicodinâmica do Trabalho com a Unidade de Operações Aéreas do DETRAN: o Prazer de Voar e a Arte de se Manter Vivo**. Brasília, dezembro de 2012. 168f. Dissertação. Universidade de Brasília – UnB.

MENDES, A. M. (1994). **Prazer e sofrimento no trabalho qualificado: um estudo exploratório com engenheiros de uma empresa pública de telecomunicações**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF, Brasil, 82 p.

MENDES, A.M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia. (Org.) **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007, p. 29-48.

MENDES, A. M Escuta Analítica do Sofrimento e o saber-fazer do clínico no trabalho. In: **Trabalho & Sofrimento: práticas clínicas e políticas**. Mendes, A. M. (Org.). Curitiba: Juruá, 2014.

MENDES, A.M.; ARAUJO, L.K.R. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho: práticas brasileiras**. Brasília: Ex-Libris, 2011.

MENDES, A. M; ARAUJO, LKR. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho: o sujeito em ação**. Curitiba: Juruá, 2012.

MENDES, A. M.; DUARTE, F. S. Mobilização Subjetiva. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013. p.259-262.

MENDES, A.M.; GHIZONI, L. D. O TRABALHO E AS DESMESURAS DO CONSUMISMO: DO SUJEITO INVOCADO AO SUJEITO INVOCANTE. **Revista Trabalho (En)Cena**. Editorial. Vol. 01, n. 1, p.12 – 14, Jan/Jun. 2016. Disponível em: revista.uft.edu.br/index.php/encena. Acesso em: Jul de 2016.

MENDES, A.M.; GHIZONI, L. D. Nomear, Significar, Elaborar: Práticas de Escuta Clínica do Trabalho e do Sofrimento. **Revista Trabalho (En)Cena**. Editorial. Vol. 02, n. 1, p.01-03. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/2526-1487V2N101> . Acesso em: Jul de 2016.

MENDES, A. M.; MORRONE, C. F. Trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. In: Mendes, A. M.; MERLO, A. R. C.; MORRONE, C. F.; FACAS, E. P. (Orgs). **Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros**. Curitiba, Juruá, 2010.

MERLO, Á. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, K. V. **Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. 28 p.; il. Color.

MERLO, A. R. C.; MENDES, A. M. B. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, Brasil**, v. 12, n. 2, p. 141-156, dez. 2009.

MINAYO, M. C. S.; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciênc. Saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 585-593, mar. 2013..

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, vol.16, n.4, 2011.

MOLINIER, P. Sujeito e subjetividade: questões metodológicas em psicodinâmica do trabalho. **Rev. Ter. Ocupacional**, v.14, n.1, jan-abr, p. 1-15, 2003.

MONTEIRO, T. M. **Revisão Sistemática da Literatura sobre a Clínica Psicodinâmica do Trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Centro Universitário Luterano de Palmas. 82f. Palmas, 2016.

MORAES, R. D. de. Estratégias Defensivas. In VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013a. p.153-157.

MORAES, R. D. de. Sofrimento Criativo e Patogênico. In VIEIRA, F. O.; MENDES, A. M.; MERLO, A. R. C. **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013b. p.415-419.

MORIN, E. M. Os Sentidos do Trabalho. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, Jul./Set. Vol. 41, n.3, p.8-19, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v41n3/v41n3a02.pdf>. Acesso em: 10 de jul 2016.

MOTTA, L.G. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Mesas Temáticas, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 17 de nov 2017.

NEFFA, J. C. El trabajo humano y su centralidad. In: NEFFA, J. C. **Los riesgos psicosociales en el trabajo: una contribución a su estudio**. 1ª ed. Libro Digital, PDF. 2015. p.10-60.

OLIVEIRA, C. M. S. **Trabalho e sofrimento psíquico dos policiais militares de Minas Gerais**. Monografia (Conclusão do curso) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, R. C. de. Os (des)caminhos da identidade. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], vol.15, n.42, pp.07-21, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100001&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 18 set. 2017.

OLIVEIRA, V. R. de. & FERREIRA, J. B. Clínica da cooperação: um caminho para a insurgência e a autonomia. **Contextos Clínicos**, v.8, n.2, p.165-172, 2015. Disponível em: <http://doi.org/10.4013/ctc.2015.82.05>. Acesso em: abr. de 2017.

OREJUELA, J. J. Primero afirmar, luego integrar La interdisciplinariedad y las ciencias sociales. **Revista Científica Guillermo de Ockham**. Vol. 7, N. 1. Enero -Junio de 2009, pp. 41-56. Disponível em: <file:///C:/Users/Almerinda/Downloads/Primero%20Afirmar%20luego%20integrar%20la%20interdisciplinariedad%20johnnyorejuela.pdf>. Acesso em 29 abr. 2017.

PAULINO, F. R.; LOURINHO, L. A. O Adoecimento Psicológico do Policial Militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, Jul/Dez, p.58-77, 2014.

PÉRILLEUX, T. O Trabalho e os destinos políticos do sofrimento. In Merlo, A. R. C. (Orgs.). **O Sujeito no Trabalho: entre a saúde e a patologia**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013, p.73-92.

REBECHI, C. N.; FÍGARO, R. A comunicação no mundo do trabalho e a comunicação da organização: duas dimensões distintas. **Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v.12, n.24, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/10811>. Acesso em: 15 out. 2017.

REGO, V. B. Virilidade. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013, p. 499-501.

RESE, N. *et al.* A Análise de Narrativas como Metodologia Possível para os Estudos Organizacionais sob a Perspectiva da Estratégia como Prática: “Uma Estória Baseada em Fatos Reais”. **VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Florianópolis-SC, ENEO, n.239, 2010. Disponível em: [www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo239.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eneo239.pdf). Acesso em: 17 nov. 2017.

ROIK, A.; PILATTI, L. A. Psicodinâmica do Trabalho: uma perspectiva teórica. **XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção. A Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão**. Salvador, BA. 2009. Disponível em [http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009\\_tn\\_sto\\_105\\_696\\_14074.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2009_tn_sto_105_696_14074.pdf). Acesso dia: 10 de jul. 2016.

ROLIM, M. **A polícia e os Direitos Humanos**. Referências legais para a formação policial em Direitos Humanos. Edição: Marcos Rolim. 11 de maio de 2006. Disponível em: [http://rolim.com.br/2006/index.php?option=com\\_content&task=view&id=495&Itemid=7](http://rolim.com.br/2006/index.php?option=com_content&task=view&id=495&Itemid=7)>. Acesso em: 17 fev. 2017.

ROSÁRIO, R. N. G do. **Mapeamento dos Riscos Psicossociais entre Militares do 7o Bpm de Guaraí-TO**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Tocantins. 142f. Palmas-TO, 2017.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, 178p.

SCHWEITZER, L. et. al. Bases epistemológicas sobre sentido(s) e significado(s) do trabalho em estudos nacionais. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** Florianópolis, SC, vol. 16 n° 1, p.103-116, jan-mar, 2016.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Rev.Saúde. Soc.** São Paulo, v.17, n.4, p.161-170, 2008.

SOUSA, C. A. As Guardas Civis e o Poder de Polícia: Uma análise sistêmica constitucional – Polícia Municipal Brasileira. Poá – SP. Instituto AVM, 2012. 83 f. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj041264.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C. Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e crítica**, vol. 19, n. 3, p.362-370, 2006. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/20312>. Acesso em 06 abr. 2017.

TOCANTINS. Constituição Estadual do Tocantins, de 05 de outubro de 1989. Palmas, 2014. 11ª Edição. Atualizada e Revisada.

TOCANTINS. **Histórico da Polícia Militar do Estado do Tocantins**. [201-?]. Disponível em: <http://pm.to.gov.br/institucional/a-corporacao/historico/>. Acesso em: 16 fev. 2017.

TOCANTINS. (2012a). **Lei nº 2.578, de 20 de abril de 2012**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Publicada no Diário Oficial nº 3.612.

TOCANTINS. (2012b). **Lei Complementar nº 79, de 27 de abril de 2012**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins, e adota outras providências. Publicada no Diário Oficial nº 3.617.

TOMAZ, W. N. A. **Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho de Policiais do 5o Batalhão da Polícia Militar do Tocantins**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Tocantins. 126f. Palmas-TO, 2017

VANIER, A. O Sintoma Social. **Ágora**, v. V, n.2, p.205-217, 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982002000200001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000200001). Acesso em: set 2017.

VASCONCELOS, A.N.L. Inteligência Prática. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013a, p.237-242.

VASCONCELOS, A. N.L. Sofrimento Ético. In: VIEIRA, F. de O. (orgs.) **Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2013b, p.421-425.

VIEIRA, F. de O. “Quem vê cara, não vê coração”: aspectos discursivos e eufemísticos da sedução organizacional que disfarçam violência e sofrimento no trabalho. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 36, jul./set. 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/6416>. Acesso em: abr. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## APÊNDICE

### APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE - PPGCom

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos-lhe para participar da Pesquisa intitulada “O processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho: um estudo com policiais militares afastados do trabalho”, oriunda da Universidade Federal do Tocantins a ser realizada com policiais militares afastados da rotina de trabalho, sob a responsabilidade da pesquisadora Almerinda Maria Skeff Cunha, solteira, residente em Palmas - TO, psicóloga, o qual pretende: primeiramente realizar o processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho com um grupo de policiais militares afastados das suas atividades por motivos de

adoecimento relacionado ao trabalho. Como objetivos específicos, apresenta: 1) Descrever o trabalho vivo dos policiais militares afastados do trabalho; 2) Analisar o processo de escuta clínica, a ser realizada com os policiais militares afastados do trabalho, através do uso dos dispositivos clínicos propostos por Mendes (2014); 3) Delinear os destinos do sofrimento no trabalho vivenciados no processo de escuta clínica com os policiais militares afastados do trabalho.

Sua colaboração se fará por meio de participação em sessões de clínica do trabalho, a serem gravadas (em áudio) e/ou registradas a partir da assinatura desta autorização. A clínica psicodinâmica do trabalho será conduzida por uma clínica-pesquisadora (autora do estudo) e por uma observadora que terá a função de auxiliar durante todas as sessões, e durante as supervisões clínicas a orientadora/supervisora do estudo se fará presente. A escuta clínica contará com, aproximadamente, um total de dez a quinze sessões com duração média de uma hora e meia cada uma. Os encontros serão realizados nas dependências do CIRR, todas as segundas-feiras às 14h. As supervisões clínicas serão realizadas todas as quintas-feiras, no CIRR ou na UFT. Participarão do grupo somente os policiais militares afastados do trabalho que estão de acordo com os critérios de inclusão e exclusão desta pesquisa.

Os eventuais riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são sentir algum mal-estar ou incômodo durante as sessões, pois serão tratadas questões voltadas à sua organização de trabalho, bem como situações que levaram ao seu afastamento das atividades de rotina. No entanto em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Caso seja necessário, o(a) Sr.(a) terá acompanhamento e assistência permanente durante o estudo, ou mesmo após o término ou interrupção do estudo, podendo procurar a pesquisadora no endereço Quadra 1002 Sul, LO-25, Conjunto 2, Lote 01, Apto 25, Residencial Maria Sofia, CEP: 77023-486 Palmas - TO, inclusive para encaminhamento a uma unidade médica, com despesas para a pesquisadora. Casos de urgência e emergência decorrentes de sua participação na pesquisa procurar o Centro de Saúde mais próximo de onde estiver e contatar a pesquisadora pelo telefone: (63) 9 8407-1024, para que esta providencie total assistência.

Se aceitar participar, estará contribuindo para a realização do processo de escuta clínica do sofrimento no trabalho com um grupo de policiais militares afastados das suas atividades por motivos de adoecimento relacionado ao trabalho, bem como para o desenvolvimento e estruturação de ações e propostas, e para políticas de atenção voltadas à saúde do trabalhador.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Depois de consentir sua participação, o(a) Sr.(a) poderá desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr.(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada e será guardada em sigilo.

O acesso aos dados coletados será permitido a orientadora/supervisora deste estudo, professora Dra Liliam Deisy Ghizoni, docente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade e Líder do grupo de pesquisa “Trabalho e Emancipação: Coletivo de Pesquisa e Extensão”. Todo o material coletado ficará sob a responsabilidade da pesquisadora Almerinda Maria Skeff Cunha por cinco anos.

Para informações, esclarecimentos ou dúvidas sobre a pesquisa, em qualquer fase do estudo, o(a) Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Quadra 1002 Sul, LO-25, Conjunto 2, Lote 01, Apto 25, Residencial Maria Sofia, CEP: 77023-486 Palmas - TO; telefone: (63) 9 8407-1024, e-mail: almerindasc@gmail.com. Caso queira poderá entrar em contato com a Orientadora da pesquisa Profa. Dra. Liliam Deisy Ghizoni pelo telefone: (63) 98416-7025 ou e-mail: ldghizoni@gmail.com. Em caso de desavença com o pesquisador o(a) Sr.(a) poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, na Universidade Federal do Tocantins, Avenida NS 15, 109 Norte,

Plano Diretor Norte, Palmas-TO, Brasil, CEP: 77001-090, prédio do almoxarifado, contato: (63) 3232-8023 em dia e horário comercial.

Esta pesquisa corresponde e atende às exigências éticas e científicas indicadas na Res. CNS 466/2012 que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Estou ciente de que o resultado do trabalho poderá ser publicado em artigo científico ou outro meio científico de divulgação, preservando em sigilo o nome dos participantes. Este termo de consentimento será guardado pelos pesquisadores e, em nenhuma circunstância, ele será dado a conhecer a outra pessoa.

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado (a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação e que caso me interessar, posso receber os resultados da pesquisa quando forem publicados. Por tudo isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do trabalhador na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do Comitê de Ética da UFT, e o seu nome será mantido em anonimato. Este documento será assinado em duas vias, uma via ficará comigo e outra com o pesquisador.

Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora Responsável  
Almerinda Maria Skeff Cunha

Assinatura da Orientadora deste estudo  
Prof. Dra Liliam Deisy Ghizoni